

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: TRABALHO, MOVIMENTOS SOCIAIS E
EDUCAÇÃO

**UM ESTADO DA ARTE DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL NAS
UNIVERSIDADES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

MARTINA PEREIRA GOMES

Porto Alegre/RS

Janeiro de 2013

MARTINA PEREIRA GOMES

**O ESTADO DA ARTE DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL NAS
UNIVERSIDADES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação elaborada como requisito para a conclusão do Curso de Pós-Graduação em Educação, nível de mestrado, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Professora Dra. Laura Souza Fonseca

Porto Alegre/RS

Janeiro de 2013

GOMES, Martina Pereira. *O estado da arte do trabalho infanto-juvenil nas universidades do estado do Rio Grande do Sul*, Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em janeiro de 2013 (Orientadora: Prof^a. Dr.^a Laura Souza Fonseca).

BANCA EXAMINADORA

Titulares

Prof^a. Dr^a. Laura Souza Fonseca - Orientadora Acadêmica (UFRGS)

Prof. Dr^a Gaudêncio Frigotto – (PPFH/UERJ)

Prof. Dr. I-Jucapirama Gil (FACED/UFRGS)

Prof. Dr. Marlene Ribeiro (PPGEDU/UFRGS)

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2013.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente eu gostaria de agradecer à pessoa que ilustra a cada passo que dou como as contradições de uma sociedade capitalista são duras de serem vividas e que somente lutando é possível sobreviver sob a égide de um capitalismo que desumaniza e desagrega as relações: Yara Lucia Pereira de Pereira (minha mãe). Ao meu pai pela rebeldia.

Ao meu irmão, com quem divido o aprendizado mais intenso do que significa a palavra companheirismo, obrigado por ter me dado à oportunidade de vivenciar cotidianamente diante de nossos erros os aprendizados dessa vida.

Aos meus companheiros, com os quais eu divido meu projeto de vida, em especial aqueles que militam comigo sob a mesma bandeira, o PSTU. A estes eu dedico minha admiração e também o melhor de mim, pois aos dedicar a eles dedico minha vida a mudança dessa sociedade.

Às minhas irmãs, Anna, Marina e Thays com quais divido meus sorrisos engraçados e junto das quais conheço os caminhos mais tortuosos e também felizes dessa vida.

Ao meu companheiro Rodrigo, que a todos os momentos deste árduo desafio de escrever a dissertação esteve ao meu lado, lutando juntos pela superação das contradições de uma relação alienada!

Agradeço pela oportunidade de ter estudado na graduação e na pós-graduação em uma Universidade Pública como a UFRGS, dedico este agradecimento aos quais nem sequer tem a oportunidade de pisarem neste chão: aos trabalhadores! Para estes dedico também esta dissertação!

Aos colegas do GTFH, pelo precioso auxílio na elaboração.

Agradeço muito à minha professora/orientadora e com certeza companheira: Prof^a Laura Souza Fonseca. Ela é parte das minhas descobertas, e também da minha caminhada nos últimos cinco anos. Sempre muito generosa, com muita alegria e também com uma humildade de dar inveja aos setores mais conservadores da intelectualidade. Com certeza, nada seria se ela não houvesse passado pelo meu caminho no 5º semestre do curso de Pedagogia. Obrigado pelo carinho, pela motivação e pelo companheirismo! Com certeza: Seguimos lutando!

RESUMO

A partir da Revolução Industrial, a exploração do trabalho infanto-juvenil se configura como um elemento mutilador da vida (Fonseca, 2008) de crianças e adolescentes, perpetuando-se até hoje. No Brasil atualmente, cerca de 2,97 milhões de pessoas entre 5 e 17 anos exercem algum tipo de trabalho (PNAD,2011). A materialidade da exploração da força de trabalho de crianças e adolescentes é um fenômeno social que tem seus atravessamentos no processo educacional. Nesta faixa-etária, estes sujeitos devem encontrar-se em processo de formação na educação básica, lócus de nossa profissão. Este trabalho de mestrado configura-se enquanto uma sequência de uma pesquisa de Iniciação científica BIC/UFRGS relacionada ao grupo de Pesquisa NIEPE/FACED/UFRGS. O estado da arte é uma metodologia utilizada com objetivo principal de organização teórica de um campo e/ou temática específica; que comporta também a utilização de metodologia revisão bibliográfica, revisão teórica e análise de conteúdo. O objetivo foi apontar mediações possíveis para apreender o fenômeno trabalho infanto-juvenil , a partir da análise da produção acadêmica entre 1990 (promulgação do ECA) e 2011 (ano em que se inicia este trabalho) de nível de pós-graduação nas Universidades do Estado do Rio Grande do Sul sobre o tema trabalho infanto-juvenil. Como eixos temáticos que fazem parte da construção do trabalho infanto-juvenil nas produções discentes analisadas temos questões como: programas sociais, sentidos e representações, escola, brinquedo, trabalho educativo, saúde e velhice.Ao final buscamos apontar emergências que surgem da estruturação do campo de pesquisa, a partir de vinte e um anos analisados de produções sobre o tema em nosso Estado.

Palavras-chave: educação, trabalho infanto-juvenil, estado da arte.

ABSTRACT

After the Revolution, the exploitation of the child labor is considered to mutilate the lives of children and adolescents, a practice still perpetrated nowadays. In Brazil currently, an estimate of 2.97 million people aging from 5 to 17 are employed in some kind of labor (PNAD,2011).

The materiality of the exploration of the labour-power of children and adolescents is a social phenomenon that has its crossings in the educational process. In this age range, these subjects are usually students at basic education schools, locus of our research. This dissertation set up as a result of a scientific research Initiation BIC/UFRGS related to the Research Group NIEPE/FACED/UFRGS. The state of the art is a methodology used with the main objective of organizing the theory, a field and/or specific thematic; which involves usage of the methodology review of the bibliography, review of the theory and content analysis. The goal was to point to possible mediation to apprehend the phenomenon of child labor, from the analysis of research conducted from 1990 (promulgation of the ECA) to 2011(year that this work begun) on graduate level at the Universities of the State of the Rio Grande do Sul on the topic child labor. As themes that are part of the construction of the child labor in the analyzed students productions we posed questions regarding: social programs, directions and representations, school, toys, educational work, health and old age. At the end we seek to point out emergencies that arise from the structuring of the research field, from twenty-one years of the productions on the topic analyzed in our State.

Keywords: education, child labor, state of the art.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IES	Instituições de Ensino Superior
T.I.J.	Trabalho infanto-juvenil
RS	Rio Grande do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFCSPA	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UNIPAMPA	Fundação Universidade Federal do Pampa
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
URCAMP	Universidade da Região da Campanha
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UNICRUZ	Universidade de Cruz Alta
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UPF	Universidade de Passo Fundo
FEEVALE	Universidade FEEVALE
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional Anual Domicilio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
ONU	Organização das Nações Unidas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente

LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais
UNICEF	Fundo das Nações Unidas da Infância

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 – Tipo de Produção	p. 48
Gráfico 2 - Produções por Universidade	p. 50
Gráfico 2 – Teses por Universidade	p. 50
Gráfico 3 – Produções por área	p. 51
Gráfico 4 – Ano e Descritor	p. 52
Tabela 1 - Descritores	p.53
Tabela 2 – Subtemas	p. 57
Tabela 3 – Instrumentos	p. 61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. ESTRUTURA E CONJUNTURA	16
1.1 O impacto da crise econômica na vida dos pais	18
2. O TRABALHO COMO PRINCÍPIO DA ESTRUTURAÇÃO HUMANA ..	27
2.1 Uma forma historicamente determinada de trabalho: a atualidade do trabalho infanto-juvenil.....	31
2.2 A construção jurídica do sujeito de direitos.....	35
3. METODOLOGIA	38
3.1 O caminho de um estado da arte.....	40
3.2 Processo estruturado de busca de um estado da arte.....	43
3.3 Contextualização do estado da arte.....	48
4. UM PRIMEIRO OLHAR DE FORMA APROFUNDADA.....	55
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS - UM ESTADO DA ARTE DE UMA “CHAGA SOCIAL”	80
REFERÊNCIAS.....	96
APÊNDICES.....	100

INTRODUÇÃO

Este trabalho, como parte dos estudos do grupo Trabalho e Formação Humana (PPGEDU/UFRGS), pretende, a partir de um estado da arte, compreender de que forma as produções acadêmicas sobre trabalho infanto-juvenil, desde a promulgação do ECA até hoje, vem estruturando-se enquanto um campo de pesquisa. Não sendo menor a relação da construção do fenômeno em produções acadêmicas e a sua relação com a materialidade que o mesmo tem na realidade social em que está inserido.

Durante minha graduação na Faculdade de Educação da UFRGS tive a oportunidade de vivenciar na universidade uma formação em uma perspectiva integral, participando de projetos de extensão (Conexões de Saberes/DEDS/UFRGS), e, no ano de 2008, ingressando em uma pesquisa de iniciação científica. Esta formação foi combinada com minha entrada no diretório acadêmico da faculdade, onde lá acabei por compreender de que forma a *práxis* poderia ser construída por mim.

Assim, avanço na compreensão de que a realidade é algo mutável, e que não são os sujeitos responsáveis apenas pela passividade reflexiva sobre aquilo que vê. Ao contrário, como o marxismo afirma, a realidade social pode ser alterada e são os seres humanos responsáveis por esta mudança, em contato com a realidade colocada. Porém, ao analisar a situação do processo educacional e as desigualdades que os circundavam, ficou nítido também que a realidade não é algo que os seres humanos escolhem livremente, pois ela já foi construída anteriormente, em outros momentos.

Encontro uma possibilidade de *formação humana*, dentro do espaço da Universidade, optando por espaços de formação que não se restringem à sala de aula e aos conhecimentos legitimados pela classe dominante. Início minha militância no movimento estudantil da UFRGS, e não tardo a compreender a necessidade de organização para conseguirmos lutar e garantir nossos direitos. Os estudos na iniciação científica com base ao materialismo histórico, me fazem compreender a necessidade da teoria e a prática estarem alinhadas. E assim, não enxergo

contradição em minha militância no movimento estudantil e minha vida acadêmica, pelo contrario, começo a me empenhar para potencializar esta combinação.

A experiência com os estudos da pesquisa de Iniciação Científica é fundamental para que hoje o meu foco de estudo esteja relacionado tanto à discussão de reafirmar a atualidade da centralidade do trabalho como também ter seu lócus privilegiado na necessidade de investigação da produção acadêmica, tendo na universidade um espaço de disputa ideológica, e como possibilidade de construção da contra-hegemonia. Portanto, é indispensável em todo nosso processo de construção de uma resistência intelectual ter presente a forma como as ideias são disseminadas em nossa sociedade de classes, em Ideologia Alemã (2007), Marx e Engels afirmam:

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, submetidas em média as idéias daqueles a quem faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes não são mais do que expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; (...) Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda sua extensão, e, portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de idéias, regulam a produção e a distribuição de idéias do seu tempo; que, portanto, as suas idéias são as ideais dominantes da época.

A partir da discussão acima exposta por Marx e Engels (2007), a universidade, enquanto produtora de conhecimento, aparece para nós como um espaço de reflexo das ideias dominantes de uma classe. Na exata relação de que as ideias dominantes *“não são mais do que expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias”*, e que por isso mesmo existe signo de poder nas ideias disseminadas a partir de uma época.

Desta forma, ao desenvolver a metodologia de Estado da Arte, em minha pesquisa de iniciação científica, formulamos, a partir do grupo NIEPE-EJA, baseada em Kunzer (1991), a definição que melhor se adequou a nossos objetivos de investigação. Adiante fomos ao encontro de pesquisas de tipo estado da arte que são referências para pesquisadores que se dispõe a realizar estes tipos de trabalho,

e ao final realizamos um diálogo com o estudo de Spósito e Carrano (2009) para ter o todo da compreensão do que é um estado da arte.

Definimos o *estado da arte* como uma metodologia que constitua um recorte definido, instrumento de sistematização e análise num determinado campo de conhecimento e/ou temática específica. Isto tudo visando reconhecer e analisar a produção acadêmica, identificar abordagens e temáticas dominantes e emergentes, lacunas e campos para futuras pesquisas.

Ao tomar forma em nossa pesquisa, esta metodologia remete a uma reflexão sobre a necessidade de organização teórica da produção acadêmica, em especial, a organização sobre o campo de temáticas de cunho social pouco analisada na academia, tal como o trabalho infanto-juvenil. Na história da pesquisa na área educacional, temos alguns estados da arte, sobre educação de jovens e adultos (Haddad, 2000), sobre alfabetização (Soares, 1989), sobre formação de professores (André e Romanowski, 1999) todos estes de grande utilidade para a temática envolvida. Pois, se constituem enquanto referências fundamentais para a continuidade de produções acadêmicas, que se expandem para focos ainda não averiguados. Ou até mesmo, que realizem debates de vertentes teóricas distintas.

Assim, a partir de nossos diálogos e construções do intelectual coletivo do GTFH¹ é que o fenômeno *trabalho infanto-juvenil* se transforma na temática a ser estudada com a metodologia estado da arte. é na interface da pesquisas e das extensões, que constituem o eixo do *tempo infanto-juvenil e as redes de proteção*, que encontro materialidade para meu objeto de pesquisa.

O intercâmbio entre a análise da produção acadêmica existente, no período de 1990 a 2011, tendo como marco legal o Estatuto da Criança e do Adolescente, e a empiria do grupo em uma comunidade periférica de Porto Alegre, tendo como foco o olhar sobre crianças trabalhadoras, as políticas de erradicação do trabalho infanto-

1 Intelectual coletivo aqui é tomado como parte da constituição da estrutura do Grupo Trabalho e formação Humana, que toma as interfaces do trabalho infanto-juvenil, trabalho no campo, situação da juventude com medidas punitivas, conselhos tutelares, movimentos sociais e movimento estudantil, na perspectiva do materialismo histórico frente as realidades observadas em campos distintos. Sempre num diálogo constante entre os pesquisadores de graduação, extensão, iniciação científica, especialização e pós-graduação de mestrado e doutorado. Tendo como espaço privilegiado de troca os ambientes do grupo. Conformando assim um intelectual que tem nas suas produções reflexões a partir de aportes teóricos comuns.

juvenil e as redes de proteção existentes, formam o todo de nosso objeto a ser investigado neste estado da arte.

O objetivo deste trabalho é apontar mediações possíveis para apreender o fenômeno trabalho infanto-juvenil, a partir da análise da produção acadêmica entre 1990 (promulgação do ECA) e 2011 (ano em que se inicia este trabalho) de nível de pós-graduação nas Universidades do Estado do Rio Grande do Sul sobre o tema trabalho infanto-juvenil. Para tanto iremos construir um estado da arte sobre o tema, assim organizar as produções sobre a temática trabalho Infanto-Juvenil no recorte temporal e geopolítico delimitado, através de um banco de dados. E durante o processo realizamos uma análise quantitativa das produções acadêmicas.

Estrutura-se em quatro capítulos principais este trabalho. O primeiro com o título de *Estrutura e conjuntura* diz respeito à análise da sociedade capitalista, apresentando centralmente as relações de produção e as forças produtivas. Juntamente explicitando a conjuntura de crise em que nos encontramos e seus reflexos nas relações de trabalho, a partir da realidade Brasileira e o papel internacional que tem a economia brasileira no cenário mundial.

No segundo capítulo debruço-me sobre nossa categoria central: *o trabalho*. Partindo das definições de Karl Marx em *O capital I* e o diálogo com Engels para compreender como que o trabalho é o elemento que estrutura a vida humana. Adiante deste mesmo capítulo caracterizamos o trabalho infanto-juvenil na sociedade capitalista e a sua forma histórica definida, sempre no entrecruzamento de dados estatísticos sobre o fenômeno social. Por fim faço uma síntese da construção jurídica do sujeito de direitos, concepção utilizada no Estatuto da Criança e Adolescente, o marco legal utilizado neste trabalho.

No terceiro capítulo apresentamos nossa metodologia e os caminhos que percorremos desde a iniciação científica para culminar em “um estado da arte”, desde a referência no Grupo de Trabalho 9 da ANPED até os limites objetivos que encontramos na caminhada deste trabalho. Demonstrando que uma metodologia de estado da arte pode cumprir um papel de organizador de uma temática, indo além de uma revisão da produção acadêmica, ressaltando-se por seu caráter analítico de cada obra pesquisada. Neste capítulo apresentamos a análise quantitativa do banco

de dados que produzimos e assim uma contextualização do que define o nosso estado da arte, com as principais áreas do conhecimento, universidades e os tipos de produção existentes dentro de nosso recorte.

No quarto capítulo apresentamos a forma como definimos a organização de nosso estado da arte. Após os procedimentos metodológicos que incluíam a leitura ampla das obras e a confecção de ficha de leitura fomos definindo os principais temas das teses e dissertações e a partir de então como se definiu o trabalho infanto-juvenil. Neste capítulo abordamos de forma rigorosa a interpretação das produções discentes analisadas, buscando a maior fidelidade possível ao caminho de escrita percorrido em cada formulação apresentada nos trabalhos. Ressaltando os principais autores e ideias abordadas por cada pesquisador.

No último capítulo, busco delimitar o que seria “um estado da arte” expondo aquilo que no decorrer deste trabalho saltou enquanto emergência do campo de análise e principais elementos que podem ser frutíferos para futuros debates no campo de pesquisa. Não há um encerramento da discussão, ao contrário o exercício é buscar um diálogo com os especialistas da área que produzem/produziram em algum momento histórico sobre esta “chaga social”.

No Brasil, segundo PNAD 2011, 2,97 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos, exercem algum tipo de trabalho. Este número qualitativamente relevante é outro elemento de justificativa para a necessidade de investigação sobre esta “chaga social”², que diariamente mutila a vida dos filhos da classe trabalhadora.

A organização teórica sobre o tema, que possa se expandir por todo o Estado do Rio Grande do Sul, constituindo um Estado da Arte em todo RS, potencializada pela interlocução com extensões que formam nosso grupo, foi o meu desafio de investigação. Isto por que se há a necessidade de constituir políticas públicas que busquem a erradicação da exploração do trabalho infanto-juvenil, realizo a academia enquanto um instrumento que pode ser parte fundamental na formulação das mesmas.

²Chaga social é o termo utilizado para denominar os reflexos sociais da exploração do trabalho infanto-juvenil. Este conceito foi utilizado a partir de Fonseca (2008).

1. ESTRUTURA E CONJUNTURA

É possível compreender, de forma científica, a situação política e econômica dos dias atuais e seus reflexos no trabalho como resultante do processo histórico. Isto é, das transformações das forças produtivas e da luta de classes. Para compreender os efeitos da globalização nas relações do mundo do trabalho atualmente, em específico a exploração do trabalho infante-juvenil, precisa-se, necessariamente abordar aspectos básicos do Materialismo Histórico, como a historicidade e os modos de produção vivenciados pela humanidade.

Os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser caracterizados em grandes linhas como as épocas progressivas da formação social econômica. As relações de produção burguesa são a última forma antagônica do processo de produção - não antagônicas no sentido de um antagonismo individual mas de uma antagonismo que nasce das condições sociais de vida dos indivíduos – mas no interior da sociedade burguesa, as forças produtivas que se desenvolvem criam ao mesmo tempo as condições materiais para a resolução desse antagonismo. (MARX, ENGELS, 2008, p. 11).

Assim compreendemos “modos de produção” como fases históricas de desenvolvimento das sociedades humanas, em correspondência com as configurações particulares das relações recíprocas entre forças produtivas e relações de produção. E é esta visão histórica de Marx das sociedades que dá suporte à concepção de exploração, que é requisito da relação entre as sociedades de classe, e critério para defini-las como tal. Portanto, a perspectiva de superação da contradição entre capital e trabalho, que tem na exploração do trabalho infante-juvenil uma de suas mais nefastas manifestações como *destruição de vida* dos sujeitos envolvidos, carrega consigo o germe da transformação.

Neste processo de sucessivas aproximações com o objeto de nosso estudo, buscaremos visualizar quais são as múltiplas determinações que constituem na atualidade a totalidade do trabalho infante-juvenil. De acordo com Marx (2008), em

sua crítica ao Método da Economia Política (em essência a organização metodológica da sua obra o Capital) ao analisar as leis da economia e travar o debate com os economistas da escola clássica, atribui a todas as leis oriundas de processos de investigação seu caráter histórico. Sendo assim, busca-se tê-los como produtos históricos e transitórios, que a partir do concreto constrói o caminho metodológico até chegar ao concreto pensado, produto do real não do campo das ideias.

Desta forma, interessa-nos neste estudo poder se apoiar na teoria materialista dialética, que afirma existirem dois níveis específicos de construção do conhecimento. Sendo: o primeiro a representação e o segundo os conceitos. Esta análise de Kosisk (1976), afirma que as representações são os aspectos fundamentais da realidade, ou o que se denomina de pseudoconcreticidade. É nesta fase da elaboração do conhecimento que apenas diferenciamos os fenômenos “que povoam o ambiente cotidiano, e atmosfera comum da vida humana, que, com sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos” (Kosik, 1976, p. 15)

Ainda na Crítica a Economia Política, Marx afirma que o ponto de partida não são as ideias, mas sim o fenômeno material e as leis que o regem, assim como a dinâmica de seus processos de transformação. Assim, trabalharemos num primeiro momento nesta pesquisa com os aspectos da em realidade que insere nosso fenômeno: as produções acadêmicas sobre trabalho infanto-juvenil. Para após, podermos ir às análises, que configuram como segunda etapa da construção do conhecimento a partir do materialismo dialético. É quando poderemos ir às abstrações do fenômeno material estudado.

Das categorias marxistas fundamentais, a estrutura é elemento interno a análise da sociedade, e coloca-nos a relação dos homens entre si para produzir e distribuir os produtos dentro do processo econômico social. São nestas relações sociais de produções que se colocam as classes, aos homens que tem uma mesma ligação com a propriedade do aparato produtivo e seus produtos.

Há os que vivem da venda de sua força de trabalho, os que não possuem propriedade e os que detêm a propriedade e fazem uso privado da mesma, em

detrimento da super exploração de uma maioria. No caso dos sujeitos inseridos no trabalho infanto-juvenil, desde a indústria moderna (Marx, 2004), o corte de classe dos filhos da classe operária se faz mister para que não neguemos assim a necessidade de sujeitos produtivos desde a mais tenra idade em uma sociedade racional, mas sim a impossibilidade de sob o reino do capital, termos um processo legítimo e saudável de trabalho para crianças e adolescentes.

São muitos os projetos que tratam da eliminação, erradicação do trabalho infanto-juvenil em nosso país. Porém, cabe-nos refletir, até mesmo debruçando-se sobre estes projetos que o que deve ser eliminado nem mesmo é de fato o trabalho infanto-juvenil em si, mas a forma como o mesmo se constrói hoje. Assim falamos de um combate a exploração do trabalho infanto-juvenil, a forma pela qual se apresenta as atividades de quase 3 milhões (PNAD, 2011) de crianças e adolescentes hoje no Brasil. A forma de trabalho que não possibilita um direito ao futuro pela sua precária constituição, sem direitos garantidos e até mesmo sem remuneração garantidas.

1.1 O impacto da crise econômica na vida dos “pais”

Ao analisar as relações sociais que constituem a exploração dos filhos da classe trabalhadora, as categorias econômicas que emergem da atual situação do capitalismo, dentro de seu condicionamento histórico-social, nos levam a uma breve análise sobre a crise econômica.

Ainda que a situação de miserabilidade e pauperização da classe trabalhadora possam ser tidas como elementos contínuos na história, segundo Engels (2008), vamos até as suas origem na revolução industrial no século XVIII na Inglaterra, para enxergar os aspectos que vieram junto com esta grande transformação na forma de produção das relações. Para tanto tomaremos como

nosso ponto de partida a situação desta classe no século XXI, que produz no seu seio a situação de *sobrantes*³ aos seus “progênitos”, imposta pela lógica do capital.

Para isto, retornemos ao século XVII, a partir da escrita de Engels (2008), ao descrever o problema imposto a pioneira burguesia industrial inglesa quanto ao nível de vida da classe operária frente à necessidade de sua reprodução e sobrevivência:

A situação da classe trabalhadora, isto é, da imensa maioria do povo inglês, coloca o problema: o que farão esses milhões de despossuídos que consomem hoje o que ganharam ontem, cujas invenções e trabalho fizeram a grandeza da Inglaterra, que a cada dia se tornaram mais conscientes de sua força (...) (ENGELS, 2008, p. 60)

No caso brasileiro, segundo dados do último censo (2010) hoje o nosso país, possui uma população total de 190.732.694⁴ pessoas, desta 53,3% da população economicamente ativa está empregada. Isto com carteira de trabalho assinada, nestes percentuais oficiais não encontramos dados sobre a população sem vínculo empregatício formal. Isto significa que pouco mais da metade da população economicamente ativa no Brasil possuem um rendimento fixo mensal com garantias de direitos trabalhistas.

Os últimos quarenta anos, a partir da crise do petróleo em 1973 e seus impactos nos países de capitalismo central, exigiram do capital uma nova forma de organização na produção e, como consequência, novas formas de relações trabalhistas. A reestruturação produtiva, ocasionada desde então, tem como uma de suas principais características a produção diferenciada para atender a maior competição do mercado. Assim, a etapa anterior de organização da produção em larga escala estandardizadas que se combinavam com o Estado de bem-estar social americano, tem um período de superação. Pois o taylorismo e o fordismo foram expandidos em momento de crescimento da economia, grande produção, pouca diferenciação, já com a crise de 70, coloca-se na ordem do dia o aumento da concorrência que se pautam na variedade de produtos, acelerando a obsolescência destas formas de organização do trabalho.

³ Marx, 1991.

⁴ Dado retirado do site do Instituto Brasileiro Geografia e estatística: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>. Acesso em 20 de dezembro de 2012.

Tal reestruturação impôs ao capital novas características como alta flexibilidade da produção, altos índices de qualidade nos produtos, baixos preços finais e entrega rápida e precisa. Isto tudo a partir de transformações macro e micro econômicas que produziram ao novo regime de acumulação do capital, acumulação flexível (Harvey, 1992). Que dentre seus grandes objetivos tem a flexibilização dos mercados de trabalho, das relações de trabalho, dos mercados de consumo, das barreiras comerciais e do controle da iniciativa privada.

Exige-se a partir de então, um trabalhador “polivalente” (Pinto, 2010) que dentro dos parâmetros de versatilidades possam se adaptar a partir das necessidades da produção. Esta reestruturação combinada com a flexibilização da ação estatal, segmenta os trabalhadores em dois grupos: no primeiro estão os com maior escolaridade, que se exige participação e polivalência, porém garante-se estabilidade maior no emprego e menores diferenças salariais nas empresas; no outro estão os terceirizados ou contratados temporariamente, vinculados à economia formal, que caracterizam a forma predatória e desestruturada de trabalho. Este segundo grupo que hoje se concentra grande parte da massa de força de trabalho utilizada em nosso país.

A desregulamentação das leis trabalhistas no último período são expressão da política do Estado para a classe trabalhadora em seu conjunto. Políticas relacionadas à previdência social são reduzidas e tempos de contribuição, logo, de trabalho, tem seu período prolongado, colocando para as novas gerações incertezas quanto a seu futuro, e a possibilidade de aposentadoria.

Expressões da atual crise do capital estão colocadas a partir dos próprios organismos internacionais, assim em junho de 2012 Carlos Padoan (economista chefe de um dos principais centros de estudos vinculados aos países imperialista OCDE), afirmou que: *é possível que tenhamos dado um passo atrás no abismo, mas, todavia, não há lugar para a complacência.* Ao refletir sobre uma possível melhora na situação do sistema financeiro mundial, que esteve a beira do colapso por duas vezes desde 2009: primeiro a partir dos EUA com a falência do Lehman e depois, no início de 2012, com a crise bancária na Europa.

O que vemos é que esta crise ainda não foi solucionada, ao contrário ela é parte fundamental da crise mais geral de superprodução de todo o sistema. Os trilhões de dólares destinados a salvar o sistema financeiro em todo o mundo não significaram uma retomada e investimentos produtivos, pois o capital industrial, concentrado nos setores chaves da produção, ainda não dói desvalorizado em um nível que permita novo ciclo de investimentos.

Até este momento a diferença de ritmo da crise, no que diz respeito às economias dos países imperialistas e uma parte da Ásia e da América Latina, como mesmo o caso do Brasil, tem permitido que o capital financeiro compense suas perdas com investimentos nestas áreas. Desta forma, não há dúvidas de que estamos diante das consequências de uma crise que durará anos. E assim, o próprio Brasil já sente reflexos da situação internacional, com demissões na indústria multinacional e cortes nos gastos sócias.

Daí a situação do desemprego estrutural na atual crise vem atingido com força a maioria dos países centrais, principalmente na Europa, tendo sua explosão em escala global (Antunes, 2010), que como apontam dados da OIT somente hoje temos 50 milhões de desempregados no mundo. E ainda, segundo a mesma organização, há a perspectiva de que no ano de 2010, 1,5 bilhões de trabalhadores sofresses uma *erosão salarial*, com cortes drásticos.

É esta mesma crise que para ser superado o padrão de acumulação do capital utiliza-se do discurso da flexibilização das leis para preservar os empregos, porém, este discurso na realidade não vem se confirmando e as taxas de desemprego sobem a cada pesquisa. O fato é que para superar esta etapa e dar seguimento ao seu metabolismo de reprodução, o capital terá de potencializar a sua *lógica destrutiva*⁵.

Não por acaso, a China, que possui um dos maiores PIB do mundo, ocupa hoje posição de destaque na utilização da força de trabalho de crianças e adolescentes, sendo forma precária e útil ao aumento das taxas de lucratividade. Logo, o metabolismo social e a produção em geral estão colocados a serviço da classe detentora dos meios de produção, não dos que produzem a riqueza.

5 Mészáros, Para além do Capital, Editora Boitempo, 2002.

Hoje o Brasil é parte dos BRICs⁶. De conjunto, esses países são semicolônias de um tipo específico: sub-metrópoles. O Brasil e a Rússia estão adaptando suas economias para exportar produtos primários. Entre 1995 e 2010, a China deu um salto de exportação de manufaturados, inclusive de alta tecnologia, enquanto o Brasil e a Rússia aumentam suas exportações de alimentos e combustíveis. Lenin (2008), ao descrever a nova fase do capitalismo, o Imperialismo, já colocava a situação de alguns países frente a sua dependência econômica e posição de colônia, ainda que hoje geograficamente a disputa por novos territórios tenha se complexificado frente à expansão do capital.

Existe atualmente um aumento da industrialização nos BRIC como produto de um deslocamento da indústria (principalmente a indústria pesada e poluidora) dos países ricos para os semi-coloniais. Isso significa que a ocupação desses mercados internos pelas multinacionais é parte da divisão internacional do trabalho. Trata-se de uma industrialização subordinada aos interesses do imperialismo, que empurra seus problemas para o terceiro mundo (desmatamentos, poluição, utilização destrutiva da natureza, etc.), como forma de expropriação primária (Fontes, 2009).

(..) a constituição de empresas que despejavam suas fábricas obsoletas em países periféricos; com o deslocamento de fábricas altamente poluentes nos países centrais para as diferentes periferias; porém isto acelerou de maneira brutal as expropriações e o solo social no qual se expandem as relações caracteristicamente capitalista. (FONTES, 2009)

A partir de Oliveira (2003) retomamos o *moderno e o arcaico*, como possibilidade de interpretação na contradição da vida da classe trabalhadora hoje no Brasil. O autor fala-nos destes conceitos ao observar o desenvolvimento do capitalismo e o processo de industrialização brasileiro dentro de suas especificidades. Logo, a compreensão da lógica da balança comercial⁷ que segue no último período positivo, com os aspectos de exportações maiores que importações, frente aos índices de falta de moradia, educação saúde, como aspectos de uma

⁶ Esta é uma denominação utilizada para os país com economias em expansão e crescimento notáveis no último período, a sigla coloca-se como a abreviação do nome dos quatro países: Brasil, Rússia, Índia e China.

⁷ Balança comercial é um termo econômico que representa as importações e exportações de bens entre os países. Dizemos que a balança comercial de um determinado paísestá favorável, quando exporta (vende para os outros países) mais do que importa (compra de outros países. Dados sobre a balança comercial brasileira podem ser buscados no site de comércio exterior: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sistema/balanca/> Em 2011, o saldo da balança comercial brasileira foi positivo (superavit) em US\$ 29,790 bilhões. Neste ano, o Brasil exportou US\$ 256,041 bilhões e importou US\$ 226,251 bilhões.),

totalidade em que se insere a situação de vida da maioria da população brasileira hoje.

A industrialização passa a ser central no Brasil e para a dinâmica de sua economia após revolução de 1930, segundo Oliveira (2003) esta marcaria o fim de um ciclo e o início de outro em nossa economia. Prioritariamente pela relação entre a hegemonia agroexportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que somente em 1956 a renda industrial ultrapassar a renda agrária, é neste período que se criam as sustentações desta nova hegemonia. A alteração do papel do Estado auxilia neste novo modo de acumulação, e a legislação trabalhista instaura as novas formas de relações de trabalho, regulando o dito “mercado livre”.

As leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Para tanto, a população em geral e especificamente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em “exército de reserva”. Essa conversão de enormes contingentes populacionais em exercito de reserva adequado à reprodução do capital, era pertinente e necessária do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava buscar formar (...) (OLIVEIRA, 2003, p. 38)

Desta forma busca-se para esta nova acumulação igualar o valor do trabalho sobre uma base única de medida, que antes sobre a perspectiva do trabalho agrário não era possível. Diminui-se o número de trabalhadores no campo e conseqüentemente o espectro de funções, sendo necessário manter seu caráter de produtos de exportação, mas que passe de bens de consumo, a fim de destruí-la como “velho mercado”. Caracterizando até os dias atuais a forma de composição de nossa economia urbano-industrial, que se apoia na agricultura e alta taxa de exploração de mão de obra dos trabalhadores do campo para garantia de baixos custos na produção.

E é o processo de industrialização no Brasil que tomamos para interpretar nossas relações externas com outras economias, na relação do capitalismo dependente e nossa posição subalterna ao imperialismo. A produção no sistema capitalista se dá sempre em primeiro lugar para atender às necessidades de acumulação, não às do consumo, ainda que dentro disto esteja incluída a produção

material para a reprodução da força de trabalho. Ainda com Oliveira, observam-se estas alterações.

Assim, foram as necessidades de acumulação e não as do consumo que orientaram o processo de industrialização: a substituição de importações é apenas a forma dada pela crise cambial, a condição necessária, porém não suficiente. (OLIVEIRA, 2003, p. 51)

Assim, de Engels (2008) e a sua descrição sobre a relação de trabalho na primeira revolução industrial até o início do processo de industrialização no Brasil, o que vemos é uma constante produção de “sobrantes” nas relações econômicas de produção do capitalismo. Logo, o desemprego estrutural, é um componente do atual sistema, através dele é possível que o capitalista diminua seus custos variáveis e tenha uma taxa de lucratividade maior.

Porém, os dados oficiais não nos possibilitam um quadro exato de nossa realidade social, que em famílias marcadas pelo componente do desemprego reproduzem a situação de pobreza e exploração da mão de obra infanto-juvenil. Fausto e Servini (1991), em uma obra referência para o estudo de nosso fenômeno, ao analisar a relação do trabalho e a pobreza em crianças e adolescentes na década de 80 já apontavam para esta constatação:

A extensão do trabalho infanto-juvenil está condicionada pelas características, as quais se referem não apenas ao nível de acesso a bens e serviços materiais (rendimentos) e culturais (educação), mas também a suas formas de inserção no mercado de trabalho e à própria estrutura familiar (...) As relações entre pobreza e trabalho infanto-juvenil podem ser ilustradas, em um primeiro momento, através da origem daqueles que trabalham, expressas pelo salário familiar.(FAUSTO, SERVINI, 1991, p. 27)

O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, segunda Edição (2011-2015), sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, traz em seu texto importantes dados para que possamos construir a totalidade da realidade social do fenômeno do trabalho infanto-juvenil. Os dados são compilações e comparações das últimas PNAD's, sendo que foi 2006 a última PNAD que inclui um suplemento especial sobre o tema, onde foi possível ter uma abrangência das dimensões e particularidades da forma como o problema ocorre, ainda que apontemos os limites destes “dados oficiais”.

O Plano apresenta 9,8% de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos ocupadas em relação à população total, segundo dados da PNAD 2009. Um número que segue alto, e acaba por se constituir, mesmo na visão do Estado, como um problema social, constituindo-se na materialidade como uma chaga social (Fonseca, 2009). Logo, este mesmo Estado deve, desde a Constituição de 1988, no artigo 227, se responsabiliza por este problema, e pela vida dos sujeitos infanto-juvenis expostos a esta situação.

Ao problematizar o papel deste Estado em tempos de capitalismo neoliberal, que se subjugua às necessidades do capital, e expande-se a fim de possibilitar a nova forma de acumulação, por despossessão (Harvey, 2004), vemos que o mesmo coloca-se numa encruzilhada na apresentação de alternativas de políticas sociais que possam ultrapassar as barreiras de suas características focais e fragmentadas.

Ousa-se falar em um Estado que ao não ofertar os mínimos sociais colocados na Constituição, apresenta-se enquanto um “expropriador de direitos”, pois somente assim pode garantir a expansão da lucratividade do capital em tempos de crises econômicas. A atual crise social (Fontes, 2009), a que assistimos sua rápida evolução desde meados de 2008 com o estouro da bolha imobiliária, coloca para os trabalhadores a dita nova vaga de expropriações e suas consequências na destruição da vida dos trabalhadores e suas fontes naturais. Configura-se com o acirramento das condições de exploração do trabalho infanto-juvenil, permeado por suas facetas mais abomináveis no campo ou na cidade enquanto como uma sociabilidade truncada (Fontes, 2008), e também como forma de *destruição das forças produtivas* (Fonseca, 2011).

Porém, é ainda sobre o papel deste Estado que hoje se inserem numa conjuntura de crise estrutural do capital (Mészáros, 2002) que vemos o cruzamento de políticas sociais de Estado e de Governo, com a participação da sociedade civil e a constante inversão das ordens de responsabilidade social. Inversão esta que se encontra a serviço, em alguns casos, de reafirmar a aparência filantrópica e privatistas destas políticas sociais. Não raro, as parcerias público-privado, na área dos direitos sociais, servem para camuflar o caráter devastador do capital na atualidade, colocando, por exemplo, bancos (que segundo dados oficiais, hoje tem

as maiores taxas de lucros da história) como parceiros preferenciais da Educação em algumas regiões de nosso país.

As famílias, que comportam a situação do trabalho infanto-juvenil nos dias atuais são os alvos prioritários de políticas sociais focalizadas, principalmente no caráter de bolsas, que não passam da perspectiva de alívio à pobreza em que se encontra. Ainda assim, segundo estudos de nosso grupo de Pesquisa, a política do Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil implementada pelo Governo Federal há 8 anos em muito lembram os escritos de Marx(2004) sobre as Instruções aos Delegados Do Conselho Central Provisório, ao verificar que em 1888, apesar da Lei Fabril, não haviam inspetores suficientes para garantir a efetivação da Lei.

Assim, a realidade do PETI, enquanto síntese da realidade das políticas para este âmbito, pode ser tida como um constante “esgarçamentos” dos sujeitos infanto-juvenis. Isto entre escola e sócio-educativo, que em uma disputa acabam por não se comunicar, embora deva cumprir o papel de instituições protetoras destes sujeitos. Não que este fato dê-se por sua vontade própria dos executores destes projetos, mas sim pela estrutura em que esta política foi constituída, sem os amparos educativos fundamentais e estrutura organizativa para, de fato, a efetivação dos objetivos propostos de atendimento.

Em base ao trabalho do grupo Trabalho e formação Humana (GTFH/PPGEDUFRGS) no qual este trabalho está inserido, temos feito visitas e entrevistas ao espaço de Rede de Proteção, que no contexto de “esgarçamento” dos sujeitos que deveriam ser atendidos pelas políticas sociais ali expostas acabam por ser vítimas do que convencionamos denominar de “*dupla violação de direitos*” (Guterres, 2011). Um exemplo deste processo, pode ser encontrado na relação expressa entre conselho tutelar e escola, não somente existe um pai/mão/tio ou familiar outro envolvido na violação de algum direito à criança, mas há também um Estado que ao não atender as condições básicas para o desenvolvimento físico, psíquico e social acaba por uma vez mais violando direitos já então garantidos legalmente para aquele sujeito.

2. O TRABALHO COMO PRINCÍPIO DA ESTRUTURAÇÃO HUMANA

Atualmente, a palavra trabalho tem sido empregada de forma por vezes vaga e imprecisa. Pronunciada pelo seu sentido de ausência, enquanto mercado de trabalho, confunde-se com o sentido de emprego e a sua falta. Estes sentidos diversos com variados significados se fazem presente, também, na literatura sobre a temática.

Tornou-se comum a expressão *fim do trabalho*. Intelectuais de renome como Habermas e Claus Offe (Antunes 2010), passaram a defender o fim da centralidade do trabalho. Habermas por exemplo que não é mais o trabalho que organiza a sociedade, hoje ela é autoprogramável, valorizando mais o sujeito e a política como ordenadores da vida social e do estado em detrimento da produção. Parte significativa dos críticos da centralidade do trabalho, justificam sua tese baseando nos novos fenômenos no mundo do trabalho como o desenvolvimento de novas tecnologias e o fim das classes sociais.

A tese do fim da centralidade do trabalho e suas idéias subjacentes naturalizam a sociedade capitalista. O fim do trabalho, das classes, da luta de classes está a serviço de expressar o fim da história e a vitória do capitalismo e da democracia liberal como forma de governo.

Ricardo Antunes, nos livros *Adeus ao trabalho* (2005) e *Os sentidos do trabalho* (2007), refutando as teses de Habermas, aponta que a crise vivenciada na sociedade é a crise do trabalho abstrato, assalariado, e não a crise do trabalho concreto e da centralidade do trabalho abstrato. O trabalho concreto continua sendo a dimensão da realização do gênero humano, pois é o produto do trabalho concreto a realização da humanidade do homem.

A polêmica sobre a centralidade do trabalho e sobre o conceito de trabalho é parte de uma disputa política no campo da semântica, que carrega consigo uma concepção de mundo. Advém desta discussão a importância de expressar qual nosso conceito de trabalho, e porque nos opomos ao discurso predominante de fim da centralidade do trabalho.

O trabalho, na concepção marxista, é categoria central da vida e constituição do ser humano. Friederich Engels (2004) dizia sobre o trabalho:

“O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.” (ENGELS, 2004, p. 34)

Karl Marx no Capítulo V, do Volume I de O Capital (2010) , sua obra máxima, desenvolve o conceito de trabalho em longa citação que reproduziremos abaixo:

“Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais...” (MARX, 2010, p. 76)

Isto é como dizer que apenas sobrevivemos como espécie que tem às necessidades de condições básicas para viver, quando nos deparamos com a imperiosa necessidade de transformar a natureza em materiais condizentes com as nossas necessidades. Portanto, a partir desta relação é que nos parece possível compreender a categoria trabalho como fundante do ser social.

No mesmo capítulo Marx define quais objetivos do processo de trabalho e como a atividade humana é materializada ou objetivada em valores de uso:

“O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais. Não foi por isso necessário tratar do trabalhador em sua relação com outros trabalhadores. Bastaram o homem e seu trabalho, de um lado, a natureza e seus elementos materiais, do outro. O gosto do pão não revela quem plantou o trigo, e o processo examinado nada nos diz sobre as condições em que ele se realiza, se sob o látego do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista, ou se o executa

Cincinato lavrando algumas jeiras de terra ou o selvagem ao abater um animal bravo com uma pedra.” (MARX, 2010, p. 90)

Marx caracteriza o trabalho como uma interação do homem com a natureza, de tal modo que os elementos deste último são modificados para alcançar um determinado propósito. O trabalho seria a forma do homem se apropriar da natureza para satisfazer suas necessidades.

Para Marx só seria trabalho o que promovesse essa interação e somente seria trabalho produtivo o que resultasse em um produto útil socialmente. Assim o trabalho é base para a vida do ser humano e com o tempo vai se modificando historicamente.

A análise do trabalho feita por Marx parte da categoria valor, sendo assim, o trabalho deve ser analisado sob o aspecto social, junto com a forma valor, pois, ele é a substância do valor, neste sentido o objeto de investigação de Marx é o valor como forma social do produto do trabalho. O trabalho não pode ser analisado somente pelo seu conteúdo material, deve ser analisado segundo sua forma social histórico-concreta.

Marx na sua crítica a economia política, apresenta o processo de trabalho nos seus elementos simples e abstratos, como eterna condição natural da vida humana e independente de qualquer organização social, no entanto no sistema capitalista estes elementos do processo do trabalho já não são suficientes para explicar o domínio do homem sobre a natureza, pois este não é mais um processo individual entre o homem e a natureza e sim um processo social de produção. Assim, o trabalho não deve ser analisado apenas pelas suas diferentes formas e pelo lado técnico e sim levando em conta também as relações sociais de produção em que ocorre.

O desenvolvimento do capital pressupõe por um lado o trabalhador livre que permita o intercâmbio da sua força de trabalho por dinheiro e por outro lado a separação do homem dos meios necessários para a sua reprodução material. Na relação entre trabalho assalariado e capital, o produtor é alijado dos meios de produção necessários a sua reprodução, e precisa vender a sua força de trabalho.

No capitalismo, o trabalhador é reduzido a mero reproduzidor de valores de troca, o que significa a negação da sua existência natural, ou seja, significa dizer que o trabalhador e sua produção estão determinados pela sociedade.

Partindo do conceito de trabalho em Marx devemos compreender o caráter contraditório do trabalho, tarefa empreendida por Marx, sendo fundamental para contrapormos concepções diferentes e conflituosas sobre o trabalho. A contradição do trabalho apresentada por Marx coloca-o como uma *manifestação da vida* e também como *expropriação de vida*.

O que sustenta o discurso de “fim da centralidade do trabalho”, é também uma idéia positivista desta categoria, como um idealismo que só enxerga a parte “criadora do sujeito humano”. No marco da abstração, observando somente os pontos positivos do trabalho, que ao deparar-se com a forma capitalista de exploração do trabalho, acredita que se finaliza seu potencial ontológico de constituição do ser humano.

Em Frigotto (2005), temos a materialidade deste debate, com a “dupla face do trabalho – criação e destruição da vida”, quando o autor coloca esta discussão e exprime o caráter contraditório do trabalho na sociedade capitalista. O trabalho criador da vida humana é atrelado as suas duas dimensões distintas, já expostas por Marx: trabalho como mundo da necessidade e trabalho como mundo da liberdade. Sendo o primeiro aspecto relacionado com a condição de sobrevivência dos seres humanos e a necessidade biológica e social de produzir para isto. E a segunda dimensão da centralidade, do trabalho como princípio educativo, como o mesmo nos diz um dever a ser aprendido, socializado desde a infância, debate que nos atinge diretamente nesta pesquisa, segundo Frigotto (2005):

Trata-se de apreender que o ser humano – como ser natural – necessita elaborar a natureza, transformá-la, e pelo trabalho extrair dela bens úteis para satisfazer as suas necessidades vitais e socioculturais. Quando não se socializa este valor, a criança e o jovem tornam-se, no dizer de Gramsci, espécies de mamíferos de luxo, que acham natural viverem do trabalho e da exploração dos outros. (FRIGOTTO, 2005, p. 15)

O fato do trabalho na sociedade capitalista, ser produzido a partir do modo de produção, faz com que neste momento histórico específico tenhamos o aprofundamento da exploração do trabalho, e sua conseqüente alienação. O trabalho regulado pelas relações sociais capitalistas vem na história sendo interpretado como tortura, sacrifício, privação, e logo demonstra cotidianamente sua face mais destrutiva para os trabalhadores.

Neste modo de produção ao trabalhador somente lhe é permitido vender sua força de trabalho, e ele mesmo logo se torna mercadoria, esta exploração só é possível porque o capitalismo baseia-se na propriedade privada.

2.1 Sobre uma forma historicamente determinada de trabalho: a atualidade da exploração do trabalho infantil

O trabalho infanto-juvenil é um fenômeno social presente ao longo da história da humanidade que, de acordo com as relações de produções, tem sua forma histórica determinada. Aqui para nós, interessa-nos a investigação sobre a perspectiva da exploração do trabalho infanto-juvenil que, na atual conjuntura, vem sendo elemento de *destruição da vida*. Logo recorreremos as suas formas históricas, não para negar a necessidade do trabalho como princípio educativo, mas para compreender de que forma chegamos a atual impossibilidade do mesmo sob a égide do capital imperialista e o enfraquecimento da potencialidade ontológica.

Entre 1770 a 1830 se produziu a primeira revolução industrial, com a introdução da energia a vapor e das máquinas-ferramenta, com isso, teve início o período da grande indústria e a burguesia adquiriu pleno domínio. Engels ao escrever o livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra (2008)* alguns anos após o período datado do evento encanta-se com o que enxerga na Inglaterra e afirma que este país é a “oficina do mundo”, ao analisar que sob o comando do capital a ordem burguesa, deflagrada a revolução industrial, constrói o seu perfil “urbano-industrial”, trazendo consigo o proletariado. Esta revolução alicerçou-se no desenvolvimento de novas técnicas, que mudaram de forma gigantesca a relação de exploração do homem sobre a natureza.

O predomínio rural dá espaço a grande indústria. A revolução no processo de produção ocasiona uma desintegração das velhas relações familiares e acaba por suprimir a base econômica paterna, com o início da exploração do trabalho de crianças, introduzindo-os no processo produtivo. A relação entre as classes também

se altera. Na estrutura da sociedade capitalista, as duas classes principais e antagônicas são a burguesia e o proletariado.

É sobre o olhar de Karl Marx (2010) em O Capital I, que averiguamos de que forma surge a exploração do trabalho infanto-juvenil. Para tanto, a seguir reproduzo um trecho de sua obra, este significativo para compreensão de quais as conseqüências da introdução de crianças e adolescentes na indústria moderna:

... meninos, na maioria entre 11 e 17 anos, cuja atividade consiste exclusivamente em colocar uma folha de papel na máquina e retirá-la depois de impressa. Notadamente em Londres, realizam esta tarefa enfadonha numa jornada de 14,15 e 16 horas ininterruptas, em alguns dias da semana e, freqüentemente, durante 36 horas consecutivas, com apenas 2 horas de pausa para comer e dormir. Grande parte deles não sabe ler; são geralmente criaturas embrutecidas, anormais. (MARX, 2010, p. 13)

O prazo de serventia desta mão de obra para produção era pequeno, normalmente quando estes jovens atingiam seus dezessete anos deixavam de ter ocupação no processo produtivo. Ao buscarem outro tipo de trabalho, devido ao seu embrutecimento e degradação física e moral, acabavam por ficar a mercê de uma vida indigna e sem chances de sobrevivência futura. Não raro, estes sujeitos acabavam por fazer parte de crimes e tornar suas vidas um passe de troca por comida ou roupas.

Com o avanço das forças produtivas, de novas transformações na forma de produção, combinado a luta de classes, temos como produto a regulamentação de leis trabalhistas e a conseqüente proibição do trabalho infanto-juvenil. Jogando as crianças nas ruas, sem trabalho ou qualquer perspectiva de estudos.

Porém, o trabalho infanto-juvenil compõe e reproduz a acumulação capitalista, e mesmo que estas crianças tenham tido sua expulsão do processo produtivo formal, todas as reestruturações produtivas sempre ratificaram o uso do trabalho infanto-juvenil. Mesmo que seu local tenha sido alterado com o passar do tempo, sua necessidade não ficou obsoleta no sistema capitalista. Adiante com a flexibilização das leis trabalhistas, fruto da reestruturação produtiva, temos a desregulação do trabalho, e um conseqüente processo de *automação* que gera um alto índice de desempregado.

Segundo Antunes (2010), em países como França e Inglaterra, nos últimos anos tivemos a diminuição de cerca de 20% dos trabalhadores fabris, gerando um processo de *desproletarização*⁸. Segundo o mesmo autor, as *múltiplas processualidades* que o sistema impõe a classe trabalhadora, traz uma diminuição do proletariado e um contraditório crescimento do trabalho assalariado, fruto do crescimento do setor de serviços.

A atualidade da desregulação do trabalho, o aumento do setor de serviços, e das terceirizações e precarização do trabalho, geram um desemprego estrutural que acirra a miséria de famílias da classe trabalhadora. Esta miséria coloca como única alternativa para muitas famílias a utilização, desde muito cedo, da força de trabalho de seus próprios filhos.

Neste quadro, compreendemos a contradição principal deste fenômeno pelo possível enfraquecimento da potencialidade ontológica desta forma de trabalho. A exploração do trabalho a que criança e adolescentes estão sujeitos é central em suas constituições enquanto seres humanos, assim como é elemento *mutilador da vida*, nas descrições de Fonseca (2008):

O trabalho infanto-juvenil é toda prática laboral – formal ou informal – cujos sujeitos tenham menos de 18 anos, sem caráter educativo, que desrespeite os limites do sujeito em questão, oferecendo riscos diretos ou indiretos ao mesmo, vinculada a estratégia de sobrevivência, remunerada direta ou indiretamente, desenvolvida em casa ou na rua, caracterizando exploração da força de trabalho. Mesmo quando travestido de ajuda, esta forma de trabalho, possui contornos evidentes de classe, etnia e gênero. (Fonseca, 2008).

O trabalho infanto-juvenil, apesar de frente a sua relevância social ter uma incipiente produção acadêmica, não é um fato novo, como toda sua historicidade revela. Porém, é partir da década de 80, segundo Mazzoti (2002) que começamos a ter mais dados sobre o tema através de institutos como o IBGE. Os dados percentuais em relação ao tema, apresentados pelas PNADs tomam como critério apenas as pessoas que estão trabalhando ou procurando emprego na semana de pesquisa, não raro o trabalho infanto-juvenil é escamoteado dos índices, relativizando desta forma os “dados oficiais”.

8 Antunes, 2010.

Em uma reflexão sobre atualidade do tema trabalho infanto-juvenil, e sua forma recorrente de análise, Mazzoti (2002) nos instiga a repensar o cruzamento de fatores em pesquisas sobre o tema. Apresentando a educação e a relação com o fracasso escolar como causa e efeitos diretos, o que na materialidade exerce mais particularidades. Principalmente quando, ao cruzar os discursos de professores e gestores, encontra-se uma fala que não condiz com o sentimento expresso pelos estudantes envolvidos nesta forma de trabalho.

(...) os meios de comunicação que focalizam o trabalho infantil em condições subumanas, mostrando crianças massacradas pela exploração de pais e patrões, o que é o caso dos alunos destes professores. É provável também que essas reproduções estejam influenciadas pela produção acadêmica, que por tratar o trabalho infanto-juvenil como uma categoria hegemônica, caracteriza de um modo necessariamente negativo (...) (MAZZOTI, 2002, p. 7)

E ao analisar com profundidade a relação “negativa” nas produções acadêmicas que criam estereótipos, principalmente relacionados aos pais, a ideia de “família desestruturada” aparece como algo recorrente, indo ao encontro da concepção expressa na constituição de 1988 que, coloca antes do Estado e da sociedade, a família como principal responsável pela garantia de vida de crianças e adolescentes. Marx (1986) ao descrever as tendências da indústria moderna nesta relação já afirmava que “este sistema social degrada o operário até o ponto de transformá-lo em um simples instrumento de acumulação de capital e que, fatalmente, converte seus pais em mercadores de escravos de seus próprios filhos.”

Assim não se constitui uma inter-relação direta como causa e consequência da relação familiar, pois as particularidades da família frente ao trabalho infanto-juvenil aparecem como um componente estrutural do sistema capitalista, prescindindo da capacidade civilizatória, acirrando o processo de acumulação e avançando nos direitos dos trabalhadores.

2.2 A construção jurídica do *sujeito de direitos*

A realidade material tem suas contradições acirradas pelas lutas dos movimentos sociais, que historicamente lutam pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Segundo Fonseca (2010), podemos localizar o primeiro movimento de proteção a estes sujeitos, na revolução industrial com a imposição das Leis Fabris, que colocavam como condição para o emprego da população até 15 anos a instrução escolar.

Seguindo, teremos o Juízo de Menores, criado pelo decreto nº 16272 de 20/12/1923 até 1941, data da criação da SAM – Serviço de Assistência Social aos Menores – estabelecia um novo padrão com relação à prática jurídica dirigida ao menor. É a partir deste juízo que o menor começa a ser estudado e qualificado dentro de características morais, físicas, sociais e afetivas, centralizando exames e possíveis diagnósticos na responsabilidade de um médico, que ao final atribuiria ao menor uma personalidade normal ou patológica.

Dentro do contexto específico da época, a criação do juízo de menores foi um avanço em relação ao trato deste sujeito, por mais que basicamente ficasse restrito a uma classificação moral do menor, que muitas vezes era julgado como “vicioso”, “vadio”, “criminoso” ou “órfão”. Um avanço na época sobre novos ideais de proteção e assistência à infância, que apesar de, na prática, muito delegado à justiça, no que diz respeito à elaboração teórica foi progressivo, e proporcionou o surgimento de novas disciplinas como o Serviço Social. Rizzini (1993) em seus estudos explicita de que forma a influência dos saberes científicos sobre a prática jurídica serviu para justificar e reforçar uma prática discriminadora excludente

A apreciação final dada pelo médico, apesar de breve, tinha uma repercussão importante no desenrolar do processo. Funcionava como uma pré-sentença, já que os considerados mentalmente perturbados dificilmente escapavam a uma intervenção mais enérgica do juiz. (RIZZINI, 1993, p. 87).

Esta política com o passar dos anos toma forma em um Código do Menor, que em 1979 passa por algumas reformulações, consolidando a Doutrina da Situação Irregular no Brasil. Que mesmo focando às políticas sociais a crianças e

adolescentes, continua tendo-os como inferiores e incapacitados, resumido na concepção “menor”.

Na contemporaneidade, em 1973, com a Convenção nº 138 sob o título de Idade Mínima para Admissão a Emprego, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) ratifica a proibição do trabalho infanto-juvenil, e ao aumento da idade mínima para 16 anos. Esta convenção foi ratificada por mais de quarenta países-membro.

Fruto do período de efervescência democrática, em 1988 a Doutrina da Proteção Integral, começa a ser incorporada no Brasil, através da Constituição Federal de 1988, o artigo 227, que conclui:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar á criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, á liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 1988)

É importante ressaltar que os processos que acontecem no Brasil têm uma estreita relação com uma dinâmica internacional, em defesa da criança e do adolescente em uma mudança gradual da concepção deste sujeito, impulsionada pela ONU. Assim em 1990, após movimentos sociais e mobilizações conjuntas, temos materializado a Doutrina da Proteção Integral no Estatuto da Criança e do Adolescente, garantindo um sujeito de direitos, com atendimento em prioridade pelo Estado.

Mais recentemente, em 1999, a convenção nº 182 sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil, da O.I.T, atrela a necessidade de erradicação do trabalho infanto-juvenil com a universalização da educação básica em todo o país. Por último, uma alteração na CLT(2000) traz novamente a tona o conceito de menor, e introduz a possibilidade de trabalho na forma de aprendiz, a partir dos 14 anos.

O que é constante na história do trabalho infanto-juvenil é a permanência da contradição de crianças e adolescentes, entre a necessidade material do trabalho precoce e/ou desprotegida e a luta pelo direito a uma vida infanto-juvenil. Logo, as leis reconhecidas pelo Estado, são marcadas freqüentemente por orientações de

organismos internacionais, que se revelam os números do trabalho infanto-juvenil tentam apresentar algumas soluções.

É ao olhar o cotidiano, através de produções acadêmicas, sobre as empirias de pesquisas dos grupos ou mesmo sobre os dados oficiais, que percebemos o quanto os indícios desta exploração ainda subsistem fortemente, até mesmo sob elementos de antigos modos de produção: como a escravidão. Crianças e adolescentes submetidos à criminalidade, ao narcotráfico, à exploração sexual e comercial e a condições análogas à escravidão, entre outras atividades classificadas como “piores formas de trabalho infantil” revelam como persiste em nosso país a condição servil da época colonial, dadas todas suas particularidades. Negando as próprias condições de ser humano às novas gerações, produzindo e reproduzindo a acumulação capitalista vigente.

3. METODOLOGIA

Ao iniciar este capítulo, apresento um breve estudo sobre o GT 9 da ANPED – Trabalho e Educação e sua história recente. Vou a este estudo com três objetivos distintos: auxiliar na construção do conceito de trabalho infanto-juvenil utilizando os pesquisadores da área; como estratégia metodológica; como campo referencial para o debate sobre o tema e suas variadas concepções.

A conformação de uma linha de pesquisa dedicada ao estudo da relação Trabalho e Educação no Brasil têm sua história entrelaçada pelo debate de formação e projeto educacional em nosso país. O conjunto de pesquisadores organizados no Grupo de Trabalho da Anped, GT 9, ocorre através de estudos que objetivam compreender as relações entre o mundo do trabalho e a educação, buscando perceber suas várias facetas como formação profissional, formação sindical, reestruturação produtiva e etc.

O interesse pelo tema da educação e do trabalho surge no Brasil ao final da década de 1960, fruto de pressões por maior participação política e econômica. Segundo Kuenzer (1991), esta discussão renasce sob o signo da classe trabalhadora com seus intelectuais, no processo de construção de um novo projeto hegemônico. No campo da pesquisa científica, nasce com demarcação contra a concepção de “ciência neutra”, pelo seu caráter político e social. Tendo como base a importância da visão da realidade histórica como produção da existência.

Sua importância está na possibilidade de elaboração sobre a concepção marxista de trabalho como forma de educação e os impactos da divisão social e técnica o trabalho como condição indispensável para a constituição do modo capitalista de produção.

Trein e Ciavatta (2003) ao realizar um estudo sobre as produções do GT 9, entre 1996 e 2001, apresentam como as temáticas mais estudadas: trabalho, educação-teoria e história, trabalho e educação básica, profissionalização e trabalho, educação do trabalhador nas relações sociais de produção e trabalho, educação nos movimentos sociais. Para além, uma das características dos trabalhos

no grupo é o grande número de produções que tem como campo empírico de pesquisas as revisões analíticas da literatura produzidas sobre estes temas e subtemas.

Caracteriza-se por embates teóricos e metodológicos no campo da ciência, o GT 9 constituiu-se como uma referência na forma da disputa existente nas concepções de universidade e produção do conhecimento. Assim, não como casualidade o número de intenções de pesquisas em que as próprias produções na área para realizarem suas análises e propor avanços teóricos. Pois há, comprovadamente, uma insuficiência no acervo de pesquisas na área “ trabalho e educação”, e uma menor ainda socialização (Trein e Ciavatta), logo, a perspectiva de formação e função social das universidades públicas devem ser reafirmadas, podendo o GT exercer grande colaboração para esta tarefa, cumprindo uma demanda existente.

Auxiliam-nos as autoras, assim como o GT de conjunto, na afirmação de que frente à materialidade de fenômenos sociais, como no nosso caso o trabalho infanto-juvenil, as reflexões teóricas podem ser elementos de síntese para a construção de políticas públicas no tema. Extraindo do campo empírico as concepções e também os ricos trabalhos existentes que, no nosso caso, vão do atravessamento do trabalho infanto-juvenil na escola, no trabalho educativo, no campo, na rua, na sua invisibilidade ou mesmo na aplicação de políticas para este público.

Tanto quanto através dos trabalhos do GT, é possível capturar os questionamentos sobre a potencialidade ontológica das formas de trabalho infantil encontradas, até mesmo no trabalho educativo, proporcionada por muitas instituições públicas. Aí também, pode-se realizar a reflexão a partir de Kuenzer (2007) com a dualidade estrutural e a relação com a flexibilização, pois ainda que se tente negar a dualidade pelas transformações na organização do trabalho, continua-se a formar sujeitos de acordo com as necessidades do capital. Assim, permanece a impossibilidade de superação da dualidade estrutural e de um trabalho realmente educativo, pois fica vigente a contradição entre a propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho.

3.1 O caminho de um estado da arte

São algumas as denominações que podemos atribuir a estudos do tipo que estamos nos propondo a realizar: balanço da produção, estado do conhecimento e estado da arte porém o que nos interessa desenvolver com esta metodologia, que pode ter estes variados nomes, é a possibilidade de conhecer a construção do conhecimento acerca de uma certa temática. Estudos deste tipo não são uma novidade. Kuenzer (1991) ao realizar uma pesquisa com esta forma metodológica sobre a temática educação e trabalho, se faz uma importante referência.

Fazer um balanço do conhecimento que tem sido produzido nessa área, identificar temas de pesquisa que carecem de desenvolvimento e tentar avançar na compreensão das questões postas pelas relações sociais concretas é um trabalho que se impõem, principalmente no caso brasileiro, onde as conquistas democráticas são incipientes e a cidadania é pouco mais que uma concepção formal (...) KUENZER, 1991.

Esta metodologia não é apenas utilizada na área das ciências humanas, ainda que a justificativa mais frequente nesta área seja pela grande variedade de métodos e metodologias utilizadas. Logo, o estado da arte conforma-se também como uma forma de organização da produção sobre certo fenômeno social, assim, no nosso caso, o trabalho infanto-juvenil.

O núcleo de Pesquisa NIEPE-EJA, ao realizar um primeiro estudo deste tipo, no ano de 2008, formula a definição com qual trabalhamos de forma mais geral o estado da arte, conforme segue:

Pesquisas são do tipo estado da arte quando se pretendem dentro de um recorte temporal e geopolítico específico, realizar a análise e a sistematização de um determinado campo de conhecimento, de uma determinada temática. Visando desta forma reconhecer e analisar a produção acadêmica, identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, lacunas e campos inexplorados abertos a futuras pesquisas. (NIEPE-EJA, 2008)

Sendo assim, delimitamos nossa metodologia dentro de um campo referencial também, que é o materialismo histórico e as já citadas obras e autores ligados ao campo Trabalho e Educação vinculados ao GT 9 da ANPED. Pois, tendo o trabalho

infanto-juvenil uma existência material implicada em inúmeras relações que conformam as totalidades sabe que a única alternativa que se coloca como válida para superar um tratamento apenas ideológico das questões é compreendê-las em situação histórica concreta.

Assim, o estado da arte associa metodologias quantitativas e qualitativas num nível secundário de competência informacional⁹ na busca de identificar, primeiramente o estado em que se encontra a produção sobre o tema, e posteriormente, extrair disto o referencial teórico para futuros trabalhos.

Segundo Minayo (1994), a metodologia expõe as implicações do caminho escolhido para compreender determinada realidade e o homem em relação a ela. Para tanto é distinto do método, que assim se configura como a lente com a qual enxergamos o nosso objeto de pesquisa. No estado da arte, construímos uma pesquisa de natureza qualitativa, onde o quantitativo é um critério de análise importante para a construção do problema.

Temas pouco pesquisados são alvos frequentes deste tipo de estudo, que procuram explorar as interpretações a cerca do objeto, campos que apresentam pouca precisão sobre a área de pesquisa. Para tanto, o evidenciamento dos valores e interesses e as justificativas de determinadas escolhas metodológicas permitem maior alcance de cientificidade quando favorece os questionamentos acerca das condições e limites de sua validade.

Ao mesmo tempo difere-se do que são as revisões bibliográficas ou os mapeamentos, pois, para além da observação dos dados contidos nas fontes, busca-se contribuir com propostas para futuras lacunas e campos a pesquisar. Ainda que o mapeamento faça parte da construção do estado da arte, não aparece nesta metodologia como fim em si, ao contrário, ocupa parte de uma etapa da produção da pesquisa.

Ao realizar estes movimentos de forma alguma se pretende esgotar a produção científica sobre o tema pesquisado, esta pretensão iria contra a

⁹ Segundo Dudziak (2008) registra em seus estudos a existência de diferentes níveis de competências informacionais do pesquisador. Esta competência do pesquisador consiste em saber mobilizar e combinar recursos pessoais (dimensão qualitativa) e recursos instrumentais (dimensão quantitativa) para resolver uma situação específica de pesquisa.

conformação deste trabalho que se pretende indicativo de novas possibilidades de pesquisas na área. Assim, ao utilizar esta metodologia nos perguntamos: como vem se dando a estruturação do campo de pesquisa sobre a temática trabalho infanto-juvenil nos últimos vinte e um anos nas universidades do Estado do Rio Grande do Sul?

Ao nos remeter a estruturação da busca nas pós-graduações, que segundo Martins (2003), ao longo das últimas três décadas encontram-se sob a responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Brasil vem construindo o maior e melhor sistema de Pós-graduação da América Latina. Porém, a contradição entre o desenvolvimento da educação superior frente à escassez de qualidade da educação básica, faz com que em 2007 a Lei nº 111.502 (BRASIL, 2007), reformule a função da CAPES, como segue: “induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores do magistério”.

Isto, desde já nos deixa explícita a necessidade da pós-graduação ter uma produção que esteja voltada ao desenvolvimento educacional na atual sociedade, responsabilizando-se por debates e sendo parte de fundamentações teóricas para a construção de políticas públicas. Que em nosso tema de pesquisa se fazem tão necessárias.

Dessa forma, elegemos teses e dissertações das pós-graduações das universidades do Rio Grande do Sul para dar conta desta investigação. Para isso, o primeiro desafio constitui-se na busca em Bases de Dados, neste caso, os portais eletrônicos dos acervos das universidades, utilizando um processo estruturado para uma busca que objetivou contextualizar a pesquisa.

O banco de teses da CAPES, desde o principio de nossos estudos não aparece como fonte de busca, isto é atribuído à relação imediata que existe entre as produções acadêmicas e as universidades das quais as mesmas são oriundas. Tal movimento não acontece na mesma agilidade no que se refere ao banco de teses da CAPES, assim torna-se de certa forma menos fidedigna uma pesquisa que queira abordar com maior precisão o todo sobre uma temática a partir de um recorte específico. Obviamente, que esta escolha tornou nossa busca com um caminho por

certo mais longo, uma vez que realizo uma ligação direta com os bancos de dados de cada universidade pesquisada.

3.2 Processo estruturado de busca de um “Estado da Arte”

Assim, diferentemente de outros, neste trabalho a metodologia, que é forma do discurso que apresentamos o método, é grande constituidora do campo que iremos analisar. Torna-se central os procedimentos de construção deste campo, que servirá para conhecermos melhor nosso objeto após sucessivas aproximações com a realidade social.

O objetivo da pesquisa coloca-se neste desenvolvimento na forma que construímos os procedimentos, ao analisar o tipo de estudos e seus desafios, ao mapear certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tempo e lugar, com base em diversas formas de apresentação (tese, dissertações, artigos em periódicos, comunicações em congressos e seminários). Construindo como produto o estado da arte sobre o tema.

Com a perspectiva de analisar a forma de construção de nosso campo e a contradição existente entre a flexibilidade que possui esta metodologia e o seu necessário rigor teórico, Ciavatta e Treim (2002) chamam a atenção para os riscos e as limitações implícitas.

Encaixa-se nesta perspectiva o mapeamento, que aglutina os resumos, os quais não obedecem a nenhuma normatização e dificultam o trabalho do pesquisador, que pode realizar “errôneas categorizações” das produções analisadas. Outro problema é a possibilidade de realização de estudos deste tipo que tomem somente os resumos para análise, omitindo a leitura completa da obra e podendo tomar a parte como todo não correspondente, pois segundo Ferreira (2002) e, cada resumo haveria uma relação de continuidade e ruptura com o trabalho que lhe dá origem.

O design que constituímos através dos procedimentos utilizados evidenciam que o primeiro passo a buscar na base do processo: os catálogos eletrônicos das universidades gaúchas e suas respectivas áreas do conhecimento a serem investigadas. Em nosso caso, buscaremos as produções em todas as áreas do conhecimento, a fim de poder ter

uma visão mais geral sobre o tema.

Assim como a escolha de um estado da arte, e não “o” estado da arte baseia-se no movimento de sucessivas aproximações com a metodologia que realizo desde a iniciação científica, e que me colocaram a possibilidade de dentro de alguns limites metodológicos aperfeiçoar e também a adequar o estado da arte a partir das necessidades que surgiram do campo. Baseados nisto é que optamos pela leitura completa das obras de nosso banco de dados, ao realizar trabalho que possa aproximar-se com mais precisão do objeto de estudo, mas que para isso necessitará de uma delimitação geográfica e temporal. Ainda sim consciente sobre nossas possibilidades de interpretação e organização da história escrita sobre o fenômeno trabalho infanto-juvenil nas produções acadêmicas, dentro do que afirma a seguir Ciavatta e Trein (2001),

(...) a história é a produção da existência humana. Ao produzi-la, tanto considerando a história como processo quanto considerando-a como método, colocamos nossos valores e ideologias. Assim a história construída é sempre fruto de opções conceituais e metodológicas, imbuídas, de uma determinada visão de mundo, certo referencial analítico, que conduz à afirmação de uma verdade aproximada. O que lhe retira um possível relativismo subjetivista, na medida em que está subjacente à história escrita à produção material e seus aspectos sociais e culturais. (CIAVATTA, TREIN, 2001, p. 143)

A delimitação desta forma não é construída aleatoriamente, utiliza-se de critérios de seleção os objetivos frente às necessidades do problema em questão. Para tanto observar o movimento de construção do fenômeno trabalho infanto-juvenil em produções acadêmicas *strictu sensu*, coloca-se o primeiro impasse sobre o recorte temporal. Assim ao tomarmos a concepção jurídica e social implicada no Estatuto da Criança e do Adolescente, de sujeito de direitos, delimitamos nosso recorte com início na sua promulgação, em 1990 até o ano de início do presente trabalho, em 2011, avançando da pesquisa de iniciação científica que tinha como delimitação temporal 1990 a 2008.

Trabalhos deste tipo tais como realizaram Kuenzer (1987), Trein e Picanço (1995), Trein (1996), Haddad (2000), Shiroma e Campos (1997), Spósito (2009) dentre outros, têm, em sua maioria, amplitude do território nacional. Porém, não podemos proceder da mesma forma já que neste momento não trabalhamos na perspectiva de um grupo de pesquisadores localizados em diferentes partes do país para conformar a pesquisa. E

cabe também a nós aprofundar a construção do objeto no Rio Grande do Sul, estado que possui, segundo dados da PNAD 2011, 10,6% de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos o trabalho infanto-juvenil.

Conforme Lima e Miotto (2007), a construção do desenho metodológico se dá através da disposição das etapas de investigação, que após serem descritos devem vir acompanhados da delimitação do objeto de estudo e das apresentações das técnicas a serem utilizadas. Sendo assim, nossos procedimentos desde a iniciação científica (2008-2010) incluem: (1) conceituar Estado da Arte (recuperando concepções das áreas em que houver produção sobre a temática); (2) quantificar a produção; (3) selecionar o que será objeto de análise; (4) analisar as produções selecionadas; (5) sistematizar os tópicos para a análise; (6) realizar a (re) escrita de resumos e palavras-chaves dos trabalhos selecionados; (7) divulgar e discutir os resultados com os fóruns que têm interface com o infanto-juvenil, gestores e executores de políticas públicas para a faixa etária e as instituições pesquisadas, com forma de diálogo com os pesquisadores da área.

Sobre o procedimento que apontamos como “(re) escrita dos resumos e palavras-chaves selecionados”, observando categorias discursivas em comum, para este estado da arte específico buscamos organizar as categorias através dos sub-temas que observamos nas produções acerca do trabalho infanto-juvenil. Assim a divulgação desta organização temática deverá servir para até mesmo a discussão futura destes resumos, mas aí a partir de um diálogo com os próprios pesquisadores do campo.

Dentro de cada procedimento temos algumas técnicas de pesquisa que são estruturadoras de nosso trabalho, dentre elas o *mapeamento* e a *leitura*. Pesquisa que parte de uma revisão bibliográfica tem a leitura como técnica privilegiada de análise, esta deve ser acompanhada de uma ficha de leitura que organiza todos os aspectos a serem coletados, conformando a *leitura analítica*. Já o mapeamento eletrônico é o que possibilita termos um banco de dados ao qual iremos ter como referência composto por todas as produções que se encontram dentro de nossos critérios para análise e pesquisa sobre o objeto de análise em foco. Este mapeamento será norteado pela utilização de conceitos e denominações que podem atribuir sentido a temática, no nosso caso o Trabalho Infanto-juvenil.

O banco de dados

A construção de nosso campo tem seu passo inicial no mapeamento eletrônico das produções acadêmicas existentes sobre o tema dentro de nosso recorte. Para isto, o critério utilizado para selecionar quais são as universidades que serão rastreadas é o cadastro no INEP, como forma de certificar a existência formal destas instituições.

Ao todo foram 18 universidades com este cadastro no estado, dentre estas sete públicas e onze particulares, todas estas se encaixam na conformação de universidades, ficando excluídos institutos federais, faculdades ou centros universitários, que se diferem por não possuírem obrigatoriamente a oferta de ensino, pesquisa e extensão acadêmicas. Nossa pesquisa focaliza a produção acadêmica a respeito do tema trabalho infanto-juvenil nas seguintes áreas do conhecimento: Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Ciências Agrárias.

Para iniciar a busca pelas obras utilizamos as seguintes palavras-chave: (a) trabalho infanto-juvenil, (b) trabalho infantil, (c) trabalho precoce, (d) trabalho e infância, (e) trabalho e juventude, (f) trabalho do menor, (g) trabalho do aprendiz, (h) lei do menor aprendiz e (i) estratégia de sobrevivência.

Para o design de busca utilizamos estas nove palavras-chave, algumas vezes em forma de associação para que pudéssemos ter um refinamento maior na procura. Conjuntamente, na etapa de construção do banco de dados vale-se para seleção das produções, segundo (Vianna; Enssli, Giffhom, 2011), os critérios de alinhamento e aderência das obras na população identificada na primeira etapa somente com os descritores. Assim, por meio da análise dos conteúdos (títulos/resumos/palavras-chave), com uma leitura parcial, compomos uma primeira amostra selecionada.

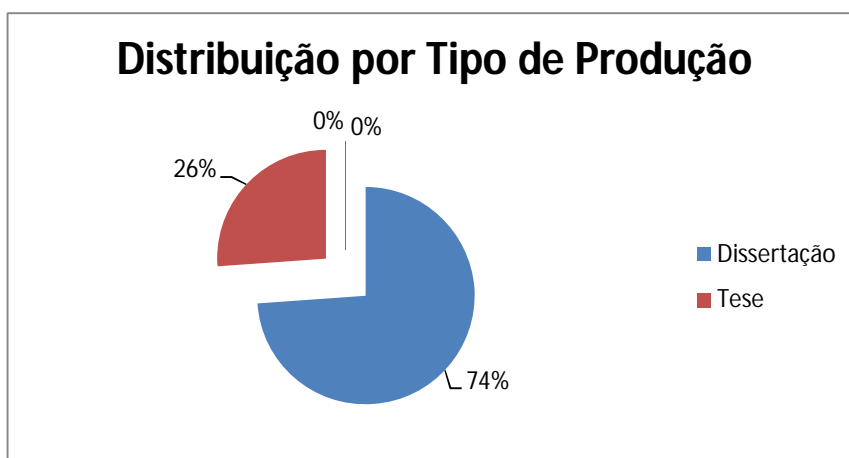
Nesta fase, onde podemos ou não proceder às leituras dos resumos, é possível que no conjunto dos trabalhos identificados nas plataformas de busca das universidades em questão, a partir da palavra-chave vejamos obras a serem descartadas. Seja por não estarem dentro da nossa delimitação temática, ou mesmo

por não evidenciarem clareza do processo de pesquisa a fim de poder ser selecionada para leitura ampla.

Todos estes descritores foram anteriormente desenvolvidos como sinônimos ou parte do que é o trabalho infanto-juvenil. A partir disto foram encontradas cinquenta e cinco produções, entre pós-graduação *lato* e *stricto sensu* (monografia de especialização, dissertação e tese) e graduação (trabalho de conclusão de curso e trabalhos acadêmicos).

Essas produções constituem um conjunto de trabalhos que escrevem sobre trabalho infanto-juvenil diante de nossa delimitação temporal e geopolítica. A partir das cinquenta e cinco produções realizamos um recorte para analisar especificamente as produções acadêmicas de pós-graduação, como forma de poder olhar para a gênese da produção acadêmica. Respeitando também nossas limitações estruturais para compor um recorte mais amplo, sendo este motivo secundário frente à relevância das obras de mestrado e doutorado acadêmico.

Assim em uma seleção que continha as produções de graduação e pós-graduação sobre o tema, tínhamos cerca de vinte e seis trabalhos de conclusão de curso, seis monografias de especialização, dezessete dissertações e seis teses, totalizando as cinquenta e cinco produções. Após a seleção específica das produções de pós-graduação, para composição de alinhamento das obras como nosso objetivo de pesquisa, ficamos com a composição de tipos de produção na seguinte distribuição:



Organizamos, conforme constam em anexo, as produções em um “Quadro

Organizativo do Banco de Dados das Produções das Universidades¹⁰”, desta forma realizamos as organizações das produções a partir de características que contribuam para a localização temporal e conceitual. Descrevendo a seguintes informações: título, autor, universidade, ano, tipo, área, nº de folhas, descritor e se possui resumo na sua indexação eletrônica.

Finalmente, sobre o Banco de Dados que consultamos os portais eletrônicos das universidades, destaca-se a escassez de opções nas ferramentas de busca e seleção de informações disponíveis para o usuário da plataforma, que necessitam aperfeiçoamento, pois dificultam a acuracidade, quando comparadas com plataformas de outros países.

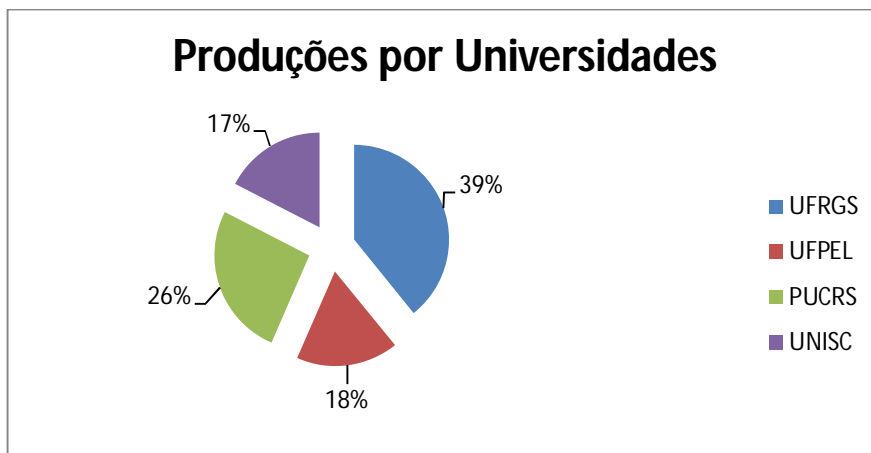
3.3 Contextualização do “Estado da Arte”

Como afirmamos anteriormente, pesquisas de tipo estado da arte tem o quantitativo enquanto importante critério de análise é partir disto que podemos realizar uma primeira organização da produção sobre o tema. As informações que irão formar a nossa contextualização sobre o estado da arte a partir das obras encontradas são fruto do processo estruturado de busca descrito anteriormente.

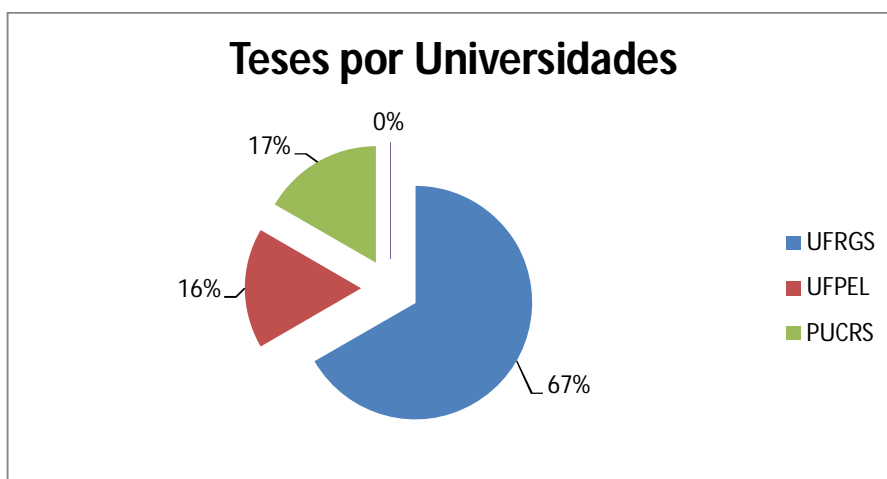
Através dos dados organizados no quadro referido, temos a possibilidade de observar o assunto tratado na identificação do que, quem, onde e quando se publica sobre o tema, possibilitando, após leitura e análise completas, o agrupamento ou descarte com vistas ao estabelecimento de um referencial teórico.

O gráfico 2. apresenta a distribuição das produções selecionadas segundo sua universidade que foi realizada a pesquisa, assim é possível verificar uma polarização da produção dissente sobre o tema nas universidades federais (UFRGS; UFPEL).

¹⁰ Este quadro encontra-se em anexo, na forma sem o corte da literatura a ser analisada da pós graduação, logo ele irá apresentar o todo, das 55 obras sobre o tema de pós-graduação e graduação. Podendo o mesmo servir para um futuro próximo de material para pesquisas sobre a temática.

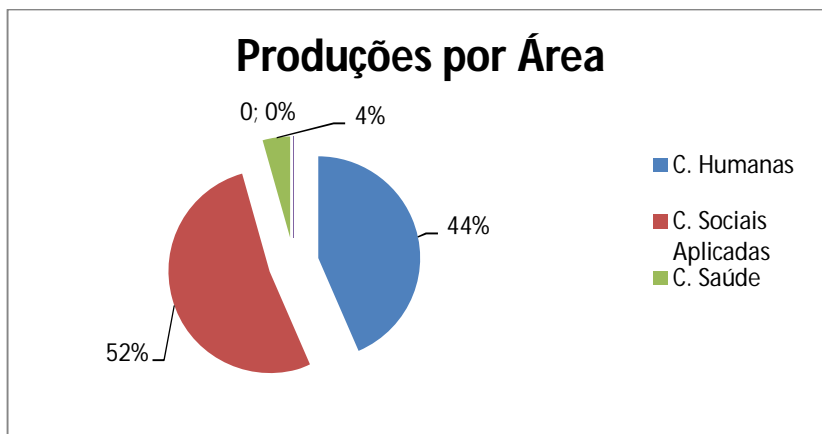


Porém, o fato que conduz a esta polarização significativa é que apesar de em números de teses e dissertações, em análise conjunta, termos pouca diferença, quando analisamos em separado teses/dissertações é que justificamos para esta afirmação (gráfico 3).



Se, dentro de nosso recorte temporal e geopolítico teríamos dezoito universidades para serem pesquisadas, porém somente quatro deste universo apresentaram produções de pós-graduação (mestrado e doutorado), explicando a grande concentração nas outras universidades.

Relativamente à área de produção científica (gráfico 4), verifica-se uma concentração nas áreas das ciências humanas e ciências sociais aplicadas, com destaque para as sub-áreas, segundo divisão do CNPQ, da educação, ciências sociais e do serviço social.



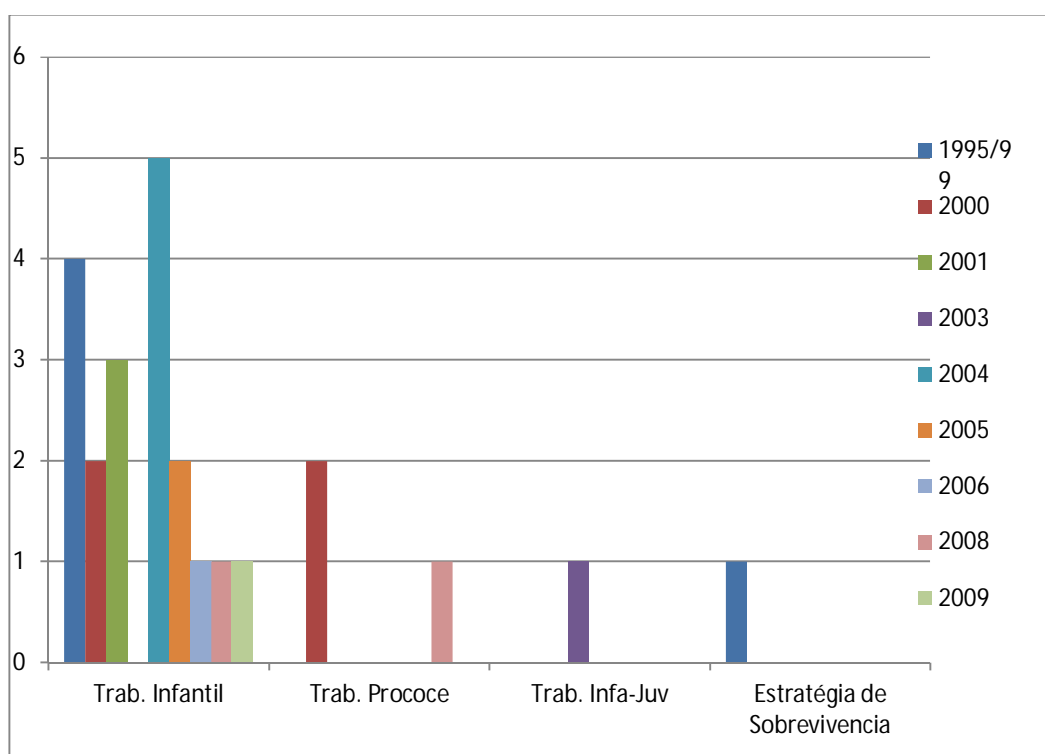
Nota-se uma ausência de produções nas áreas das ciências agrárias, outra área com pouca representatividade é a da saúde, com apenas uma produção, relacionada sub-área da medicina. Outras sub-áreas encontradas foram: direito, administração e psicologia, cada uma com uma pesquisa.

A concentração nas áreas de sociais aplicadas e humanas revela a falta de trabalhos que possam analisar com a perspectiva da área da saúde os impactos do trabalho infanto-juvenil no desenvolvimento dos sujeitos por ele expostos. Assim como, é de se ressaltar que as ciências agrárias, campo do conhecimento que engloba: Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia de Pesca, Medicina e Zootecnia, e que visa a busca do aprimoramento técnico, o aumento produtivo e melhorias no manejo e preservação dos recursos naturais, não possui nenhuma pesquisa de pós-graduação no tema.

Isto, porque ao nos depararmos com dados sobre o tipo de atividade exercida por crianças e adolescentes com algum tipo de ocupação entre 5 e 13 anos, segundo a PNAD 2011, 62,6% estavam relacionadas há alguma atividade agrícola, e 37,4% não agrícola. Assim como ao passar para a análise da faixa-etária entre 16 e 17 anos, a inversão evidente: 27,8% em atividades agrícolas, 71,2% em atividades não agrícolas. Além da considerável participação de infanto-juvenis no trabalho no campo, temos, sem dúvida alguma, impactos em relação à aspectos econômicos e também de desenvolvimento da produção nestas áreas, que não pode ser suprimido de possíveis considerações.

Evolução temporal das obras por palavra-chave

Para a contextualização de nosso estado da arte colocamos o exercício de cruzamento dos quantitativos de descritores com os de ano em que as obras foram publicadas. Com o objetivo de averiguar se haveria alguma incidência que pudesse relacionar o conceito ao tempo histórico e assim, a apresentação das teses e dissertações em dois gráficos permitiu observar o comportamento da produção selecionada, de forma a se identificar em torno de que tópicos há maior interesse ao longo do tempo.(gráfico 5)



Em relação ao aspecto temporal a concentração de 87% das produções a partir do ano 2000, também é outro aspecto quantitativo que localiza conjuntamente as produções que serão lidas em sua integralidade. Aí é possível uma associação com o tempo de assimilação para o tema pela sociedade, desta a forma ao completar uma década da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, verificam-se que a partir de 2000 há um movimento mais nítido de discussões, debates e proposições para efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Como apresentamos anteriormente, trabalhamos com doze descritores diferentes para procurar as produções sobre a temática trabalho infanto-juvenil, porém foi somente através de quatro destes, que encontramos as obras que hoje fazem parte de nosso banco de dados. Ao analisar os quantitativos vemos uma imposição majoritária do descritor trabalho infantil, isto deve-se a caracterização das produções que já apresentam o foco principal nos sujeitos até 12 anos de idade (tabela 1).

Palavras- Chave
<i>Trabalho infantil (19)</i>
<i>Trabalho Infanto-juvenil (1)</i>
<i>Trabalho Precoce (3)</i>
<i>Estratégia de sobrevivência (1)</i>

Para isso, é importante ressaltar que entendemos como descritor palavras-chave, os termos preferidos para identificação ou referência a conceitos, não necessariamente indexadores nos catálogos das bibliotecas, mas representativos de concepções de trabalho infanto-juvenil. Elegeu-se um conjunto amplo e abrangente de palavras-chave, bem como suas associações com o tema, para que pudéssemos alcançar uma visão geral sobre as produções na área.

Sobre o desafio da organização qualitativa do Estado da Arte

Para que possamos compreender de que forma se dá a construção do fenômeno trabalho infanto-juvenil nas teses e dissertações, realizamos a construção de um quadro descritivo de análise. Neste quadro abarcaremos os aspectos que entendemos como centrais para nosso objetivo, este quadro encontra-se em produção, na medida em que servirá de instrumento para composição dos aspectos centrais que iremos tirar das produções lidas.

A primeira parte do quadro apresenta dados sobre a metodologia utilizada no trabalho, os instrumentos e o marco teórico. Para que consigamos captar com maior precisão a construção dos conceitos principais de nossa análise, se faz fundamental que visualizemos qual (ais) as estratégias metodológicas para a construção dos

mesmos, de que forma os instrumentos são localizados e com quais referências teóricas o(a) autor(a) concebe a investigação.

Na segunda parte do quadro iremos retirar das produções três questões: 1º. Abordagem central de cada tese/dissertação; 2º ideias relacionadas ao conceito de trabalho infanto-juvenil e 3º qual é o sujeito da pesquisa.

No primeiro item explicitaremos qual é a abordagem central da produção, com a intenção de captar quais são os principais objetivos de investigação de cada obra. A partir deste item podem ter elementos para definir posteriormente qual é o subtema que definirá a sua localização na organização do estado da arte. Na segunda parte quais os conceitos que o(a) pesquisador(a) utiliza para relacionar trabalho infanto-juvenil. Necessariamente observamos a pertinência ao longo das produções que os conceitos escolhidos aglutinam para a construção de sua ideia de trabalho infanto-juvenil. Assim como selecionamos excertos retirados das próprias teses e dissertações que descrevem a concepção que o (a) pesquisador(a) tem do trabalho infanto-juvenil.

O que impulsiona esta autora a pesquisar sobre a construção da temática trabalho infanto-juvenil parte de uma abordagem materialista histórica do método dialético, expondo a visão de mundo sobre a totalidades dos fenômenos em questão.

Parto deste princípio, para afirmar a necessidade histórica de reatar os laços ontológicos entre Trabalho e Educação. Em caso específico, realizar uma abstração do concreto trabalho infanto-juvenil, num primeiro momento, e após, contextualizar a relação da exploração com o trabalho infanto-juvenil, que hoje ao que a realidade comprova é a sua forma de apresentação majoritária.

Ainda assim, retomo aqui Saviani (2007), pois compreendo o trabalho como a essência humana, e, com sua explicitação sobre esta essência, abstraio a concepção educacional do seguinte trecho:

Se a existência humana não é garantida pela natureza não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelo próprio homem, sendo pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem (...) Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto,

a produção do homem, é, ao mesmo tempo a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide então com a origem do homem mesmo.

Logo, a temática trabalho infanto-juvenil, trata de uma especificidade etária, de crianças e adolescentes, que segundo consta o ECA, é considerada a população de zero a dezoito anos. Mas que ao constituírem sua essência humana através do trabalho, participam de um processo educativo que a forma.

Saindo do marco das abstrações, recomponho esta relação na conjuntura e na sua materialidade na estrutura da sociedade. É porque o desenvolvimento da produção conduziu à divisão do trabalho, que no sistema capitalista o trabalho infanto-juvenil se dá como forma de exploração, e negação do processo educativo que deveria estar imbricado.

O cruzamento das extensões e das pesquisas do grupo de pesquisa “Trabalho e Formação Humana” do Programa de Pós Graduação da UFRGS, dão pistas sobre a possível relação desarmoniosa entre a concepção ontológica do trabalho e a atual forma de trabalho infanto-juvenil explicitada na atualidade. Seja pela invisibilidade que toma o trabalho infanto-juvenil dentro da escola (lócus privilegiado da educação na sociedade capitalista), seja pela concretude da violência que sofrem crianças e adolescentes em atividade de trabalho.

A insalubridade dos postos de trabalho ocupados por estes sujeitos não é potencializadora de oportunidades de processos educativos que contemplem seu desenvolvimento, somente demonstram a face da “destruição da vida”. Ainda que produzam seres humanos, pois a ontologia está no processo de produzir o ser humano, não em um caráter somente positivo do mesmo.

4. UM PRIMEIRO OLHAR DE FORMA APROFUNDADA

O esforço sistemático para inventariar o que até o momento foi produzido sobre determinada temática, independente do campo que se localiza esse saber, deve estar necessariamente relacionado ao esforço de realizar o balanço sobre o que foi produzido em determinado tempo e qual a sua possível abrangência.

Este é o centro da construção do estado da arte, também conhecido como estado do conhecimento. Diante de nossa limitação estrutural desde o princípio desta pesquisa anunciada pela autora, iremos apresentar algumas reflexões possíveis para aqueles que produzem sobre a temática do trabalho infanto-juvenil no Rio Grande do Sul, para que possamos avançar na produção acadêmica que vise a superação deste fenômeno social.

Coube-nos num primeiro momento a análise quantitativa das produções discentes encontradas sobre o tema, localizando o ritmo de produção através do ano de sua produção, a temporalidade, os descritores encontrados e o lócus de produção das teses e dissertações selecionadas. Para tanto, seguiu-se como fator de dificuldade a construção dos resumos das obras que foram parte da composição de nosso banco de dados, pois ao realizarmos a leitura ampla verificou-se uma maior fragilidade da exposição das ideias dos autores sobre o conjunto de sua produção.

Ainda sobre a opção de nos atentarmos as produções em nível de pós-graduação de mestrado e doutorado, não analisando artigos e livros, acabamos por nos localizar nas produções discentes. Desta forma, concordamos com Sposito (2009), a partir do balanço realizado, tendo como foco apenas a produção discente, que a mesma retrata muito mais os desafios da estruturação desse campo de conhecimento do que sua emergência propriamente dita.

Assim sendo trabalharemos os temas que foram relacionados ao fenômeno social em questão: trabalho infanto-juvenil.

Além do recorte temporal (1990 – 2011) e geopolítico (universidade do Rio Grande do Sul) ao qual nos propusemos desde o princípio da construção desta pesquisa, os critérios de distribuição para análise foram definidos a partir de eixos

temáticos tendo como foco o trabalho infanto-juvenil. Levando em consideração a compreensão mais geral do conceito que expressa à significação do fenômeno, respeitando o nível de diversidade presente nas produções discentes analisadas, assim as obras foram organizadas de forma que favorecesse a compreensão dos mais variados segmentos registrados e até então localizados.

Da mesma forma, não foram incorporados aqueles trabalhos que se debruçaram sobre problemas relacionados com a análise de cursos de formação para o mundo do trabalho ou sistemas de ensino e que não tiveram como foco o trabalho infanto-juvenil ao construírem o objeto de investigação.

Assim, sigo com o alerta de que os estudos examinados pela pesquisadora muitas vezes apresentavam-se de forma transversal no seu desenvolvimento científico, ou seja, tinham como objetivo agrupar categorias analíticas em torno dos estudos sobre trabalho infanto-juvenil, como desemprego e gênero por exemplo. Dentre tantos motivos, é por esta questão assinalada que a pesquisadora deste trabalho opta por um exame mais aprofundado, e por dar destaque ao eixo dominante de cada obra analisada, realizando, o movimento de volta as categorias e aos temas correlacionados sempre que necessário (tabela 2)

(...) o trabalho aparentemente inocente, técnico, de constituição e de apresentação de uma bibliografia, de recenseamento de unidades de pesquisa, de pesquisadores e de trabalhos em curso, coloca um primeiro problema clássico: o da delimitação do domínio dos objetos. (Mauger, 1994:6, APUD Sposito, 1997)

TEMA	QTDE
<i>Trabalho infanto-juvenil e programas sociais</i>	6
<i>Trabalho infanto-juvenil e brinquedo</i>	1
<i>Trabalho infanto-juvenil e trabalho educativo</i>	2
<i>Trabalho infanto-juvenil e velhice</i>	1
<i>Trabalho infanto-juvenil e Escola</i>	6
<i>Trabalho infanto-juvenil e saúde</i>	1
<i>Trabalho infanto-juvenil e sentido</i>	7

<i>TOTAL</i>	25
--------------	----

Desta forma aparecem com destaque três sub-temas: políticas sociais, escola e sentidos e representações. Assim, são também as que por vezes apresentam uma diversidade maior no que diz respeito às questões empíricas, do campo do qual trazem a experiências analisada, assim como dos marcos teóricos que apresentam.

O Lócus de coleta de dados – o sujeito rural

Um primeiro elemento que salta aos olhos diz respeito ao grande número de produções que tomam o trabalho em áreas rurais para realizar suas pesquisas sobre o fenômeno do trabalho de crianças e adolescentes. Isto é um importante reflexo da realidade social, pois conforme a própria UNICEF (1998), é alto o índice de crianças trabalhadoras no setor agrícola, embora não haja dados confiáveis para determinar com precisão.

No documento da OIT intitulado: O trabalho infantil em cinco estados brasileiros¹¹, 2004, além do número de mais de 200 mil crianças entre 5 e 15 anos estarem trabalhando, o que no estado do Rio Grande do Sul representa cerca de 10,5%, afirma-se que por ramo de atividade analisado, a maior porcentagem de crianças trabalhadoras no estado estão no setor agrícola. Totalizando cerca de 59,5% entre todos os ramos de atividade.

E se formos cruzar estes dados com a análise da insistência do conceito de “trabalho escravo” nas produções analisadas, vamos até os dados que revelam entre a grande porcentagem que há de crianças não remuneradas estão localizadas principalmente no meio rural. Por certo, de que o peso da “agricultura familiar” não pode ser abstraído diante desta afirmação, que coloca muitas vezes os sujeitos infanto-juvenis como parte fundamental da renda da família nessas localidades.

O Estado do Rio Grande do Sul conta, atualmente, segundo os dados do último censo demográfico (2010), com 10,18 milhões de habitantes, sendo

11 http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/ipcc/pub/o_trabalho_infantil_em_cinco_estados_356.pdf. Acessado em 10 de novembro de 2012.

respectivamente residentes 81,6% e 18,4% das pessoas no espaço urbano e rural, com base nos critérios adotados pelo IBGE. É sabido que as duas últimas décadas inauguram um novo padrão demográfico no qual há um acentuado declínio nas taxas anuais de crescimento populacional. Assim, se entre 1970 e 1980 a população gaúcha total havia crescido a uma taxa equivalente a 1,55%, no período subsequente (1980-1991), ela caiu para 1,48% e apenas 1,1% no último período censitário (1991-2000), sendo a mais baixa entre todas as unidades federativas brasileiras.

O Sul do Brasil é a região que mais sobressai na produção familiar. Em 2004, o PIB relacionado a agricultura nacional atingiu a cifra de R\$ 181 bilhões, dos quais cerca de 44%, ou R\$ 80 bilhões, estavam concentrados na região Sul e, destes, metade estava no Rio Grande do Sul, totalizando R\$ 40 bilhões (R\$ de 2005). O estado é líder em vários segmentos da agricultura familiar, dentre os quais podem ser destacados a produção de fumo (60%), a indústria tabagista (87%), a produção de trigo (39%), soja (35%), arroz (23%) e a indústria de móveis (61%). No caso da soja, o estado líder na produção familiar é o Paraná, com uma participação de 38%, a qual, somada à do Rio Grande do Sul, atinge quase 80% da produção familiar desse grão. No que diz respeito à pecuária familiar, o Rio Grande do Sul tem o maior PIB individual na criação de suínos (66%) e uma indústria calçadista também muito forte, concentrando 78% da produção.

A região Sul possui peculiaridades que determinam o êxito de propriedades familiares rurais. Fatores inerentes à forma de colonização e a herança cultural de povos europeus capacitaram os produtores a desenvolverem formas de associativismo, permitindo que pequenas unidades produtoras pudessem competir com propriedades maiores. Estas propriedades, praticamente, têm o mesmo potencial de absorção tecnológica das patronais, o que as torna produtivas. Como resultado disso, a valorização da terra evitou a competição predatória e os grandes investimentos migraram para áreas com abundância de terra, colonizadas mais recentemente como é o caso do Centro-Oeste.

Com características que vão além das condições objetivas da região sul, o trabalho rural é tomado de singularidades, mas como Vendramini (2009) nos coloca não se trata de uma antítese ao trabalho nos grandes centros urbanos. Desta forma,

a categoria globalização, utilizada por alguns pesquisadores que analisamos serve para a compreensão do movimento de expansão do capital hoje, assim como acaba por sinalizar as mutações do trabalho que se complexificam com o passar do tempo:

No campo, assim como na cidade, predominam dois movimentos: por um lado, a valorização do capital em sua busca incessante de maturidade e técnica impõe a extensão do período de formação, a proibição de trabalho e a obrigatoriedade de escolarização infantil. A maturidade técnica da capacidade de trabalhar presuppõe tanto consciência quanto aptidões físicas para trabalhar. Desta maneira, a capacidade de trabalhar ocorre por meio de um processo biológico que envolve mente e o físico do trabalhador. Por outro lado a tecnologia resulta em cada vez mais trabalho simples (VENDRAMINI, 2009, p. 109)

Metodologias/ Instrumentos

Outro elemento que nos pareceu importante ser visto com mais atenção, diz respeito à construção metodológica das produções selecionadas. Sendo assim, parte de nossos dados coletados nas teses e dissertações dizem respeito à metodologia e instrumento utilizados nas pesquisas.

Sendo assim as técnicas escolhidas, quando se constrói o objeto de pesquisa na problematização, já se revelam como capazes de ser instrumento para apreender o objeto investigado. Não são nosso foco principal de análise, mas se revelaram como sinalizações dos caminhos metodológicos, em comum na grande maioria das produções.

De um modo geral, cerca de 80% das pesquisas se denominaram qualitativas. Assim, o conjunto das obras selecionadas vão se colocando com elementos de construção do pensamento delineados com algumas similaridades. Se compreendermos o roteiro que a pesquisa qualitativa segue de uma forma ampla, (Triviños, 1990) abrange a escolha do assunto ou tema. Coleta e análise de informação, sendo que estas diferentemente da pesquisa quantitativa não são estanques, pois a interpretação é feita com os dados que são coletados, podendo até mesmo retornar ao campo.

Há um movimento metodológico nas desde a década de 1980, segundo aponta Dayrell (2009), que passou de caráter quantitativo descritivo dominante, para uma hegemonia do caráter qualitativo das pesquisas, principalmente no que diz respeito às áreas das humanas e sociais aplicadas, da onde são oriundas grande parte de nossas produções do estado da arte.

Assim, vemos isto nos presentes trabalhos, podendo constatar que se segue a tendência hegemônica de estudos qualitativos. Na grande maioria das pesquisas a metodologia utilizada foi de caráter qualitativo, centrada nos estudos de uma situação de trabalho através de programas sociais ou da escola em sua maioria, tendo como instrumentos observação participante, a aplicação de questionários e entrevistas dos sujeitos trabalhadores e das famílias e em alguns casos, de proponentes de políticas sociais para a questão do trabalho infantil.

As pesquisas sobre o trabalho infanto-juvenil no Rio Grande do Sul se tem caracterizado por esta forma de construção da teoria e das conclusões finais das pesquisas analisadas. Com os pesquisadores tomando mediante premissas, suas visões de mundo e do objeto a ser analisado por intermédio de significados individuais ou em grupos atribuídos a um problema social e humano.

Não por acaso, ter-se como um dos principais objetivos das produções analisadas o problema dos “sentidos do trabalho infanto-juvenil” surge como a principal temática desenvolvida. Pois, segundo Triviños a abordagem qualitativa tem como foco principal a compreensão, descrição e interpretação dos significados que as pessoas projetam no fenômeno em estudo. A pesquisa qualitativa tem um enfoque preferencial pelos pressupostos que servem de fundamento a vida das pessoas.

Segue uma tabela com a descrição dos principais instrumentos utilizados nos trabalho, teses e dissertações, analisados. Nota-se que o número total de instrumentos excede a proporção relacional, isto porque um mesmo trabalho utiliza, na maioria das vezes, mais de um instrumento para executar sua metodologia (tabela 3).

Instrumentos	QTDE
---------------------	-------------

Entrevistas	20
Diário de Campo	10
Entrevista-diálogo	3
Observação	9
Transcrição de palestras	2
Observação participante	7

O desenho da produção acadêmica sobre trabalho infanto-juvenil

Nesta secção vamos nos debruçar sobre a análise dos sub-temas que apareceram nas produções acadêmicas que tratam da relação do trabalho infanto-juvenil com os programas sociais, escola, saúde sentidos e representações, velhice, brinquedo e trabalho educativo. Ambos com o objetivo de buscar compreender como a questão do trabalho infanto-juvenil vem sendo sistematizados a partir destes olhares temáticos.

Trabalho infanto-juvenil e programas sociais

Esta temática reúne o universo de quatro trabalhos, três dissertações e uma tese, representando 17% do total da produção discente nas pós-graduações do estado do Rio Grande do Sul no conjunto das áreas do conhecimento. Estão localizadas centralmente na subárea das ciências sociais (75%).

Uma categoria que pode ser utilizada na interface desta temática é **“exclusão social”**, pois é a concepção da qual partem o conjunto dos programas sociais que se vinculam aos trabalhos infanto-juvenis, principalmente voltados aos sujeitos de 5 a 15 anos de idade. Concorda com isto a dissertação de Hofstatter (2005) quando afirma que no campo das políticas públicas, principalmente aquelas com recorte de geração de trabalho e renda, o trabalho tem sido apontado como alternativa possível

à situação de vulnerabilidade social dos beneficiários, muitas vezes sem considerar devidamente o contexto contemporâneo da sociedade salarial.

Não é difícil avançar para uma hipótese da centralidade desta discussão em relação ao fenômeno trabalho infanto-juvenil. Principalmente desde a promulgação do ECA, o Estado a partir das políticas propostas tem tido como um de seus principais focos os sujeitos infanto-juvenis, para proteção. Neste caso, as produções analisadas de conjunto tomam como marco legal a promulgação do ECA, e também outras referências.

O estudo de Kontz (2009), coloca esta questão apontando para a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social, em seu Art. 24(1993,p12), quando trata de definir o caráter dos programas de assistência social, reforça no inciso 1º que estes devem “ obedecer os princípios desta lei, com prioridade para a inserção profissional e social”. Já Andrade (2004), disserta a partir de Bobbio a significação da construção destes direitos, insaturados a partir do ECA que assim o Brasil colocou-se em uma nova era de direitos, sendo ele um ator-rede a transladar o sentido de proteção integral à criança e ao adolescente no país. Entretanto, prevalece ainda um débito em relação aos direitos de segunda geração: **os direitos sociais**.

Outro conceito que atravessa a discussão das políticas sociais é a compreensão do papel da **assistência social**, assim a partir do estudo de Medeiros (2006) expõe-se que a assistência social é a última das áreas dentre as políticas sociais a ganhar organicidade e espaço próprio. E diante disto a preocupação com ações que beneficiassem setores pobres da população foi se condensando aos poucos; tanto no país como nas cidades. Problemas advindos da urbanização e do modelo econômico excludente radicalizado, durante os anos de autoritarismo militar, começam a gerar ações públicas.

Trabalhando sobre as linhas gerais que são seguidas nesta temática, nos deparamos com a apresentação de dois programas sociais com centro no primeiro: PETI (Programa de erradicação do trabalho infantil), por ser um programa relacionado diretamente com a situação de trabalho infantil; e também o Agente Jovem.

Conforme a dissertação de Medeiros (2006) aponta, a proposta do PETI é a retirada de crianças e adolescentes, de 7 a 14 anos de idade, de situações de trabalho perigoso, penoso, insalubre ou degradante, ou seja, aquele que coloca em risco sua saúde e segurança. Também estão inclusos, adolescentes de 15 anos, em extremo risco, cuja mão de obra é explorada e crianças de 7 a 15 anos oriundas de famílias com renda per capita de até meio salário-mínimo, exploradas sexual e comercialmente, encaminhadas pelo Programa Sentinela, com concordância dos Conselhos Tutelares. É mesma autora que toma o Programa Agente Jovem como parte de sua análise, explicitando-o da seguinte forma: Segundo a redação de dezembro de 2001, o projeto apresenta, como justificativa, uma proposta de ocupação para jovens de 15 a 17 anos, em situação de risco e vulnerabilidade social, a qual não configure trabalho, mas que possibilite a permanência no sistema educacional e proporcione experiência para futura inserção no mundo do trabalho.

É na dissertação de Andrade (2004) que podemos acompanhar todo um resgate histórico de fôlego sobre a construção de políticas públicas e sociais no Brasil, com um recorte para o trabalho infanto-juvenil, acompanhando assim o desenvolvimento do fenômeno e principalmente os pólos de mobilização a cerca desta questão. Para tanto nesta dissertação a busca pela compreensão do conceito de **Estado** se faz primordial, como reflete ao colocar as transformações advindas de uma nova contextualização, nesse final do século XX e neste início do século XXI, parecerem, segundo a mesma, indicar um sentido dúbio para o Estado. Assim, aponta o debate existente sobre o estado e sua redução (OSZLAK, 1998), ou de sua expansão (SANTOS, 1990). Assim chega-se a compreensão de que o *Estado como um espaço dinamizado por forças expansionistas ou redutoras de fronteiras, porém, há que se representar o Estado como um ator em relação com o mercado e a sociedade, isto é um ator autônomo também capaz de alcançar metas políticas na dinamização do público, este sim, um espaço possível de expansões e contrações.* (ANDRADE, 2004, p. 8)

A bibliografia percorrida tem algumas similaridades importantes, como a utilização para análise da teoria da sociologia crítica, na qual Offe é a referência com mais aparição nas produções. O debate sobre políticas públicas e políticas sociais é

tomado com força pela maioria dos autores, a exemplo de Kontz (2009) que disserta sobre o tema apoiado em Hofling (2001) e Faleiros (1985).

A dissertação de Andrade (2004) é a que se distingue mais das outras, até por ser da área da administração, utiliza-se dos estudos organizacionais, embasado em Morgan (1996), e fundamentando-se na Actor-Network Theory para fazer a análise da rede de políticas em formação.

A abordagem desenvolvida pela dissertação de Brandt (2004) expõe a perspectiva de políticas de erradicação do trabalho infanto-juvenil a partir do setor fumageiro de Santa Cruz do Sul. Ampliado o conceito de responsabilidade social para a intervenção no setor privado. Como referenciais bibliográficos a pesquisadora tem Castel, Rizzini, Dahrendorf, Dowbor, Boise. Ao se dedicar à análise de um programa oferecido pelo setor fumageiro: “o futuro é agora!”, a jovens menores de 16 anos a pesquisadora é atravessada pelas categorias educação e cultura para compreender como esta política interagia com a sociedade local.

Assim, a pesquisadora aponta que a responsabilidade social do setor é fundamental para o desenvolvimento econômico e social local, e até mesmo para os aspectos culturais, sendo o setor fumageiro o protagonista em programas deste tipo. Ainda assim o que se vê, é que mesmo este programa não consegue efetivamente erradicar trabalho de menores de 16 anos, pois não traz consigo condições objetivas para os jovens possam continuar seus estudos.

A tendência deste sub-tema que trata com centro do trabalho infanto-juvenil e as políticas sociais é de apontar, ainda que com nuances distintas, e parcialidade destes programas oferecidos. Isto, tanto no que diz respeito na vida dos próprios sujeitos infanto-juvenis como de sua família e dos operadores de direitos envolvidos nas aplicações das mesmas. A proposição de políticas que busquem o sujeito de forma integral aparece com regularidade nas produções analisadas.

Dissertações

1. KONTZ, Leonardo Betemps. *Políticas Sociais brasileiras: a situação social dos beneficiários do programa de erradicação do trabalho infantil*. UFPEL, 2009.
2. MEDEIROS, Márcia de Souza. *A implementação dos Programas Federais PETI e Agente Jovem em Porto Alegre, no contexto das Políticas de transferência de Renda dos Governos Fernando Henrique Cardoso*. UFRGS, 2006.
3. HOFSTATTER, Leila Suzana. *Trabalho, política de inserção e representações coais: um olhar sobre o programa de erradicação*. UFRGS, 2005.
4. CASSOL, Sabrina. *Papel do poder local frente a efetivação da erradicação do trabalho infantil: uma abordagem humanista*. UNISC, 2008.
5. BRANDT, Grazielle Betina. *Responsabilidade social na erradicação do trabalho infantil: da visão global a realidade regional fumicultura do Brasil*. UNISC, 2004.

Tese

6. ANDRADE, Jackeline Amantino de. *O espaço público como uma rede de atores: a formação da política de erradicação do trabalho infanto-juvenil no Brasil*. UFRGS, 2004.

Trabalho infanto-juvenil e Escola

Localizado sobre o sub-tema mais recorrente a problematização da escola e os sujeitos envolvidos no trabalho infanto-juvenil aparece com sete produções, 4 teses e duas dissertações. Disto, não concluímos que tão somente estas produções falam sobre a escola, mas sim que estas são as que têm um foco na produção das relações sociais que passam por este local, e o tomam como centro de sua análise para compreender o fenômeno trabalho infanto-juvenil.

Assim, novamente surge para questão pensarmos juntamente com os pesquisadores qual é o lugar da educação atualmente? Pois, ao encontramos a categoria escola, questionamos o porquê não trabalhamos com a categoria educação? Assim, a amplitude do processo educativo pode ser abarcada para além do espaço escolar. Porém, a análise das teses e dissertações que seguem colocam como sujeito aquele constituído no ambiente da instituição escolar. Foi à tendência do lócus de educação observado. Porém o que foi comum a todas, foi à referência na instituição escolar, mesmo quando não sendo esta o local de análise escolhido para pesquisa.

Os sujeitos analisados nestas produções em sua maioria foram os adolescentes, que segundo o ECA, são os sujeitos que possuem de 13 a 18 anos. Diante disto, o Estatuto da Criança e do Adolescente, na perspectiva de influir sobre as condições de direitos, é algo que perpassa o conjunto das produções deste subtema, com diferente densidade, mas que se faz presente.

Foi comum a todas as produções a crítica à escola, principalmente no que diz respeito a sua relação de negação da condição de trabalhadores de seus estudantes. Com isso, temos uma categoria que podemos nomear como superação, que são conceitos retirados das obras que refletem um caminho para a superação da crítica feita ao processo educativo.

Porém, Fillipsen (2003) afirma em sua dissertação a importância de não se levar a questão ao extremo, com apontamentos que coloquem sob a responsabilidade exclusiva da escola a resolução do problema da exploração do trabalho infanto-juvenil. Tal como afirma:

(..)estratégias para erradicar o trabalho infantil que busquem deslocar a criança para o sistema escolar, sem considerar alternativas de geração de renda e emprego, e principalmente, renda familiar, apenas agravam os problemas sociais, pois negam o fato do trabalho ser um meio de sobrevivência diante da realidade excludente do sistema capitalista. (FILLIPSEN, 2003, p.111)

A mesma autora faz uma importante análise sobre as habilidades desenvolvidas pelo sujeito infanto-juvenil trabalhador, mesmas habilidades que muitas vezes não são reconhecidas pelo ambiente escolar.

“Isso demonstra que eles adquirem mais habilidades para o trabalho do que os outros só estudam. Claro que não é o propósito aqui justificar o trabalho infanto-juvenil, mas reforçar a ideia defendida por algumas pessoas da própria comunidade que afirmam que tem que trabalhar desde cedo em vez de aprontar na rua. Na verdade, não estamos questionando o trabalho, mas a forma como ele é executado, nesse caso, a exploração da mão-de-obra do infanto-juvenil.” (FILLIPSEN, 2003, p. 99)

É verdade, que não são comuns análises que enfoquem o lado da relação ontológica dos sujeitos na condição de trabalhadores. Assim, surge uma urgência frente a necessidade do debate sobre a dupla face do trabalho (Frigotto, 2005), para assim avançarmos na caracterização do que significa a totalidade da exploração do trabalho infanto-juvenil hoje.

Dois conceitos que permearam o conjunto das produções foram: flexibilização e precarização. Algumas vezes apontando a situação de precarização do espaço educativo e das condições de trabalho como produto do processo de flexibilização.

Sobre o desenvolvimento do conceito: precarização. A tese de Siqueira (2004) é rica em elementos que nos auxiliam. A autora afirma que Flexibilização é fruto do processo de reestruturação produtiva que dentro da análise da autora, irá refletir tanto dentro do processo educativo quanto nas condições de precarização das formas de trabalho dos sujeitos crianças e adolescente. No cotidiano de trabalhadores jovens, através de sua pesquisa de campo, se expressa da seguinte forma, “trabalho que estes jovens estão exposto a mesma pesquisa diz que é precário e muito vulnerável, com privações de direitos trabalhistas e jornadas superiores às permitida”.

Já no processo escolar de aprendizagem, a mesma autora contribui para localizar o que seria flexibilização, que se materializa principalmente na aprendizagem frente às demandas do mercado de trabalho, logo, flexibiliza-se a carga horária, a metodologia, o ensino em prol de uma maior produtividade dos jovens em seus locais de trabalho.

O aspecto racial, desenvolvido por Nunes (2004), aparece com destaque na relação da escola com trabalhadores de uma área rural do interior de Pelotas/RS, a partir disto o conceito de segregação atravessa a tese na discussão que a autora faz

sobre a divisão da comunidade em brancos e negros, que irá refletir dentro da escola no processo e nas oportunidades de aprendizagem de cada educando. Sendo a etnia de cada educando, vista pela escola como um fator determinante de suas possibilidades de aprender, já que esta segregação racial vem acompanhada de uma divisão social, entre crianças proprietárias (brancas) e não-proprietárias (negras).

A relação familiar e as expectativas de mães/pais no processo escolar aparece no conjunto das produções que tratam do tema escola e trabalho infanto-juvenil. Ainda que estes mesmos vivam, segundo as pesquisas demonstram, um constante conflito da situação objetivo de seus filhos e da realidade brasileira. Porém, a dissertação de Filippesen (2003) ao analisar a situação da escola com as famílias dos sujeitos infanto-juvenis, não raro é apontado pelos professores ao analisar o desempenho dos educandos a questão da “família desestruturada”.

Dissertações

1. RIBEIRO, Heloisa Parão. *Trabalho infantil, categoria invisível na relação escola-trabalho, a serviço da exclusão*. UFPEL, 2001.
2. NUNES, Georgina Helena Lima. *Significado de Escola a partir do cotidiano de crianças trabalhadoras da zona rural*. UFPEL, 1998.
3. FILIPPSEN, Léia Aparecida. *Relação da escola com o trabalhador infanto-juvenil*. PUCRS, 2003.

Teses

4. SIQUEIRA, Janes Teresinha Fraga. *A luta do jovem trabalhador e estudante nas escolas estaduais de Porto Alegre/RS: um estudo de caso*. UFRGS, 2004.
5. NUNES, Georgina Helena Lima. *Práticas do fazer, práticas do saber: vivências e aprendizados com a infância do corredor*. UFRGS, 2004.
6. ZUCCHETTI, Tereza Dinora. *Jovem: a educação, o cuidado e o trabalho como éticas de ser e estar no mundo*. UFRGS, 2002.

Significados, sentidos e representações do trabalho infanto-juvenil

Estão agrupadas em sete teses e dissertações que buscaram analisar de alguma forma significados, sentidos e representações que o trabalho infanto-juvenil tem para os sujeitos nele envolvidos. Alguns apontando as expectativas, as demandas ou mesmo uma avaliação da experiência vivenciada no trabalho infanto-juvenil.

Para esta avaliação o principal instrumento utilizado nas produções deste sub-tema é a entrevista. Que aparece de forma semi-estruturada, estruturada ou mesmo como conversas cotidianas, de onde acabam por surgir questões sem organização prévia. Para a análise destas entrevistas, das quais o principal objetivo dos autores dos trabalhos que seguem é captar as representações do trabalho infanto-juvenil, utiliza a análise do discurso. Para HILLESHEIM (2001) é necessário também ter atenção sobre as práticas discursivas sobre o discurso, para que se privilegie a diversidade que muitas vezes tão somente as entrevistas não permitem que se realize.

A noção de práticas discursivas e não de discurso também orienta para uma dinâmica que vai além do institucionalizado, mas que está no cotidiano, na linguagem em uso e onde a produção de sentido acontece. (HILLESHEIM, 2001, p. 49)

De um modo geral as produções buscam os sentido e representações a partir de crianças e adolescentes envolvidos diretamente no processo, como é no caso de cinco das sete produções analisadas. Foge a regra, a dissertação de SILVA (2008), que a partir de famílias atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil procura compreender como as mesmas reconhecem o trabalho infanto-juvenil diante da necessidade de sobrevivência do grupo familiar. No trabalho de SOUZA (2005) as famílias entrevistadas aparecem também como parte das informações coletadas, porém neste caso é um suporte para a compreensão mais geral das representações.

Estas pesquisas tendem a utilizar Ariès (1983) para reafirmar a compreensão da construção histórica da infância. Pois, ao se depararem com a situação de trabalho desde a mais tenra idade, o aporte teórico a partir da história da infância de Áries auxilia na compreensão do que é ser criança. Assim, se desnaturaliza uma compreensão. Esta parte da discussão na maioria das dissertações e teses ganha

um grau de destaque, pois se busca na compreensão do significado de infância encontrar quais seriam os direitos e necessidades para esta faixa-etária. Fonseca (1995) em sua dissertação exemplifica em parte a forma como Áries contribui para estes trabalhos:

Phillippe Aries nos fala de trabalho infantil em séculos passados, antes mesmo do advento do capitalismo, o que permite pensar num certo descompasso entre a história social e a psicologia; ainda é possível refletir sobre o crescimento do contingente de menores de 14 anos na PEA pelo acirramento das contradições capitalistas de produção, que faz crescer o bolo feito por cada vez mais trabalhadores nas mãos de cada vez menos donos. (FONSECA, 1995, p. 76)

Outra característica importante de trabalhos inseridos neste sub-tema é o locus de coleta de dados, a situação problema de fundo em que aparecem os sujeitos envolvidos no trabalho. Neste caso quatro das sete produções se remetem a áreas rurais, mais especificamente na lavoura de fumo. Assim, o conceito de “cultura familiar”, exposto por SILVA(2008) em sua dissertação, acaba por ser recorrente principalmente aos outros trabalhos que falam a partir do meio rural em que seus sujeitos estão submetidos.

Ressalta-se o aspecto cultural como sendo uma das principais causas da existência de trabalho infanto-juvenil nestas regiões. Mas esta afirmação é problematizada por Hillesheim (2001), ao afirmar que nas pequenas propriedades familiares rurais o trabalho infantil na lavoura de fumo, encontra-se invisibilizado e naturalizado, sendo que as campanhas para sua erradicação, promovidas pela indústria, reduzem-se a uma questão cultural.

A variedade de sentidos e representações encontradas nas pesquisas realmente são reveladores de uma sociedade que apesar de ter como parte de sua realidade social, silencia constantemente sobre o tema. Portanto, aparece-nos o sentido na perspectiva de moral em todos os trabalhos analisados, sendo uma unanimidade a existência destas perspectivas tanto para os sujeitos envolvidos diretamente na exploração do trabalho infanto-juvenil, quanto no meio que cerca, que envolve família e sociedade civil na maioria das vezes.

Moral, que para Souza (2005), pode ser encarada como parte dos mitos que envolvem o trabalho infantil, arraigada na sociedade capitalista como valor ético e moral, sendo formador das crianças e dos adolescentes das camadas populares. O último aspecto, relaciona-se a qual classe social serve esta questão moral, também aparece nos trabalho em relação as “classes populares”, “classes menos abastadas”, “classe trabalhadora”.

Outro trabalho que nos leva a esta reflexão é o de Silva (2008) que ao realizar sua finalização aponta que o trabalho infantil é visto por parte da sociedade como forma de dignidade, no contexto de seu trabalho na fumicultura isto é uma realidade. Outro aspecto que pode ser colocado na perspectiva moral diz respeito a uma das principais justificativas apontadas por Souza(2005) em suas mais de 100 entrevistas com meninos envolvidos no trabalho no setor coureiro calçadista que afirmam trabalhar para “não usar drogas”. Ou seja, que o trabalho que dignifica e que ocupa tempo destes sujeitos, assim é visto por eles mesmos, este trabalho sob a realidade da exploração de sua força de trabalho.

Perece-nos, também que, no que diz respeito ao sentido positivo da situação de trabalho, são os aspectos morais a principal base para esta positividade do trabalho compreendida pelos sujeitos investigados. Isto é afirmado por Hillesheim (2001), ao analisar o sentido através dos discursos socialmente disseminados pela sociedade em geral, que coloca que enquanto ser pobre possui um sentido de negatividade, ser trabalhador possui uma dimensão positiva, devido ao significado moral.

A significação de “ajuda” é tomada por Silva (2008) ao verificar a compreensão das famílias do Programa de Erradicação do Trabalho infanto-juvenil, que utilizam o verbo ajudar para referir-se ao uso da mão de obra de crianças e adolescentes em casa de terceiros, ou na produção de bens agrícolas, ou comercialização e prestação de serviços encobrando a exploração ou possíveis riscos. A “ajuda” cabe também quando se busca compreender a situação de exploração, assim, a necessidade como causa é a imposição do trabalho infanto-juvenil para complementação de renda de inúmeras famílias. Muitas vezes, o trabalho no meio rural se faz cotidianamente ao lado dos pais, e não se tem uma remuneração em separado para os sujeitos infanto-juvenis. E a pesquisa mostra que

quando entrevistados, crianças e adolescentes, colocam em alguns casos o desejo de no futuro poder ter “um emprego”, que pode-se traduzir por remuneração salarial.

Embora apresentando números expressivos, a exploração do trabalho infanto-juvenil, pondera-se que os dados oficiais, referentes ao trabalho de crianças e de adolescentes em nossa sociedade ainda são parciais, dificultando o conhecimento de suas realidades de vida e trabalho. A categoria “ajuda” é parte do que pode justificar isto, pois não são consideradas como “trabalho”, embora tenham abrangência das atividades realizadas por adultos (o trabalho doméstico é um bom exemplo desta afirmativa) são denominadas como “ajuda” e, portanto, não entram nas estatísticas.

O sentido do trabalho relacionado com o cotidiano dos sujeitos na categoria tempo é tomado na análise de Hillesheim (2001) ao verificar que há uma relação direta com o cotidiano dos sujeitos, e que em algum nível da hierarquia da vida destes as crianças e os adolescentes compreendem o tempo não cronologicamente em horas ou dias, mas de acordo com os tempos de alimentação e repouso. Assim como Fonseca (1995) fala do tempo de brincar que é “confundido” na realidade do trabalho.

Vale destacar a dissertação de Fonseca (1995) que, por ter como sujeito investigado a faixa etária tida como adolescência apresenta algumas representações que se diferem das demais. Apresentando em muitos momentos aquilo que não foi visto nas entrevistas, a autora coloca à mostra os sentidos da sociabilidade ofertada por aquela situação de trabalho de jovens na CEASA/RS. Assim, apareça positividade desta oportunidade de sociabilização no ato de trabalhar, ainda que isto tome boa parte de seus tempos. Assim mesmo o próprio tempo para este jovens não parece se diferenciar muito, mistura-se o trabalhar e o brincar em muitas situações. Também por ser a adolescência um tempo de afirmação, segundo a pesquisadora, a valorização do trabalho se dá também em base a uma certa independência, tida como instrumento para minorar a sujeição.

O trabalho como parte de satisfação imediata aparece na maioria dos trabalhos como possível contraponto na relação para com a instituição escolar, esta

última na visão dos sujeitos das pesquisas aparece mais como um investimento em longo prazo. Muitas vezes penoso de se alcançar.

O que diferencia a dissertação de Silva (2008) é a utilização da categoria de gênero para analisar a situação de trabalho infanto-juvenil, demonstrando o quanto o trabalho precoce interfere na construção da identidade. No caso da pesquisadora, a análise sobre a construção das meninas na situação de trabalho na lavoura de fumo, o que ressalta é a realidade da lida doméstica, não as meninas envolvidas diretamente no trabalho na lavoura. Localizo nesta dissertação um importante desenvolvimento sobre a situação do trabalho doméstico, que é uma realidade de grande parte de crianças e adolescentes, mas que muitas vezes é invisibilizado.

A ocultação deste trabalho também se dá relacionado pela predominância de crianças do sexo feminino estar realizando o mesmo, portanto Silva (2008) aponta que o trabalho doméstico e a maternagem exercida fazem parte do ser mulher e isto ela não conseguirá abdicar, pois seria como abdicar de si mesmo. Demonstrando desta forma como a situação do trabalho doméstico interfere na construção do ser mulher. Assim como se coloca a divisão sexual do trabalho desde a mais tenra idade:

Quanto às crianças, as meninas ficam em casa, enquanto os pais e parentes trabalham no campo. Neste universo, em nenhum momento, foi identificado o trabalho da criança diretamente na lavoura. Os irmãos quando menores ficavam em casa com a menina. Apenas irmãos menores participavam do trabalho na roça. As meninas comentaram que, em alguns momentos ajudam no plantio das sementes de fumo, mas que a maioria parte das vezes, seu lugar é em casa, com as tarefas domésticas. (SILVA, 2008, p. 25)

Porém, é necessário localizar que o termo “*trabalho doméstico*” em nossa análise aparece como parte das discussões mais recorrentes nas pesquisas selecionadas para este estado da arte. Isto se deve em grande parte pela dificuldade de análise da temática, tanto pela questão de ser parte das estatísticas oficiais, quanto pela linha tênue que se coloca na perspectiva de ajuda. Afirmamos que a ajuda como organização do espaço do próprio sujeito (arrumar o quarto, a mochila, higiene básica), algo que seja pertinente aos que convivem com esta criança e adolescente é distinto da lida doméstica como exploração do trabalho infanto-juvenil.

Um destaque a ser dado é à tese de Neto (2004), que ao avançar na sua elaboração de nível de mestrado que já pesquisava sobre o fenômeno trabalho infanto-juvenil, no nível de doutorado mergulha na temática a fim de compreender a complexidade que envolve o trabalho infantil. Diferenciado dos demais trabalhos deste sub-tema ao utilizar a perspectiva de rede para realizar sua compreensão. Em sua extensa tese procura compreender a partir das novas tecnologias da comunicação como o trabalho infanto-juvenil vai se materializando não tão somente na perspectiva de exploração, mas também na vida de sujeitos infanto-juvenis que tem uma condição diferenciada.

Desta forma, Neto (2004) trabalha com o conceito de “adultização precoce” para compreender este processo que abarca crianças e adolescentes de outras classes sociais. Em consequência de sua análise a infância é por ele uma categoria trabalha com centralidade, conforme é possível verificar a seguir:

Há uma causalidade circular na construção social da infância hoje, pois as NTIC que geram novos possíveis, dão visibilidade e segredos, adultizando precocemente a criança, que, por sua vez ao adultizar-se precocemente retroage sobre a sociedade, exigindo mais espaços, assumindo outros papéis que vão rompendo com a própria visão do adulto sobre a infância. (NETO, 2004, p.152)

Por fim, no que diz respeito a relação do trabalho infanto-juvenil e as representações e sentidos expostos pelos pesquisadores, a naturalização da situação de trabalho dos sujeitos envolvidos neste processo apareceu com força nas discussões finais destas produções. O próprio estranhamento de alguns pesquisadores ao se relacionar com aquilo que por ele é problematizado, mas que por muitas crianças e adolescentes é facilmente aceito, é parte do cotidiano de pelo menos parte significativa de nossos infanto-juvenis.

Dissertações

1. SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *A exploração do trabalho infantil no setor coureiro calçadista na região do vale dos sinos – São Leopoldo*. UFRGS, 2005.

2. FONSECA, Laura Souza. *Trabalho, conhecimento e fome: um olhar sobre um grupo de adolescentes que faz da sua atividade na CEASA/RS, uma estratégia de sobrevivência*. UFRGS, 1995.
3. SILVA, Jorge Alexandre da. *Trabalho infantil: uma discussão no fio da navalha*. PUCRS, 2008.
4. HILLESHEIM, Betina. *Trabalho e infância na vida de meninos e meninas trabalhadores em lavoura de fumo*. PUCRS, 2001.
5. SILVA, Roselaine Berenice Ferreira da. *Trabalho infantil e construção da identidade de gênero*. UNISC, 2000.
6. HOELZ, Flávia. *Trabalho precoce e projetos de vida: um estudo em crianças e adolescentes do meio rural de santa cruz do sul*. UNISC, 2000.

Tese

7. NETO, Honor de Almeida. *Trabalho infantil em rede*. PUCRS, 2004.

Trabalho infanto-Juvenil e Trabalho Educativo

As duas pesquisas encontradas, uma tese e uma dissertação, que analisam o processo de trabalho educativo ainda que contenham diferenças na construção teórica, guardam uma importante margem de diálogo nas suas respectivas construções. Inclusive com referências de Tolotti (1999) a Pauly (2000).

É nítido na compreensão de ambos os autores que o trabalho educativo é um processo de aprendizagem distinto de estágios profissionalizantes e até mesmo do ensino regular, principalmente no que se refere a sua estrutura produtiva, natureza de organização e forma de remuneração.

Ambas são pesquisas que se denominam como qualitativas, porém, por serem de áreas do conhecimento (segundo CNPq) distintas: sociais aplicadas e humanas colocam-se metodologias e perspectiva de construções teóricas diferentes. Logo, enquanto Pauly utiliza-se de metodologias como a autobiografia, Tolotti (1999) utiliza-se da hermenêutica da profundidade (Thompson, 1995), e realiza um estudo documental com observação participante.

A dimensão social, principalmente no que diz respeito à seguridade social, no trabalho de Tolotti (1999) é superior, pois a mesma autora ao analisar o processo educativo afirma:

O processo de configuração moderna do campo educativo é inseparável do movimento social que reduz a educação à escolarização, e conseqüentemente separa a acriança do adulto, pois esta é distanciada da educação que se dá as relações sociais normais. Separa escola, trabalho, educação, produção, teoria e prática. (TOLOTTI, 1999, p.52)

A crítica de Pauly (2000) foca-se na discussão educacional, até mesmo por ser integrante da área, assim, ao analisar o trabalho educativo faz referencia a como pensa que poderia ser o processo regular, que hoje em sua opinião está dicotomizado entre vida e escola.

A questão é que a tendência que se apresenta nas duas pesquisas é de uma análise do que é o trabalho educativo não tão somente no campo teórico, os dois autores buscam a materialidade empírica de instituições e centros que se propõe a ter o trabalho educativo em suas bases.

Como apontamentos finais, vamos ter mais centro em categorias de superação a partir do processo educativo, com referência na educação popular, na ética no cuidado e no diálogo na produção de Pauly. E na discussão colocada por Tolotti (1999), o debate do trabalho educativo atravessado pelas políticas públicas para sujeitos infanto-juvenis, compreendendo adolescentes como portadores de direitos.

Dissertação

1. TOLOTTI, Nelci Terezinha. Trabalho educativo juvenil: desafios e perspectivas. PUCRS, 1999.

Tese

2. PAULY, Evaldo Luis. Nem só de pão: fundamentação da ética pedagógica do trabalho educativo. UFRGS, 2000.

Trabalho infanto-juvenil e Brinquedo

A partir deste sub-tema, os que seguem podem ser considerados como lacunas de pesquisa a se explorar. Pois no universo de 20 anos no conjunto das universidades do Estado do Rio Grande do Sul o que podemos ver é a pouca ou quase nula produção sobre trabalho infanto-juvenil explorando estas perspectivas.

A dissertação de Alves (1998) tem como objetivo construir um quadro descritivo sobre as atividades cotidianas de crianças em situação de rua, com a utilização de três instrumentos complementares entre si: observação com registro cursivo, entrevista estruturada e jogo de sentenças completas. Com o objetivo de discutir o brinquedo e as atividades cotidianas de crianças em situação de rua no Brasil, no final do século XX.

Ao realizar suas observações, a pesquisadora traz a tona quais seriam as atividades cotidianas dos sujeitos infantis na rua, e a partir de então coloca qual é o papel do trabalho na vida dos mesmos. Assim, a autora demonstra que a separação entre o tempo do trabalho do brincar na maioria das vezes é uma linha tênue, quando não estão totalmente confundidos.

A categoria rua é utilizada na construção destes sujeitos que na maioria das vezes estão em situação de trabalho infanto-juvenil, assim constituem-se os sujeitos vistos como situação de risco social e pessoal, por acabarem e não ter condições físicas, psicossociais e/ou emocionais de desenvolvimento, sempre comparando com sua faixa etária.

Utilizando referenciais em Hutz e Koller, a autora realiza a compreensão de que a partir de dados obtidos, pode-se assinalar que, para as crianças, enquanto estão no espaço da rua, além de trabalhar, elas estão brincando, e isto é importante para sua formação, pois ela realiza mais de uma atividade com competência, preservando características fundamentais de sua infância. Como um de seus instrumentos foi a utilização de entrevistas e observações, outro aspecto que apareceu importante para a construção do quadro que a pesquisadora necessitava construir foi quais são os sentidos do trabalho para as crianças. Neste aspecto, até pela presença do brincar confundida pela necessidade do trabalho, a compreensão de que não era “tão ruim” assim trabalhar se fez presente.

O brinquedo foi o foco de análise, pois foram levantadas questões pela pesquisadora sobre a identidade desta criança de rua, o que nos demonstrou que ao pesquisar a situação de rua, apareceu como “natural” a presença do trabalho. Ainda que não de forma imediata, pois até mesmo pela dificuldade de compreensão das crianças sobre o que faziam naquele espaço, as análises com a metodologia de “jogo de sentenças” foi importante.

Por fim, a autora questiona a valoração dada pelas crianças ao processo de trabalho: *O que se observa é que o trabalho prematuro contribui mesmo é para a formação de uma mão de obra desqualificada, despreparada e que restringirá à prestação de serviços no subemprego* (ALVES, 1998, p. 56). Assim categorias para a eliminação dos riscos cotidianos das crianças em situação de rua são apontadas para que se realize uma análise mais aprofundada do mesossistema destes sujeitos.

Dissertação

1. Alves, Paola Biasoli. O brinquedo e as atividades cotidianas de crianças em situação de rua. UFRGS, 1998.

Trabalho infanto-juvenil e Velhice

Ao dar prosseguimento na análise dos sub-temas com menor aparição, encontramos a produção de Jairo da Luz Oliveira (2001) que realiza sua dissertação acerca da investigação da vida cotidiana do idoso morador de rua e suas estratégias de sobrevivência. Neste trabalho a construção do trabalho infanto-juvenil se dá na materialidade da infância ter sido a alternativa destes idosos quando crianças.

A pesquisa revela que a marca da exploração do trabalho infanto-juvenil pode ser um delimitador do futuro dos sujeitos nele envolvidos. De cunho qualitativo, o objetivo do pesquisador é aprofundar os estudos em um universo de significados na vida dos sujeitos que irá entrevistar, utilizando a metodologia da história oral como instrumentos: observação e a entrevista semi-estruturada.

As categorias que a autora utiliza para ir a campo e posteriormente para a análise de seu material são oriundas do materialismo dialético (Kosik, 1976), como

norteador da pesquisa. E posteriormente coloca-se: cotidiano, família e trabalho como surgidas das falas dos sujeitos entrevistados, que servirão para a análise desejada.

O autor desenvolve com propriedade o ciclo de pobreza do qual são reféns muitos dos sujeitos inseridos de forma precoce no mundo do trabalho. A contribuição desta pesquisa está em como a materialidade em uma rica empiria colocar a condição de “chaga social” que o trabalho infanto-juvenil carrega consigo.

A maioria dos idosos moradores de rua vive hoje o resultado de como foi o processo de sua inserção social no mundo do trabalho. O processo de adoecimento de foram vítimas e o abandono social em que suas vidas estão mergulhadas representam o resultado de como no Brasil, muitas pessoas estão sendo exploradas neste sistema capital. (KOSIK, 1976, p.102)

Creio que este sub-tema pode e deve ser melhor desenvolvido, inclusive por outras áreas que, não necessariamente, o serviço social. É necessário aprofundar as consequências e conseguir observar e agir conjuntamente com órgãos responsáveis sobre as consequências deste que marca definitivamente a vida dos sujeitos que, com ele, se envolvem. Historicamente a situação do desenvolvimento do capitalismo e suas crises impõem novas formas de exploração e acredito que esta pesquisa contribui para isso quando parte da situação de idosos que no mínimo na metade do século passado, quando crianças, o trabalho já lhes era uma necessidade.

Dissertação

1. OLIVEIRA, Jairo da Luz. *Vida cotidiana do idoso morador de rua: as estratégias de sobrevivência da infância à velhice: um círculo de pobreza a ser rompido*. PUCRS, 2001.

Trabalho infanto-juvenil e saúde

A tese de Ana Claudia Gastal Fassa (2000), pertencente à área das ciências da saúde, com exclusividade para avaliação sobre segurança e saúde de crianças e adolescentes trabalhadoras, que segundo a pesquisadora é escassa e nosso país.

O local de coleta de dados está situado em Pelotas, onde estima-se que o trabalho infantil apresente um perfil muito particular, isto é atribuído ao desenvolvimento da região que é alto e dificultaria a ocorrência de casos “escandalosos de exploração infantil”.

Este estudo de caráter epidemiológico transversal, está calcado na ideia de avaliar os múltiplos aspectos da saúde infantil, e associar a saúde e a questão da exposição ao trabalho. Assim, o conjunto da produção analisa quais são os malefícios produzidos pela exploração do trabalho, que acaba por gerar uma série de problemas aos sujeitos envolvidos no processo produtivo. Os problemas respiratórios geralmente são a causa de consulta infantil, atualmente os problemas clássicos como infecções respiratórias estão cedendo lugar a asma e chiado. A partir de que se detectam estas questões é possível refletir também a demanda da saúde pública.

A exclusividade nesta produção nos chama a atenção para a escassez de análises que possam contribuir para a compreensão dos contornos do trabalho infantil. Pois, a partir das situações vivenciadas pelos sujeitos infanto-juvenis é “natural” que a marca em seus corpos fale muitas vezes de forma superior que os próprios dados. Que como mesmo a autora expõe, em alguns lugares parece-nos quase impossível revelar.

Tese

1. Fassa, Anaclaudia Gastal. Trabalho infantil e saúde: perfil ocupacional e problemas. UFPEL, 2000.

5. UM ESTADO DA ARTE DE UMA CHAGA SOCIAL – ALGUNS APONTAMENTOS.

A constituição de um estado da arte deve estar a serviço da compreensão de um determinado campo do conhecimento que se constrói a partir da produção discente localizada na academia. Para tanto, em momento algum, me coloquei na elaboração do banco de dados e posterior análise como uma pesquisadora que vai a campo sem uma compreensão de mundo e do fenômeno pelo qual se fez meu objeto de estudo.

Ao realizar esta reflexão, recupero um trecho da introdução do livro "A história da Revolução Russa", escrito por Trotsky, editado pelo Paz e Terra no Brasil em 1977, que pode ser ilustrativo para reafirmar a importância prática que tem a exposição nítida da perspectiva histórica de classe que tenha um pesquisador. Aqui Trotsky, ao realizar uma polêmica com um de seus contemporâneos historiadores explica:

Será por isso indispensável intervir o que se chama “ a imparcialidade” do historiador? Ninguém até hoje explicou claramente em que consiste esta imparcialidade. Citou-se muitas vezes de certo aforisma de Clemenceau sobre a necessidade de ser uma revolução estudada em “bloco”; isto não passa de espirituoso subterfúgio: como nós poderíamos declarar partidário de um todo que traz, em sua essência a divisão? (...) Sr. L. Madelin * (historiador francês) afirma que “o historiador deve subir nas muralhas de uma cidade ameaçada e, de lá, observar tanto os sitiados quanto os sitiadores”. Somente assim, segundo ele chegar-se-ia à “justiça que concilia”. Os trabalhos do Sr. Madelin provam, entretanto que, se escalou as muralhas que separavam os dois campos, o fez apenas na qualidade de esclarecedor da reação. Felizmente trata-se, no seu caso, tão somente, dos campos de batalha do passado: em tempo de revolução é extremamente perigoso manter-se sobre as muralhas. Alias, na hora do perigo, os pontífices de uma justiça conciliadora permanecem em casa quase sempre, esperando ver para que lado decide a vitória. (TROTSKY,, 1977, p. 15)

Afirmo isto para que possa ser feito um diálogo com a produção estudada, sem pretensão de encerrar o debate, pelo contrário, com o intuito de que a temática do trabalho infanto-juvenil possa desvelar-se de maneira produtiva nos bancos universitários. Logo, conforme afirma Régine Sitota (apud, Sposito, 2006) os balanços da produção científicas são importantes porque em geral assumem dupla feição: contribuem para emergência do campo de estudos e auxiliam na sua

estruturação. Considerando o conjunto do que foi produzido sobre trabalho infanto-juvenil nos últimos vinte anos no Rio Grande do Sul, se pode apontar que há necessidade de estruturar de forma mais avançada o campo de pesquisa em questão.

Afinal, como definimos o local de nossa produção?

A universidade enquanto um local preferencial de produção do conhecimento, não pode de maneira alguma ser compreendida como um reflexo idêntico de uma realidade social, qualquer que seja. Desta forma, não estamos desvalorizando a influência ou tão mesmo o papel que os bancos universitários têm na história da ciência. Mas a conceituação de classe que a universidade expressa, e conseqüentemente, quais objetos de estudo lhes serão preferenciais. Compreendendo esta questão como uma mediação de nossos resultados apresentados.

Para tanto, é importante referenciar que a categoria *classes sociais* aparece em Marx, em uma dimensão científica, atribuindo-lhe o papel básico ao longo da história, desmistificando aquela análise da economia política burguesa, sobretudo em relação às classes, no conjunto da organização da produção capitalista. No campo ideológico temos a luta entre as ideias da classe burguesa e da classe proletária, mediante a clássica premissa de que as ideias dominantes são as ideias da classe dominante. Neste cenário, a luta ideológica é uma das lutas a ser enfrentadas e a universidade enquanto uma instituição do Estado, está a serviço da difusão destas ideias.

Acrescenta-se neste contexto, o intenso crescimento da pós-graduação no Brasil nos últimos dez anos, particularmente na área da Educação, em níveis de especialização e mestrado, ainda se necessita de estudos que possam apontar as características que se formam a partir de então. Ao lado desta expansão também foram fixados prazos mais curtos para as conclusões de mestrado e doutorado, assim como um conjunto de normatizações que privilegiam a produtividade nas tarefas dos acadêmicos. Esta realidade é bem descrita em um estudo realizado por

Sguissardi (2009), sobre a situação de trabalho dos docentes nas instituições de ensino superior, conforme segue:

O produtivismo acadêmico, como ideologia, produzido pela burocracia da Capes e do CNPQ, com bases nas precárias condições objetivas dos programas, é naturalizado e reproduzido em todos os espaços institucionais onde atua o professor pesquisador. Este tende a cair no artilho, dele dificilmente podendo escapar. (SGUISSARDI, 2009, p. 224)

As prioridades externas à universidade determinam as áreas que irão receber maior financiamento, isto acaba por acirrar a competição entre os docentes e colocar um ritmo de “produtividade” frenético. Isto também acaba por determinar aquilo que deve ou não ser objeto de pesquisa na universidade, e aquilo que parece ao Estado necessitar de financiamento ou não. A partir de Sguissardi (2009) verifica-se que atualmente as prioridades estruturais na produção acadêmica podem-se dividir em dois: de um lado as pesquisas aplicadas ao crescimento econômico e de outro as pesquisas voltadas para as questões sociais, porém de forma pontual.

Desta forma, no último período tivemos a maior greve dos docentes das universidades federais, no primeiro semestre de 2012, onde uma das principais pautas de reivindicações relacionava-se as condições de trabalho cotidiano e a lógica de produção expostas hoje no âmbito acadêmico.

Nesta mediação acima exposta, enfrentamos os resultados obtidos sobre a construção do fenômeno trabalho infanto-juvenil nas produções acadêmicas como um tema a ser desenvolvido e também difundido com maior amplitude. Pois ao compreender o trabalho infanto-juvenil como uma “chaga social”, avançamos na relação entre a política para sua resolução e um possível nexos com as produções acadêmicas.

A relevância dos marcos legal na temática?

Se consideramos que estes estudos sobre trabalho infanto-juvenil começam a ser produzidos a partir de 1990 (promulgação do ECA), principalmente nas áreas da ciências humanas, pode-se afirmar que já existe um acúmulo inicial, mas que não nos permite um quadro tão diversificado como poderíamos ter. Inclusive em nossa

primeira análise quantitativa já era possível apontar que as pesquisas a partir dos anos 2000 triplicam em produção.

Assim um quadro do estado atual dessa produção na Pós-graduação pode ser esboçado, dentro de todos os seus limites, principalmente os definidos pela pesquisadora deste estudo: temporal e geopolítico. Ainda no marco das diversidades de olhares que foi possível verificarem, há uma sinalização que parece importante que seja investigada com maior atenção. Esta diz respeito às acepções jurídicas de regulação colocadas em relação ao fenômeno pesquisado, que estão em sua maioria referenciadas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Não se trata, no entendimento da pesquisadora, de uma construção teórica sobre esta legislação, mas de uso que recobre o conjunto dos trabalhos estudados. Ainda é possível verificar aqueles que vão além deste marco legal, e principalmente nos trabalhos na sub-área do serviço social recorrem a utilização da LOAS.

Isto se deve há muitos aspectos verificados nas teses e dissertações estudadas, com foco na proposição das políticas sociais e com a situação de “vulnerabilidade social”, a qual muitos autores relacionam a situação de exploração do trabalho infante-juvenil. Logo, faz sentido a legislação que também se referencia na Constituição de 1988 para explicitar quais as obrigações legais do Estado, família e sociedade para com os sujeitos infante-juvenis.

É formadora da concepção de infância na maioria das produções, a constituição vigente. Assim, o olhar sobre o “sujeito de direitos” pós a ruptura com o “menor” é facilmente identificada nas produções da década de 1990 principalmente o termo criança e adolescente começa a ser trabalhado com hierarquia pelos pesquisadores da área.

Como as produções têm grande peso das áreas de Educação e no Serviço Social, se compreendem que a legislação possa ser um elemento que perpasse estas duas áreas de estudo. Ainda que na educação, conforme afirma Cury, Horta e Fávero (2001), a aceitação da entrada da área do Direito muitas vezes tenha sido absorvida apenas como uma técnica jurídica, sem se considerar uma concepção de sociedade, por isso mesmo o formalismo é comum perante a razão jurídica. Como

no serviço social, que é visto como uma área de proteção social à camada da população desfavorecida.

Mas afinal, o que é trabalho infanto-juvenil?

Parte de nossos objetivos foi conseguir visualizar a forma de construção conceitual do trabalho infanto-juvenil nas teses e dissertações do banco de dados das universidades do Rio Grande do Sul.

À primeira vista a diversidade teórica registrada no levantamento quantitativo poderia ser indicativo de fragilidade e excessiva dispersão. No entanto, esta abrangência acabou por revelar possibilidades de olhares que acabavam muitas vezes por serem complementares na construção do conceito de trabalho infanto-juvenil.

Foi possível identificar a partir de Neto (2004) uma diferença qualitativa na conceituação de trabalho infanto-juvenil, que com uma densidade teórica superior ao conjunto das dissertações analisadas se propôs a ampliar a compreensão sobre trabalho infanto-juvenil. Este se destaca por apresentar uma compreensão distinta dos demais pesquisadores. Quando ultrapassa o recorte de análise sobre os sujeitos infanto-juvenis que em uma situação “desfavorecida materialmente” são expostos ao trabalho, e avança na percepção de que existe também nas “classes mais abastadas” uma situação de fragilidade em crianças colocadas excessivamente em tarefas no seu cotidiano.

Há de se destacar que Neto (2004) representa em sua tese um fio de continuidade de um pesquisador que desde sua graduação tem voltado o foco de seus estudos para a problemática do trabalho infanto-juvenil. Assim, este elemento contribui para que sua elaboração seja de um nível teórico que contribuía e faça-se de referencia o campo em questão.

Um item importante para a análise é o destaque que a OIT e a UNICEF em nas obras estudadas, as mesmas podem ser entendidas como organizações que inscrevem o trabalho infanto-juvenil. Assim, mesmo que os diferentes pesquisadores tenham marcos teóricos diversos, algo que nos apareceu em comum foi a relevância destas instituições para escrever sobre o fenômeno social em questão.

Com o que se faz comum na construção de nosso fenômeno nas teses e dissertações analisadas, a presença constante destes organismos e organizações internacionais é relevante. Com objetivos e localizações distintas na hierarquia social, ambas são referências para grande parte dos pesquisadores da temática.

Formulada em um contexto político e social de pós-Segunda Guerra Mundial, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) enquanto uma instituição Internacional emergente neste contexto passa a atuar na difusão da ideia de indivíduos portadores de direitos fundamentais acima de qualquer identidade (Schusc, 2009), no mesmo período que a Organização das Nações Unidas (ONU).

Já a Organização Internacional do Trabalho (OIT), é portadora de uma história anterior, foi criada em 1919, como parte do Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial. Suas bases estão sob a compreensão de que a paz universal somente pode ser relacionada a justiça social. A OIT é responsável pela formulação e aplicação das normas internacionais do trabalho (convenções e recomendações). Segundo conta em suas normas, as convenções, uma vez ratificadas por decisão soberana de um país, passam a fazer parte de seu ordenamento jurídico. O Brasil está entre os membros fundadores da OIT e participa da Conferência Internacional do Trabalho desde sua primeira reunião.

Grande parte das pesquisas demonstra o quão sintomático são as relações da garantia de direitos com estes dois organismos. Seja pelo papel a que se propõe a UNICEF, seja pela normatização imposta pela OIT, que regula o trabalho infanto-juvenil. Inclusive para a construção do conceito de trabalho infanto-juvenil a Convenção 182/1999 é um marco na definição das piores forma de trabalho infantil, e também de sua erradicação.

A criação de diversos organismos internacionais como: ONU, UNICEF, OIT pode ser compreendida também como uma expressão da forma de internacionalização do capital, que prevaleceu neste período a partir do início do século XX e que relacionava sistemas econômicos. E tem como objetivo, sobretudo, regulamentar políticas macroeconômicas e programas de reconstrução dos países pobres, visando construir uma estabilidade necessária para a livre circulação de capital (Fontes, 2010).

Para além de adotar políticas econômicas aos países pobres, visava controlar governos, enfim a vida de todos os povos, assim os mecanismos de controle econômicos tomam formas cada vez mais complexas e eficientes de dominação cultural, e de conservação da sociedade da mercadoria.

As metamorfoses que o trabalho infantil sofre no último período começam a ser permeadas também pela questão do livre comércio, que logo já sinalizado pela OIT, assim como a UNICEF e grande parte das contribuições utilizadas pelos pesquisadores do tema auxilia na relação que existe entre trabalho infantil e pobreza. Com um destaque para os sujeitos em situação de “vulnerabilidade social”, expostos a condições de moradia de rua.

Para além dos organismos multilaterais e da legislação que falam sobre a questão do trabalho infantil e fazem-se referência na construção do conceito, autores como: Castells, Frigotto, Antunes, Zaluar, atravessados em muito pela história da infância de Ariès e a concepção de trabalho em Marx, constituem o arcabouço teórico das pesquisas analisadas. Podendo assim afirmar que a partir destas referências teóricas construímos uma base comum de análise observável nas produções nos últimos vinte anos no Rio Grande do Sul.

Trabalho ou exploração trabalho?

A importância de se reforçar os aspectos históricos que circundam o trabalho infanto-juvenil na história da humanidade foi uma linha geral aplicada às pesquisas estudadas. As principais referências se constituíram na Revolução Industrial a partir dos escritos de Marx e Engels, porém, tivemos referências também ao período do Velho Testamento do século VI a.C. Utilizando os escritos bíblicos como referência.

A historicidade do fenômeno nos interessa, pois é a partir de então que identificamos o trabalho ou a exploração do trabalho. Ao determinar os riscos morais, físicos e psíquicos que crianças e adolescentes têm ao serem expostas à exploração do trabalho, aponta-se a compreensão de que se tratam as pesquisas é uma situação de exploração, não tão somente de realidade de trabalho.

O trabalho que mutila e impede o direito ao futuro se desenhou por diferentes caminhos teóricos –metodológicos, mas foi demonstrado nas pesquisas que estudamos. Desde a infância em situação de rua que não diferencia imediatamente em seu cotidiano o brincar do trabalhar analisada por Biasoli (1998), até a velhice que traz em sua história a marca da situação de trabalho infanto-juvenil sendo este um elemento determinante de sua situação atual, como nos demonstrou Oiveira (2001).

Os locais desde trabalho tiveram predominância de áreas rurais, mas foi também o urbano da criança jornaleira das ruas de Porto Alegre descritas por Neto (2004), tanto quanto as catações de lixo identificadas nas falas de famílias tendidas pelo PETI que demonstraram existir, na dissertação de Kontz (2009).

Lugares de trabalho, e porque não lugares de perda da infância. A discussão refletida em dez trabalhos, nos atravessamentos dos sub-temas apresentados, de que a perda ao direito da infância é realidade comum aos sujeitos trabalhadores infanto-juvenis, nos faz pensar em uma condição infantil (Vendramini, 2009) onde o direito a infância é subsumido pelo direito a sobrevivência.

As teses e dissertações falaram de uma destruição de força produtiva (Mézsáros, 2009) da qual somente a condição de trabalho sobre a égide do capital é capaz de realizar. Assim, podemos estar diante de uma destruição prematura da força de trabalho, da qual a produção acadêmica aponta para crianças e adolescentes com as seguintes características: falta de preparação para o mercado de trabalho na maioridade, problemas físicos degenerativos e etc. A força de trabalho entendida como mercadoria, a partir de Marx (2008), transforma o trabalho excedente entregue gratuitamente às mãos do capitalista, conformando a exploração.

Há uma lacuna a ser refletida nas produções estudadas, a partir da constatação de que há uma compreensão geral do trabalho infanto-juvenil na sua destruição, ou como denominamos: exploração. Antes de prosseguir coloco que o termo exploração não utilizado pela maioria dos pesquisadores, porém a negatividade da situação de trabalho precoce é algo comum, logo exploração é a forma como compreendemos a situação de trabalho precoce hoje no capitalismo.

Desta forma, a primeira compreensão do debate que se coloca é quando ao referir-se à *erradicação* do trabalho infanto-juvenil não se realiza o contraponto do trabalho enquanto *princípio educativo*. E isto está colocado até mesmo em base aos referenciais teóricos acima apresentados que teses e dissertações utilizam. Assim, parece-nos que é necessário equilibrar as produções sobre o tema e inserir essa discussão.

É necessário para tanto desacomodar os parâmetros utilizados como o que se referencia de “qualidade da infância”, pois os programas de combate à exploração aparecem dito em meios de comunicação de massa e até mesmo documentos oficiais como que crianças devam ficar isentas de qualquer tipo de trabalho, como se fosse possível viver sem trabalhar. As produções analisadas omitem este debate, com o equilíbrio apresentada por Arenhart (2007), ao falar da experiência de educação no Movimento Sem Terra no Brasil:

(...) crianças trabalham e isso não chega a ser problema para o direito à infância, desde que o tipo de trabalho que realize não as aliene da condição de sujeitos e de crianças. Para isso, somente um trabalho que não seja trabalho explorado e alienado, que não as limite de vivenciar outras experiências humanas, como O estudo e a brincadeira que é própria da infância, pode ser aceitável. (ARENHART, 2007, p. 135)

Não falar de um trabalho no sentido ontológico, pode ser elemento inclusive de erros na aplicação de alterações desta chaga social que é a exploração do trabalho infantil.

Outra linha geral apresentada a partir do conceito de erradicação inferido principalmente a partir das políticas sociais analisadas é ter a situação de pobreza enquanto ponto de partida para a situação de trabalho infanto-juvenil, e não como sintoma. Desta forma, não se nega a totalidade da situação de exploração dos filhos da classe trabalhadora, e se pode cair numa redução da discussão teórica que seria prejudicial para o desenvolvimento do campo de pesquisa. Afirmo isto, pois existem mediações que necessitam ser observado com maior cuidado, que nos aparecem como contradições pouco desenvolvidas, a princípio a partir de duas categorias: *legislação e moral*.

Caso contrário, não estaríamos nos questionando sobre um “fio invisível” (Vendramini, 2009) de consentimento social colocado na realidade brasileira que tem como dados da sua população economicamente ativa os mesmos sujeitos que são amparados pelo artigo 60 do ECA.

Problematizar o sentido e não deslegitimar o que os sujeitos dizem

Pesquisas que expuseram a questão de como os sujeitos enxergam o fenômeno trabalho infanto-juvenil e que sentido e representação os mesmos tem de sua situação ou da situação a qual assistem é um debate que necessita também de aprofundamentos. E aqui algumas pistas podem ser colocadas.

O trabalho é fonte de sociabilidade, assim o trabalho pode ser compreendido como uma atividade social, logo partimos da concepção do trabalho como atividade humana fundamental para o desenvolvimento do ser humano. Porém, a contradição do trabalho sob a égide do capital faz com que o potencial sociabilizador do trabalho perca qualitativamente sua força, e acabe por construir uma “sociabilidade truncada” (Fontes, 2009), e no futuro um processo de exclusão social que marca a possibilidade de futuro destes sujeitos.

A sociedade que tolera e algumas vezes incentiva o trabalho, demonstra em estudos sobre representações do trabalho infanto-juvenil a visão de crianças e adolescentes. Assim como o trabalho é historicamente determinado, os sujeitos sentem a situação de exploração de distintas formas. E a positividade apontada como regra geral na fala dos infanto-juvenis não pode ser tomada como apenas uma expressão de subjetividades. É necessário realizar um movimento de ir à essência do fenômeno, e como a sociedade produz este sujeito.

A defesa do trabalho manual, como uma “pedagogia do trabalho”, “aprender fazendo” é expressão social do discurso de muitos “empreendedores” da área da grande indústria. Para tanto, apontamos que a categoria de formação é parte das lacunas que visualizamos em nossa análise. Pois é fundamental refletirmos a situação de trabalho infanto-juvenil e as concepções formação que estão postas na

sociedade, e também aquelas que acreditamos ser passíveis de proporcionar desenvolvimento humano.

Mas o sentimento predominante que coloca peso a categoria moral deve ser compreendida na força que tem as ideias do desenvolvimento do capital. Não raro, os sujeitos afirmavam trabalhar “para não roubar”, “para não usar drogas”, “para ser respeitado”, e os pais afirmam em regra geral categoricamente: cabeça vazia, oficina do diabo. Trata-se de uma ideologia disseminada a serviço da exploração de jovens desde a mais tenra idade, mas que se tomada de forma isolada pode cair em uma interpretação que acaba por colocar no colo do sujeito a responsabilização da situação de trabalho infanto-juvenil. Assim Vendramini (2009) afirma:

Ora, sabemos que Max Weber escreve contrariamente ao marxismo. Ao fazê-lo desconsidera ser o capitalismo um produto histórico de determinadas relações sociais. Além disso, relaciona o trabalho com a ética do bruguês ascendente de homem que trabalha, poupa e investe, e não com a ética dos trabalhadores que trabalham para o burguês. Weber, portanto desconsidera a luta de classes. Não é casual a maldição à preguiça e a valorização ao trabalho ocorrendo, coincidentemente, numa sociedade que tolera o trabalho infantil. (VENDRAMINI, 2009, p. 15)

Políticas Sociais e o Trabalho Infanto-juvenil em teses e dissertações – caminhos comuns

Os resumos, acabaram por funcionar como obstáculos para nossas análises, logo, aquele debate que parecia invisível aos olhos dos resumos e dos dados quantitativos mais gerais, apareceram com central nas leituras amplas e fichas de leitura. Dentre eles, o quão central é o conceito de política pública para os pesquisadores da área.

Uma tendência encontrada nas produções diz respeito a “informalidade” existente no trabalho infanto-juvenil, que acaba por refletir na identificação de sua existência e que deixam qualquer espécie de dados oficiais vulneráveis quanto a sua veracidade. Assim como das piores formas de trabalho ainda é encontrada grande incidência na exploração de crianças e adolescentes no comércio sexual, narcotráfico, em condições muito próximas a situação de escravidão. Aí se faz

novamente fundamental a análise sobre as formas de trabalho doméstico desenvolvidos por estes sujeitos, que é utilizado pelo sistema capitalista para ampliação de seu leque de “exploração” da força de trabalho.

Portanto, a questão do diálogo entre os dois campos, o da ciência e o da política, é de grande relevância, principalmente se considerarmos a possibilidade de o recurso aos conhecimentos científicos na elaboração de políticas públicas resultar em práticas mais efetivas. Observando a produção científica brasileira na temática trabalho infanto-juvenil, a baixa efetividade de políticas públicas perante as metas estipuladas nos parece mais um sintoma entre a dificuldade de comunicação entre a produção acadêmica e o Estado.

As produções que se propuseram a realizar uma avaliação das políticas públicas para erradicação do trabalho infanto-juvenil trazem consigo importantes elementos de superação dos problemas encontrados, principalmente com os operadores destas políticas no cotidiano. Não há como falar de trabalho infanto-juvenil sem que se observe o atravessamento de políticas públicas que constituem o fenômeno hoje, materializando a “mão do Estado” em relação à produção/reprodução do trabalho de crianças e adolescentes. Sendo assim, não cabe aqui neste momento realizarmos como centro de nosso trabalho uma análise minuciosa das políticas públicas para esta área, porém, a partir das metas Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente trabalhador (2011-2015), é possível ter uma amostra das concepções do Estado.

Coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), contém como finalidade específica a elaboração de propostas que estejam de acordo com as Convenções 138 e 182 da OIT, para regulamentar e adequar mecanismos de monitoramento da aplicação da convenção de 182. Abaixo segue os objetivos dispostos no documento:

O Plano constitui-se num instrumento fundamental na busca pelas metas de eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2015 e de erradicar a totalidade do trabalho infantil até 2020, assumidas pelo Brasil e pelos demais países signatários do documento “Trabalho Docente nas Américas: uma agenda Hemisférica, 2006-2015”, apresentado na XVI Reunião Regional Americana da Organização

Internacional do Trabalho (OIT), ocorrida em 2006. (Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente trabalhador (2011-2015) p. 3)

Para tanto, este mesmo documento aponta uma análise preliminar da situação do trabalho infanto-juvenil no Brasil, e afirma que, fruto da manutenção das estruturas socioeconômicas de nosso país hoje tem grande concentração de renda e desigualdade sociais. Ainda que outros aspectos como: cultura, explosão demográfica e mobilidade social sejam também tomadas como aspectos de debate para o tema.

O fato é que ainda que a primeira PNAD (1992) onde demarcava 8,42 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos ocupados até a última de 2011 que demarca 2,97 milhões são não suficientes para apontar para uma dinâmica que vá em direção a erradicação do fenômeno. Como fatores que agravam esta situação, o documento em sua análise ainda aponta que “um núcleo duro no trabalho infantil” é composto por crianças e adolescentes no trabalho familiar não remunerado na agricultura e nas atividades informais urbanas.

No projeto apontávamos a possibilidade que o estado da arte pudesse ser um instrumento para ter alguns caminhos que auxiliassem na construção da superação da exploração do trabalho infanto-juvenil. Não a totalidade de sua resolução, mas avanços neste sentido.

Na análise que se seguiu procuramos apontar quais foram as principais tendências e lacunas que encontramos na produção analisada. Ainda que o que se delineia são mais questões de conhecimento do campo e da forma como temos construído a questão do trabalho infanto-juvenil na academia do que necessariamente apontamentos gerais que possam mostra todo o caminho a seguir.

Nossa delimitação do estado da arte demonstrou-se na realidade como mais um desafio a ser contornado, pois por ser uma averiguação regional, o cuidado com generalizações é importante. Mas ao mesmo tempo, ao recorrer a produções nacionais, vemos que há sim uma nacionalização da produção acadêmica. Com algumas especificidades locais, como foi o caso do pesa os sujeito infanto-juvenil em situação de trabalho em áreas rurais.

Parte do estado da arte reside em constituirmos novos resumos com categorias discursivas comuns, mas este não necessariamente é o fim em si mesmo, pois o objetivo ao lidar com os resumos é de alguma forma poder interferir na organização da temática estudada. Assim oferecemos nossas reflexões aos autores citados para exercemos um diálogo comum.

Verificamos no balanço realizado que a produção mais consistente sob a visão de uma agenda inicial de pesquisas revela origens diversas. De um lado, parte da produção discente se articula com preocupações explícitas de orientadores que elegeram a temática trabalho infanto-juvenil como relevante e acabam por construir uma trajetória voltada para o tema no interior da Pós-Graduação. De outro um conjunto de trabalhos que não necessariamente se encontram inscritas na investigação da temática de trabalho infanto-juvenil, mas que examinam este tema e de alguma maneira abrem novas perspectivas nos estudos sobre trabalho infanto-juvenil.

Sobre a perspectiva geral apresentada pelos trabalhos na temática que descrevem a necessidade de erradicação, seguem questionamentos importantes sobre este conceito. Torna-se uma contradição falarmos nessa expressão, quando não temos indicativos concretos e as próprias produções acadêmicas retratam esta situação. E atentamos juntamente a isto, para problematizar qual trabalho queremos erradicar?

No contraponto, Fonseca (2011) ao falar da empiria do grupo em relação ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) aponta para forma como vem sendo travada esta disputa entre políticas de erradicação e a situação concreta destes sujeitos alvos das políticas:

Temos observado gestores públicos informando o fim do trabalho infanto-juvenil em suas cidades, como motivo de rompimento com o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e nos surpreende o fato de que os órgãos de proteção não questionam a metodologia e os conceitos implicados em tal afirmativa. (FONSECA, 2011, p. 8)

Assim como a autora nos apresenta, há uma dificuldade dos gestores públicos na área em superar o patamar da aparência do fenômeno, não tratado aqui esta dificuldade como algo ingênuo, mas sim como mais um atravessador do tema.

Durante a dissertação desenvolvemos uma perspectiva de que nosso contato imediato com a realidade é com a aparência (KOSIK, 1976), para se chegar à coisa em si precisamos diferenciar o que é a representação e o conceito, de forma dialética. Assim o movimento de construir a realidade que forma o objeto em estudo deve ser permanente, nunca podendo ser aspecto isolado da realidade, assim como Marx (2008) afirma ao falar sobre a mercadoria:

À primeira vista, a riqueza da sociedade burguesa aparece como uma imensa acumulação de mercadorias, sendo a mercadoria isolada a forma elementar dessa riqueza, Mas, cada mercadoria se manifesta sob o duplo aspecto de valor de uso e valor de troca. (MARX, 2008, p. 51)

Com este trabalho se aposta na construção de uma agenda comum de debates, que não se materialize tão somente nos que produzem sobre o tema, mas que avancem para o conjunto daqueles que vivem e operam com este fenômeno. É necessário que a universidade seja também um espaço de diálogo, que no cotidiano tem se apresentado no último período como quase que nulos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? : ensaios sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho**. 10ª edição. – São Paulo, Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

ARENHART, Deise. **Infância, Educação e MST – quando as crianças ocupam a cena**. Chapecó: Argos, 2007.

Dora Henrique e Léa Galvão. Trabalho Infantil. In: **A experiência do Trabalho e a educação básica**. Gaudêncio Frigotto; Maria Ciavatta (orgs.) – Rio De Janeiro: DP&A, 2005, 2ed.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: **ANTUNES, Ricardo (org). A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FAUSTO, Ayrton e CERVINI, Ruben. **O trabalho e a Rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1991.

FERREIRA, Norma S. A. (2002) **As pesquisas denominadas estado da arte. Educação e Sociedade, Campinas, CEDES, nº 79, p. 257-74.**

FONSECA, Laura Souza. **Trabalho infanto-juvenil: concepções, contradições e práticas políticas**. UFF, Niterói, 2006.

_____. **O tempo infanto-juvenil: provocações desde o campo empírico**. Porto Alegre, 2008.

_____. **Trabalho infanto-juvenil e formação humana: limites na potencia ontológica e banalização do sujeito de direitos**. Inédito. ANPED 2010

FONTES, Virgínia. Imperialismo e crise. In: **Capitalismo em crise: a natureza da dinâmica da crise econômica mundial**. Plínio de A. Sampaio Jr. (org). 1ª Edição, São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2009.

_____. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 3 ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida**. In: **A experiência do trabalho e a educação básica**. Gaudêncio Frigotto; Maria Ciavatta (orgs.) – Rio de Janeiro: DP&A, 2005, 2ª edição.

HARVEY, David. **A condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola. 7ª edição, 1998.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

IBGE. PNAD 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. V. 29.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2ª edição. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acácia. **Trabalho e educação no Brasil – o estado da questão**. Brasília: INEP, 1991.

LENIN, Vladimir. **O imperialismo – fase superior do capitalismo**. Edição 2ª. Rio de Janeiro: Centauro, 2002.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. 3ª edição – São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **O Capital – Crítica a economia Política: livro I**. – 27ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010ª.

_____. **Trabalho assalariado e capital e Salário, preço e lucro** – 2 ed. – São Paulo: Expressão popular, 2010. p. 144.

MARX e ENGELS. **Textos sobre Educação e Ensino**. São Paulo: Moraes, 1992.

MARX, Karl. **A contribuição a crítica da Economia Política**. 3ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. Repensando algumas questões sobre o trabalho infante-juvenil. In: **Revista Brasileira de Educação**, Jan/Fev/Mar/Abr 2002. ANPED.

MÉSZAROS, Istvan. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo, Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. DESLANDES, Suely Ferreira (orgs). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RIZZINI, Irene. O elogio do Científico – a construção do “Menor” na Prática Jurídica. In: **A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação. 2007.

SGUISSARDI, Valdemar. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes. **O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, serviço social (1999-2006)**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

TREIN, Eunice e CIAVATTA, Maria. O percurso teórico e empírico do GT trabalho e educação: uma análise para debate. IN: **Revista Brasileira de Educação**. ANPED: set-dez, n 24, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICES

1. Quadro Organizativo do Banco de Dados das Produções das IES

Título	Autor	Universidade	Ano	Tipo	Área	Nº Fls	Descrição	Resultado
1. Políticas Sociais brasileiras: a situação social dos beneficiários do programa de erradicação do trabalho infantil	Kontz, Leonardo Betemps	UFPEL	2009	Dissertação	Ciências Sociais CH	206f	Trabalho Infantil	NÃO
2. Trabalho infantil: de uma análise jurídica sobre a implantação de projetos de erradicação da zona rural no município de Pelotas	<u>Vargas, Márcia Silva</u>	UFPEL	2006	Trabalho Acadêmico	Direito C.S.A	96f	Trabalho Infantil	NÃO
3. Trabalho Infantil: uma relação entre infância, violência e escola	<u>Oliveira, Emilene Portugal</u>	UFPEL	2004	Trabalho Acadêmico	Ciências Sociais C.H	24f	Trabalho Infantil	NÃO
4. O trabalho infantil no Brasil	<u>Goncalves, Luciano Davesac</u>	UFPEL	2004	Trabalho Acadêmico	Direito C.S.A	40f	Trabalho Infantil	NÃO
5. Trabalho Infantil, categoria invisível na relação escola-trabalho, a serviço da exclusão	<u>Ribeiro, Heloísa ParÃ©</u>	UFPEL	2001	Dissertação	Ciências Sociais C.H	119f	Trabalho Infantil	NÃO
6. Trabalho Infantil e saúde: perfil ocupacional e problemas	<u>Fassa, Anaclaudia Gastal</u>	UFPEL	2000	Tese	Medicina C.S	140f	Trabalho Infantil	NÃO

7. Significado de Escola a partir do cotidiano de crianças trabalhadoras da zona rural	<u>Nunes, Georgina Helena Lima</u>	UFPEL	1998	Dissertação	Educação C.H	NC	Trabalho Infantil	SIM
8. A questão do trabalho infantil no Brasil	Freitas, Lisandra Espindola de	FURG	2006	Monografia	Economia C.S.A	68f	Trabalho Infantil	NÃO
9. Entendendo o Trabalho Infantil	Ballester, Carlos Alberto de Oliveira.	FURG	2006	Monografia	Direito C.S.A	58f	Trabalho Infantil	NÃO
10. O trabalho infantil e o Direito	Louro, Paula Janaina da Rosa.	FURG	2002	Monografia	Direito C.S.A	126f	Trabalho Infantil	NÃO
11. Os reflexos jurídicos e sociais do trabalho do menor	Garcia, Gabriela Zinelli.	FURG	2003	Monografia	Direito C.S.A	113f	Trabalho do Menor	NÃO
12. O trabalho Infanto-Juvenil no Futebol	<u>Azevedo, Karen Prates de</u>	UFRGS	2011	Monografia	Direito C.S.A	76f	Trabalho infanto-juvenil	SIM
13. Política Pública e a escola: um olhar sobre uma política de governo em uma escola estadual de Porto Alegre/RS	<u>Ozorio, Julia da Silveira</u>	UFRGS	2010	Monografia	Pedagogia C.H	41f	Trabalho infanto-juvenil	SIM
14. Educação e trabalho infanto-juvenil: um recorte do estado da arte	Gomes, Martina Pereira	UFRGS	2010	Monografia	Pedagogia C.H	64f	Trabalho infanto-juvenil	SIM
15. O trabalho infanto-juvenil na cultura de fumo: caracteriza-se com vínculo	<u>Sausen, Bruna Carine</u>	UFRGS	2009	Monografia	Direito C.S.A	90f	Trabalho infanto-juvenil	NÃO

empregatício entre indústrias e os produtores rurais?								
16. A luta do jovem trabalhador e estudante nas escolas estaduais de Porto Alegre/RS: um estudo de caso	<u>Siqueira, Janes Teresinha Fraga</u>	UFRGS	2004	Tese	Educação C.H	333f	Trabalho do Menor	NÃO
17. (Im) Possíveis Reflexões acerca do trabalho e infância no cotidiano de crianças trabalhadoras	<u>Fiori, Sabrina Gonçalves</u>	UFRGS	2007	Monografia – Pós	Psicologia C.H	42f	Trabalho Infantil	NÃO
18. Trabalho Infantil: um estudo de caso no município de Dom Feliciano	<u>Kuczynski, Aline</u>	UFRGS	2006	Monografia	Economia C.S.A	104f	Trabalho Infantil	NÃO
19. A implementação dos Programas Federais PETI e Agente Jovem, em Porto Alegre, no contexto das Políticas de Transferência de Renda dos governos Fernando Henrique Cardoso	<u>Medeiros, Márcia de Souza</u>	UFRGS	2006	Dissertação	Ciências Sociais C.S.A	177f	Trabalho Infantil	SIM
20. Trabalho, política de inserção e representações sociais: um olhar sobre o programa de erradicação	<u>Hofstätter, Leila Suzana</u>	UFRGS	2005	Dissertação	Ciências Sociais C.S.A	138f	Trabalho Infantil	SIM
21. Políticas Públicas para a	<u>Marques, Francisca</u>	UFRGS	2005	Monografia	Ciências Sociais	44f	Trabalho Infantil	NÃO

infância com o foco no trabalho	<u>Libia Barbosa</u>				C.S.A			
22. A exploração do trabalho infantil no setor coureiro calçadista na região do Vale dos Sinos- São Leopoldo	<u>Souza, Maria Terezinha Gonçalves de</u>	UFRGS	2005	Dissertação	Ciências Sociais C.S.A	413f	Trabalho Infantil	SIM
23. O espaço Público como uma rede de atores: a formação da política de erradicação do trabalho infanto-juvenil no Brasil	<u>Andrade, Jackeline Amantino de</u>	UFRGS	2004	Tese	Administração C.S.A	204f	Trabalho Infantil	SIM
24. Prática do Fazer, prática do saber: vivências e aprendizados com a infância do corredor	<u>Nunes, Georgina Helena Lima</u>	UFRGS	2004	Tese	Educação C.H	194f	Trabalho Infantil	NÃO
25. Nem só de pão: fundamentação da ética pedagógica do trabalho educativo	<u>Pauly, Evaldo Luis</u>	UFRGS	2000	Tese	Educação C.H	436f	Trabalho Infantil	NÃO
26. O brinquedo e as atividades cotidianas de crianças em situação de rua	<u>Alves, Paola Biasoli</u>	UFRGS	1998	Dissertação	Psicologia C.H	89f	Trabalho Infantil	SIM
27. Características e compreensão da crianças e do adolescente trabalhador rural, que comercializa produtos hortifrutigranjeiros nas Centrais de Abastecimento do Rio Grande	<u>Hoefel, Maria da Graça Luderitz Fensterseifer, Lisia Maria</u>	UFRGS	1998	Trabalho de Conclusão – Pós	Medicina C.S	87f	Trabalho Infantil	NÃO

do Sul S.A. – CEASA/RS, em relação a duas atividades laborais								
28. O trabalho Infantil na Cultura de Fumo no rio Grande do Sul: um estudo de caso no município de Santa Cruz do Sul	<u>Pereira, Sonilda F. da Silva</u>	UFRGS	1997	Trabalho de Conclusão de Pós	Educação C,H	78f	Trabalho Infantil	NÃO
29. Trabalho Conhecimento e fome: um olhar sobre um grupo de adolescentes, que faz de sua atividade na CEASA/RS, uma estratégia de sobrevivência	<u>Fonseca, Laura Souza</u>	UFRGS	1995	Dissertação	Educação C.H	174f	Estratégia de Sobrevivência	NÃO
30. Relação da escola com o trabalhador infanto-juvenil	<u>Filippsen, Lélia Aparecida</u>	PUCRS	2003	Dissertação	Serviço Social C.S.A	117f	Trabalho Infanto-Juvenil	SIM
31. Trabalho Infantil: uma discussão no fio da navalha	<u>Silva, Jorge Alexandre da</u>	PUCRS	2008	Dissertação	Serviço Social C.S.A	96f	Trabalho Precoce	SIM
32. Trabalho Infantil em rede	<u>Almeida Neto, Honor de</u>	PUCRS	2004	Tese	Serviço Social C.S.A	396f	Trabalho Infantil	SIM
33. Trabalho e Infância na vida de meninos e meninas trabalhadores (as) em lavoura de fumo	<u>Hillesheim, Betina</u>	PUCRS	2001	Dissertação	Psicologia C;H	144F	Trabalho Infantil	SIM
34. Vida cotidiana do idoso morador de rua: as estratégias de sobrevivência da infância à velhice: um	<u>Oliveira, Jairo da Luz</u>	PUCRS	2001	Dissertação	Serviço Social C.S.A	144f	Trabalho Infantil	SIM

círculo da pobreza a ser rompido								
35. Trabalho educativo juvenil: desafios e perspectivas	<u>Tolotti, Nelci Terezinha</u>	PUCRS	1999	Dissertação	Serviço Social C.S.A	121f	Trabalho Infantil	NÃO
36. O direito do Trabalho do Menor	PRISCILA GARCIA PERES	UCPEL	2006	Monografia	Direito C.S.A	NC	Trabalho do Menor	NÃO
37. A imprescritibilidade e do trabalho escravo infantil através do dano moral	TIAGO LUIS SILVEIRA IORIO	UCPEL	2007	Monografia	Direito C.S.A	NC	Trabalho Infantil	NÃO
38. As diversas faces do trabalho infantil e sua erradicação: uma questão jurídica	VERONICA AVEIRO DE SOUZA	UCPEL	2009	Monografia	Direito C.S.A	NC	Trabalho Infantil	NÃO
39. O trabalho infantil e seus aspectos legais	TATIANE GIAMBASTIANI KOPEREK	UCPEL	2007	Monografia	Direito C.S.A	NC	Trabalho Infantil	NÃO
40. O trabalho infantil no Brasil	MAIRA DOS SANTOS MARTINS	UCPEL	2006	Brasil	Direito C.S.A	NC	Trabalho Infantil	NÃO
41. Trabalho educativo: uma proposta para o enfrentamento da exploração da mão-de-obra infanto-juvenil	<u>Fochesato, Denise de Queiroz</u>	UCS	1997	Monografia Pós	Direito C.S.A	126f	Trabalho infanto-juvenil e trabalho precoce	NÃO
42. Reflexos da exploração do trabalho infanto-juvenil na formação do indivíduo	<u>Grehs, Kássia Fabiane Teixeira</u>	UNICRUZ	2009	Monografia	Direito C.S.A	109f	Trabalho infanto-juvenil	NÃO
43. Utilização do trabalho infanto-juvenil na agricultura	<u>Ritter, Luciane</u>	UNICRUZ	2001	Monografia	Direito C.S.A	91f	Trabalho infanto-juvenil	NÃO

familiar								
44. Problemática do trabalho infanto-juvenil na atualidade	<u>Alves, Marcela Cristiane</u>	UNICRU Z	2000	Monografia	Direito C.S.A	93f	Trabalho infanto-juvenil	NÃO
45. Trabalho infantil e construção da identidade de gênero	<u>Silva, Roselaine Berenice Ferreira da</u>	UNICRU Z	2000	Dissertação	Desenvolvimento Regional* C.S.A	NC	Trabalho precoce	SIM
46. Trabalho precoce e projetos de vida: um estudo em crianças e adolescentes do meio rural de Santa Cruz do Sul	<u>Hoelzel, Flávia</u>	UNICRU Z	2000	Dissertação	Desenvolvimento Regional*/ Sociologia do Trabalho C.H	276f	Trabalho Precoce	NÃO
47. Trabalho do menor: suas normas de proteção e a viabilidade da sua efetiva erradicação	<u>Carpes, Mary Margarete Farias</u>	UNICRU Z	2002	Monografia	Direito C.S.A	69f	Trabalho do Menor	NÃO
48. Papel do poder local frente a efetivação da erradicação do trabalho infantil: uma abordagem humanista	<u>Cassol, Sabrina</u>	UNICRU Z	2008	Dissertação	Direito C.S.A	185f	Trabalho infantil	NÃO
49. Responsabilidade social na erradicação do trabalho infantil: da visão global a realidade regional na fumiicultura do Brasil	<u>Brandt, Grazielle Betina</u>	UNICRU Z	2004	Dissertação	Desenvolvimento Regional* C.S.A	141f	Trabalho infantil	NÃO
50. Trabalho Infantil na produção de fumo na região serrana dos municípios de Agudo e Paraíso	<u>Beskow, Gilberto Teodoro</u>	UNICRU Z	2001	Monografia pós	História C.H	118 F	Trabalho infantil	NÃO

do Sul e a frequência escolar (1985-2000)								
51. Prática de prostituição infantil e o rufanismo	<u>Portela, Cristiani,</u>	FEEVAL E	2009	Monografia	Direito C.S.A	115f	Trabalho infanto-juvenil	SIM
52. Trabalho infantil doméstico no Brasil	<u>Seger, Cilene Inês</u>	FEEVAL E	2006	Monografia	Direito C.S.A	80f	Trabalho precoce	SIM
53. Trabalho e suas relações com os processos educacionais	<u>Fernandes, Carine,</u>	FEEVAL E	2006	Monografia - pós	Pedagogia C.H	NC	Trabalho infantil	NÃO
54. O ingresso precoce da criança e do adolescente no mercado de trabalho	<u>Bortolaso, Kélen Vargas</u>	Universidade de Cruz Alta	2004	Monografia	Direito C.S.A	48f	Trabalho infanto-juvenil	NÃO
55. A intervenção do serviço social no programa de erradicação do trabalho infanto-juvenil no Município de Cruz Alta	<u>Silva, Carla Fabiana Cardoso da</u>	Universidade de Cruz Alta	2006	Monografia	Serviço Social C.S.A	42f	Trabalho infantil	NÃO

2. Quadro de análise

UFRGS

3. SIQUEIRA, Janes Teresinha Fraga. A luta do jovem trabalhador e estudante nas escolas estaduais de Porto Alegre/RS: um estudo de caso.

Metodologia (as)	Instrumentos	Marco Teórico
------------------	--------------	---------------

<ul style="list-style-type: none"> • a pesquisa é qualitativa; • estudo de caso; • análise de conteúdos. 	<ul style="list-style-type: none"> • entrevista semi-estruturada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Marx; • método materialista histórico;
---	--	---

Abordagem central	Trabalho infanto-juvenil	Sujeito

4. MEDEIROS, Márcia de Souza. A implementação dos Programas Federais PETI e Agente Jovem em Porto Alegre, no contexto das Políticas de transferência de Renda dos Governos Fernando Henrique Cardoso.

Metodologia (s)	Instrumentos	Marco Teórico
Análise de conteúdo	entrevistas	

Abordagem central	Trabalho infanto-juvenil	Sujeitos
Políticas Públicas, com foco no PETI/Agente Jovem	TIJ e os programas (p. 15) - Optou-se por pesquisar a implantação dos programas federais PETI e Agente Jovem porque estes dois programas são pensados, a partir da União, como um contínuo em que a transferência de renda que mantém, teoricamente, a criança na escola e na jornada ampliada, no turno inverso ao da escola, sem exercer atividades laborais dos 7 aos 14 anos, permita ao jovem entre 15 e 17 anos continuar estudando e buscar inserção no mercado de trabalho, em melhores condições de disputa.	Crianças e adolescentes

	<p>Desemprego (p.35) - o desemprego persiste sob a aparência de generosidade social, ao mesmo tempo em que os que detêm o monopólio de trabalho, apegam-se a suas vantagens sem qualquer solidariedade para com o grupo dos que não têm trabalho.</p> <p>Pobreza (p. 57) - Sendo a pobreza, um traço quase que estrutural do país e requerendo, portanto, ações incisivas do poder público para sua redução significativa e sendo a geração massiva de empregos, essencial para tal redução, incompatível com a ortodoxia econômica então vigente, o único resultado possível de tal combinação é a estabilização da pobreza em patamar importante.</p> <p>Escola (p. 136) - Se a escolarização por si só não significa, automaticamente, a conquista de um posto de trabalho, permite a conquista de condições mínimas de disputa.</p> <p>Estado (p. 67) - O discurso da ineficiência do estado na área social embasa a procura de formas que liberem o estado de duas obrigações quanto aos direitos sociais dos cidadãos.</p>	
--	--	--

--	--	--

5. HOFSTATTER,, Leila Suzana. Trabalho, política de inserção e representações coais: um olhar sobre o programa de erradicação

Metodologia (s)	Instrumentos	Marco Teórico
Análise de conteúdo	Entrevistas	Spossati Castel Marx Arendt Antunes Offe Gorz Meda

Abordagem central	Trabalho Infanto-juvenil	Sujeitos
Os sentidos que os beneficiários do PETI tem de trabalho e políticas de inserção social	<p>Legislação (p.33) – No Brasil, a Lei Orgânica da Assistência Social(LOAS), em seu Art. 24(1993,p12), quando trata de definir o caráter dos programas de assistência social, reforça no inciso 1° que estes devem “obedecer os princípios desta lei, com prioridade para a inserção profissional e social”</p> <p>Vulnerabilidade Social (p.57) - As vulnerabilidades são diversas, como trabalho infanto-juvenil, situação de rua(moradia e sobrevivência), maus tratos e violência doméstica. A população definida como prioritária a ser beneficiária do programa Família, Apoio e Proteção são as famílias</p>	Contratantes do PETI – mães

	<p>que tenham, em sua constituição, crianças e adolescentes, idosos ou pessoas portadoras de necessidades especiais.</p> <p>Escola (p.82) -A inserção precoce no mundo do trabalho imprime possibilidades de trajetórias bastante específicas: num primeiro momento significa o abandono da escola formal. Num outro constitui o ingresso em diversas atividades de trabalho pouco valorizadas, em condições de trabalho insalubres, penosas, e ao mesmo tempo precárias quando às condições e aos contratos de trabalho.</p> <p>Trabalho/SENTIDO (p.90) - Essa expressão " o trabalho dignifica o homem", está muito presente nos discursos produzidos pelos contratantes do PETI e na sociedade de modo geral. Aqui, junto à população em foco, ganha em amplitude a atribuição de sentido que representa. Se lembrarmos o quanto as falas significam o trabalho como uma das duas vias possíveis que entrevêm para si e seus filhos - a outra possível é marginalidade-, podemos ver que sentido está imbutido nessa expressão. A dignidade, conquistada e conferida à pessoa pelo trabalho, é sinônimo de que afiança sua cidadania. Outro trecho revela o trabalho como disciplinador. Quando a entrevistada, referindo-se ao seu trabalho, como autônoma, que tem controle sobre o ritmo do</p>	
--	---	--

	<p>trabalho e dos seus horários, em algum momento diz: " eu me deito, eu me levanto a hora que eu quero", e acrescenta rapidamente: " no final de semana"; ou seja, logo explica que durante a semana " a gente tem horário", precisa se disciplinar.</p> <p>T.I.J/ ERRADICAÇÃO (p.130) - Para efeitos de erradicação do trabalho infantil, nos parece necessário medidas a longo prazo. O caráter pedagógico deve prevalecer em detrimento de ações mais fiscalizadoras e compulsórias. Como vimos neste trabalho, as formas e os espaços de socialização das crianças e adoelscentes, assim como as instituições sociais que de certa forma contribuem para a legitimação ou modificação das representações que estes beneficiários expressam, sinalizam para a complexidade do objeto deste programa.</p>	
--	--	--

6. SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. A exploração do trabalho infantil no setor coureiro calçadista na região do vale dos sinos – são Leopoldo.

Metodologia (s)	Instrumentos	Marco Teórico
-----------------	--------------	---------------

	Entrevistas	
--	-------------	--

Abordagem central	Trabalho infanto-juvenil	Sujeito
<p>Análise do T.I.J. e suas consequências sociais e físicas sobre os sujeitos envolvidos no processo</p>	<p>Escola/TIJ (p.280) - as crianças conseguem combinar trabalho com frequência às aulas, mas, se comparamos os índices de aprovação com os da rede municipal, percebemos que caiu para a metade destes.</p> <p>Legislação (p.253) - Parece-nos claro que não é por falta de leis e regulamentações em nosso país que o trabalho infantil é explorado.</p> <p>VALOR (p.226)- Podemos afirmar que esse mito permanece arraigado na sociedade capitalista, ou seja, o trabalho continua com um valor ético e moral. (...) o mito de que o trabalho é o formador das crianças e adolescentes das camadas populares.</p> <p>Políticas públicas/ superação (p.383) - criar políticas públicas sociais básicas pela</p>	<p>Crianças e adolescentes entre 11 e 14 anos.</p>

	<p>defesa e garantia dos direitos humanos que combatam as causas principais do fenômeno, ou seja, a pobreza e o desemprego.</p> <p>(...) sugerimos aos órgãos de fiscalização que façam exigências, junto às empresas calçadistas.</p>	
--	--	--

7. ANDRADE, Jackeline Amantino de. O espaço público como uma rede de atores: a formação da política de erradicação do trabalho infanto-juvenil no Brasil.

Metodologia (s)	Instrumentos	Marco Teórico
<p>Interpretativo com base na hermenêutica;</p> <p>Análise crítica do discurso.</p>	entrevistas	Actor-Network Theory

Abordagem central	Trabalho infanto-juvenil	Sujeito
<p>A análise da política pública de erradicação do T.I.J., PETI, para analisar se existe realmente um mudança da políticas no Brasil dado os movimentos que integram a administração pública a política.</p>	<p>Estado (p.8) – as transformações advindas de uma nova contextualização, nesse final do século XX e neste início do século XXI, parecem indicar um sentido dúbio para o Estado. Alguns falam na sua redução (OSZLAK, 1998), outros falam na sua expansão (SANTOS, 1990). Na realidade, tornan-se o Estado como um espaço dinamizado por forças expansionistas ou redutoras de</p>	

	<p>fronteiras, porém, há que se representar o Estado como um ator em relação com o mercado e a sociedade, isto é um ator autônomo também capaz de alcançar metas políticas na dinamização do público, este sim, um espaço possível de expansões e contrações.</p> <p>erradicação do T.I. (p.51) – a ideia de erradicação do trabalho infantil emerge por entre ações de campos ligados à infância e à proteção social. Eles constituem porções responsáveis por encontrar uma materialidade para o trabalho infantil que se quer erradicar no Brasil.</p> <p>Legislação (p. 55)– Com o ECA, o Brasil colocou-se em uma nova era de direitos, conforme preposição de Bobbio (1992), sendo ele um ator-rede a transladar o sentido de proteção integral à criança e ao adolescente no país. Entretanto, prevalece ainda um débito em relação aos direitos de</p>	
--	---	--

	<p>segunda geração: os direitos sociais</p> <p>Superação (p.186) que se pode vislumbrar a integração intersetorial entre uma política de assistência social e uma política de educação afim de entre outras coisas erradicar o trabalho infantil no Brasil.</p>	
--	--	--

8. NUNES, Georgina Helena Lima. Práticas do fazer, práticas do saber: vivências e aprendizados com a infância do corredor.

Metodologia (as)	Instrumentos	Marco Teórico
<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia em rede; • Etnografia; • observação participante; • entrevista intensiva; • análise dos documentos; • e indução e descrição de grande quantidade de elementos. • Cartografia. 	<ul style="list-style-type: none"> • observação; • entrevista; • anotações; • fotografias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura do cotidiano: Michel de Certeau; • Metodológico para pesquisa de caráter qualitativo etnográfico>: Rubens Alves, Geertz; Zaluar e Cláudia Fonseca. • Conceito de trabalho: Marx; Práticas educativas: Gramsci; Arroyo; Freire. • Trabalhar com identidades: Malouf; Bhabha; Stuart Hall e Peter Mac Laresn; • Relações Sociais: Appiah; Munanga; Fannon; Elisa Nascimento; Carlos Moura; • Relações de Gênero: Scott; Saffioth; Rufino; Schiebinger; • História: Áries. Jacinto Sarmento; Vânia Araújo.

--	--	--

Abordagem central	Trabalho infanto-juvenil	Sujeito

9. PAULY, Evaldo Luis. Nem só de pão: fundamentação da ética pedagógica do trabalho educativo.

Metodologia (as)	Instrumentos	Marco Teórico
<ul style="list-style-type: none"> • a pesquisa é qualitativa; • autobiografia • quantitativa 	<ul style="list-style-type: none"> • entrevista semi-estruturada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Paulo Freire • Bourdieu

Abordagem central	Trabalho infanto-juvenil	Sujeito

10. Alves, Paola Biasoli. O brinquedo e as atividades cotidianas de crianças em situação de rua.

Metodologia (s)	Instrumentos	Marco Teórico
Abordagem ecológica do desenvolvimento humano	Observação com registro cursivo; Entrevista estruturada; Jogo de sentenças incompleto.	Hutz; Koller

Abordagem central	Trabalho infanto-juvenil	Sujeito
Análise de atividades cotidianas de crianças em situação de rua	Brinquedo e TIJ (p.29) - Observou-se que o brinquedo é a segunda atividade mais frequente,	

	<p>relacionando-se com o espaço da praça da alfândega e com a movimentação das crianças durante suas atividades de trabalho</p> <p>Sentido do TIJ (p.38) - As crianças relataram que o trabalhar é, para a maioria delas, bom. Há também a associação com o cumprimento da tarefa(engraxar, ajudar em casa, etc) e com o ganho de dinheiro, citado pelas meninas, que significa a possibilidade de adquirir coisas para o sustento da família.</p> <p>A rua/ TIJ (p.42) - A sociedade, em geral, e as famílias, em específico, consideram os meninos mais aptos para lidar com as adversidades do ambiente da rua, e exercer algum tipo de atividade que seja remunerada(meninos fazem graxa, carregam caixas, ajudam na construção civil, etc.). As meninas, por outro lado, são mais "úteis" no ambiente privado, ajudando nos afazeres domésticos e no cuidado de outras crianças. Um outro fator que justifica a</p>	
--	--	--

	<p>presença menos frequente de meninas na rua é que esta, muitas vezes, está disfarçada. A prostituição infanto-juvenil faz parte dos riscos que permeiam a situação de rua. Dentro deste contexto, o estar na rua das meninas acaba assumindo outras características, que não somente as identificadas na definição de crianças em situação de rua. (valença, vieira, garica et al . 1990).</p> <p>Escola/ TIJ (p. 44) - A evasão escolar também está diretamente relacionada ao exercício de atividades de trabalho. A necessidade de obter dinheiro, para garantir a própria subsistência e/ou a da família, vincula-se às repetências frequentes, aos abandonos temporários e, conseqüentemente, à defasagem entre série escolar e idade da criança.</p> <p>MORAL (p.55) – E, mesmo que pouco presente nas verbalizações das</p>	
--	--	--

	crianças, o valor moral do trabalho é lembrado	
--	--	--

11. FONSECA, Laura Souza. Trabalho, conhecimento e fome: um olhar sobre um grupo de adolescentes que faz da sua atividade na CEASA/RS, uma estratégia de sobrevivência.

Metodologia (s)	Instrumentos	Marco Teórico
História de vida; História oral;	Entrevistas	Epistemologia genérica; Materialismo histórico-dialético. Alba Zaluar

Abordagem central	Trabalho infanto-juvenil	Sujeito
Representações de trabalho conhecimento e fome para crianças e adolescentes trabalhadores da CEASA/RS	Os sentidos do trabalho (p.52) – As entrevistas não permitiram que fizesse essa leitura mais profunda das falas: não apareceu nos entrevistados (na minha lente) a indignação com a inserção no mercado de trabalho – a inversão dos tempos de brincar e estudar pelo tempo do trabalho imiscuído ao brinquedo e, as vezes, dividido com a escola, passa como um ato cultural: está incorporado ao cotidiano das classes subalternas.	

	<p>trabalho x escola (p.91) – O trabalho representa uma possibilidade de satisfação imediata e continua, enquanto a escola sequer tem significado satisfação. Se a escola marginaliza-os, expondo-lhes a falsos fracassos vividos como incapacidades – uma pulsão de morte. O trabalho, por sua vez, é o vínculo da positividade, que lhes faz não marginais (nem pivetes, nem pixotes), a pulsão da vida</p>	
--	--	--

12. ZUCCHETTI, Tereza Dinora. Jovem: a educação, o cuidado e o trabalho como éticas de ser e estar no mundo.

Metodologia (as)	Instrumentos	Marco Teórico
<ul style="list-style-type: none"> • pesquisa qualitativa 	<ul style="list-style-type: none"> • entrevistas • diário de campo • entrevistas-diálogos • questionário fechado 	<ul style="list-style-type: none"> • Morin;

Abordagem central	Trabalho infanto-juvenil	Sujeito

PUCRS

1. FILIPPSEN , Léia Aparecida. Relação da escola com o trabalhador infanto-juvenil.

Metodologia (s)	Instrumentos	Marco Teórico
Análise de conteúdo Pesquisa Qualitativa	Questionários; Observação; Entrevista; Diário de campo	Dimensteim

Abordagem central	Trabalho infanto-juvenil	Sujeito
Análise da relação dos professores com os estudantes trabalhadores.	<p>p. 24 – T.I.J. e FAMILIA – a família, que na maioria das vezes insere as crianças no mercado de trabalho. A decisão dos adultos tem peso maior sobre as carências e necessidades de seus filhos.</p> <p>p. 25 – T.I.J. e escola – a pobreza e a necessidade de trabalhar acabam por influenciar a educação da criança e adolescente. Embora reconheçam a importância do estudo, as necessidades materiais como a alimentação e saúde são mais fortes e acabam contribuindo para a evasão escolar, à entrada tardia na escola, os frequentes abandonos, e à repetência.</p> <p>p. 36 – T.I.J. e CULTURA – A impressão que se tem é que a exploração da</p>	

	<p>mão-de-obra é algo que faz parte da cultura brasileira.</p> <p>p. 99 – HABILIDADES DO T.I.J. – Isso demonstra que eles adquirem mais habilidades para o trabalho do que os outros só estudam. Claro que não é o propósito aqui justificar o trabalho infanto-juvenil, mas reforçar a ideia defendida por algumas pessoas da própria comunidade que afirmam que tem que trabalhar desde cedo em vez de aprontar na rua. Na verdade, não estamos questionando o trabalho, mas a forma como ele é executado, nesse caso, a exploração da mão-de-obra do infanto-juvenil.</p> <p>p. 111 – T.I.J. – SUPERAÇÃO – (..)estratégias para erradicar o trabalho infantil que busquem deslocar a criança para o sistema escolar, sem considerar alternativas de geração de renda e emprego, e principalmente, renda familiar, apenas agravam os problemas sociais, pois negam o</p>	
--	--	--

	fato do trabalho ser um meio de sobrevivência diante da realidade excludente do sistema capitalista.	
--	--	--

2. SILVA, Jorge Alexandre da. Trabalho infantil: uma discussão no fio da navalha.

Metodologia (s)	Instrumentos	Marco Teórico
Pesquisa qualitativa	Entrevistas	Marx; Castel Schwartzan (2001)

Abordagem central	Trabalho infanto-juvenil	Sujeito
Como as famílias reconhecem o trabalho infanto-juvenil diante da necessidade de sobrevivência	<p>p. 14 -15 / T.I.J. e legislação – O reconhecimento da necessidade de proteger crianças e a adolescentes contra os prejuízos proporcionados pela inserção precoce no trabalho fez com que, em vários países, ocorressem avanços importantes nas legislações como meio de enfrentar o trabalho infantil.</p> <p>. 22 – T.I.J./DADOS – (..) a linha que separa as crianças e os economicamente ativos</p>	

	<p>daqueles caracterizados como trabalhadores infantis é muito tênue e, por isso, não é percebida.</p> <p>p. 26 – ERRADICAÇÃO DO T.I.J. – A erradicação do trabalho infantil contribui para a redução do desemprego geral e, em particular, do desemprego juvenil. O trabalho infantil e o desemprego juvenil, são portanto, duas faces da mesma moeda e, por isso, devem ser alvo de esforços intergrados.</p> <p>p. 29 – QUALIFICAÇÃO - A pesar de ser uma requisição cada vez maior no acesso aos espaços de trabalho, a qualificação profissional não garante a contratação do trabalhador.</p> <p>p. 50 – T.I.J. e FAMÍLIA – O objetivo dessa discussão não tem como único foco os casos específicos nos quais é possível identificar com facilidade a exploração do trabalho infantil,</p>	
--	--	--

	<p>mas aqueles em que o trabalho das crianças e adolescentes está vinculado à convivência familiar e visa por em pauta a culpabilização da família em face as suas limitações e potenciais envolvidos na proteção da infância e da adolescência.</p> <p>p. 86 – T.I.J. e MORAL – os visualizam o trabalho para crianças e adolescentes como fonte de dignidade, como meio para reforçar valores morais, como possibilidade de construção de uma imagem social pautada no sujeito que possui uma força de trabalho apta ao enfrentamento de condições adversas e que acesso a saberes e conhecimentos fundamentais para a vida adulta.</p>	
--	---	--

3. NETO, Honor de Almeida. Trabalho infantil em rede

Metodologia (s)	Instrumentos	Marco Teórico
Análise e conteúdo	Transcrição de palestras	Marx Castells Albornoz Levy Morin

Abordagem central	Trabalho infanto-juvenil	Sujeito
<p>Apreender a complexidade que envolve o trabalho infantil;</p>	<p>p. 25 – adultização precoce</p> <p>p. 39 – mão-de-obra feminina</p> <p>p. 125 – T.I.J. E EMPREGO – A mobilização social pela erradicação do trabalho infantil verificada, particularmente nos últimos anos, está relacionada à questão da exploração, advinda, antes de mais nada, do esforço físico de crianças trabalhadoras, em troca de renda, dinheiro, salário. A questão do emprego, no entanto, da exploração do trabalho infantil, da troca do trabalho despendido pelas crianças por dinheiro para subsistência, não esgota a categoria trabalho, que extrapola essa dimensão.</p> <p>p.152 – INFANCIA – Há uma causalidade circular na construção social da infância hoje, pois as NTIC que geram novos possíveis, dão visibilidade e segredos, adultizando</p>	

	<p>precocemente a criança, que, por sua vez ao adultizar-se precocemente retroage sobre a sociedade, exigindo mais espaços, assumindo outros papéis que vão rompendo com a própria visão do adulto sobre a infância.</p> <p>p. 225 – T.I.J./CULTURA – (..) a cultura internalizada nas famílias e sociedade, presa ao mito do trabalho infantil e a própria necessidade material, tende a conservação e requer insistência para que seja rompida, rupturada.</p> <p>p. 330 – T.I.J. NTIC – o trabalho infantil é um fato social e não vamos eliminar esse fenômeno por milagre com as NTIC. Estou colocando em rede este fenômeno, mas não de forma milagrosa, não posso como analista deslocar-me da realidade pois o fenômeno tem essa historiam esta vertante. O ponto central associado ao principio do anel recursivo é saber quais as possibilidades desta teia que constitui o fenômeno</p>	
--	--	--

4. HILLESHEIM, Betina. Trabalho e infância na vida de meninos e meninas trabalhadores em lavoura de fumo.

Metodologia (s)	Instrumentos	Marco Teórico
Construcionismo social (Spink) Observação	Entrevistas Diário de campo	Aries; Titoni; Freud; Corazza; Dejours

Abordagem central	Trabalho infanto-juvenil	Sujeito
Produção de sentido do trabalho para crianças trabalhadoras da lavoura de fumo.	<p>p. 16 – concepção de criança – Este ideal representado pela família burguesa, dá ênfase a valores como ordem, respeito e afeto mútuo, e naturaliza certas práticas que definiriam a infância (...). Assim, conforme Castro (1996), a criança é excluída de atividades de relevância social, como, por exemplo, o trabalho.</p> <p>p. 30 (T.I.J. e escola) – Além disto, de forma geral, é difícil que o trabalho da criança e do adolescente permita uma frequência regular à escola, oportunidades de lazer adequadas a sua idade, desenvolvimento de habilidades e qualificação profissional.</p>	

	<p>p. 77 – T.I.J./ trb. Dom. – O trabalho da casa, propriamente ditto, aparece no relato de todas as meninas entrevistadas. Os termos utilizados para se referir a este trabalho são ‘ajuda” e ‘serviço”, sendo que, mais especificamente, trata-se de uma ajuda à mãe, o que denota que este é um trabalho das mulheres.</p> <p>p. 81 – T.I.J. /TD – Embora fique implícito que este é o trabalho “mais fácil”, em comparação com o trabalho no fumo, em algumas entrevistas aparecem algumas questões do trabalho doméstico que envolvem riscos ou desconfortos, contradizendo esta noção de “facilidade”.</p> <p>p.118 - T.I.J./família – as famílias entendem que o trabalho infantil insere-se em uma dinâmica de solidariedade e cooperação, enquanto que as leis vêem o fenômeno como exploração e prejudicial ao desenvolvimento infantil.</p> <p>p. 122 – T.I.J. /sentido</p>	
--	---	--

	– as crianças trazem uma ideia de compatibilização entre trabalho e infância, sendo que, inclusive, o trabalho aparece como um elemento importante para a sua formação.	
--	---	--

5. OLIVEIRA, Jairo da Luz. Vida cotidiana do idoso morador de rua: as estratégias de sobrevivência da infância à velhice: um círculo de pobreza a ser rompido.

Metodologia (s)	Instrumentos	Marco Teórico
Pesquisa qualitativa História oral	Entrevistas semi-estruturadas; observação	Ianni Kosik Gadotti Castell Marx Zaluar

Abordagem central	Trabalho infanto-juvenil	Sujeito
Análise de como são estabelecidas estratégias de sobrevivência de idosos em situação de rua em Porto Alegre	P. 83 – T.I.J. E ESCOLA – A citação acima bem define esta condição de vida pobre, de grandes sacrifícios, não permitindo que os idosos entrevistados, na sua grande totalidade, quando crianças, tivessem oportunidades de ir à escola, ou de nela permanecerem, de desenvolverem atividades que lhes conferissem	idosos

	<p>crescimento pessoal. Eles viviam da necessidade de desenvolverem alguma atividade que lhes garantisse a sobrevivência, vinculada de alguma forma ao grupo familiar.</p> <p>p. 94 – T.I.J. E POBREZA – O que causa mais preocupação em relação a esta situação é o fato de que, provavelmente, a possibilidade desta criança, quando atingir a vida adulta, e construir uma família, repetir este mesmo quadro social é realmente favorável, não rompendo com este círculo de pobreza.</p> <p>p. 99 – QUALIFICAÇÃO – O mundo do trabalho contemporâneo está cada vez mais restrito àqueles que não conseguem uma qualificação profissional</p> <p>p. 136 – T.I.J. SUPERAÇÃO – Enquanto realmente não houver uma política séria e determinada que pense na família integral que está abandonada, não</p>	
--	---	--

	conseguiamos evitar que tenhamos crianças na rua, adultos de rua e mais particularmente idosos de rua.	
--	--	--

6. TOLOTTI, Nelci Terezinha. Trabalho educativo juvenil: desafios e perspectivas.

Metodologia (s)	Instrumentos	Marco Teórico
Hermenêutica da Profundidade; Estudo documental	Observação participante; Entrevistas.	Kuenzer

Abordagem central	Trabalho infanto-juvenil	Sujeito
	p. 41 – TRABALHO EDUCATIVO – É importante distinguir trabalho educativo, aprendizagem e estágio profissionalizante. Do sistema de aprendizagem, o trabalho educativo absorve a exigência de ensino metódico. Ao mesmo tempo este se diferencia tanto da aprendizagem quanto do estágio profissionalizante, no que se refere ao modo de inserção na estrutura produtiva, natureza da organização onde realiza a aprendizagem e forma de remuneração.	

	<p>p. 77 – FORMAÇÃO – A resposta a seguir revela que há uma preocupação de formar adolescentes, considerando a fase de mutação em que se encontram, embora não convincente, o “formar” para uma expectativa e adaptação na sociedade;</p> <p>p. 105 – T.I.J./SUPERAÇÃO – Os estudos e pesquisas sobre o trabalho juvenil, apontam que o problema deve ser compreendido dentro de uma lógica capitalista neoliberal, assim como todas as transformações do trabalho, o sucateamento das políticas na área da saúde, na educação, enfim, em todo o campo social, representando o fim do estado de bem estar e o fortalecimento de ações solidárias, pela sociedade civil através de ONG’S. O trabalho educativo prestado pelas instituições não governamentais, surge como uma alternativa de superação em relação ao problema da</p>	
--	---	--

	<p>exploração do trabalho juvenil. Muitas instituições prestam este tipo de serviço aos adolescentes, considerado uma demanda significativa que procura garantir uma vaga para o preparo profissional exigido pelas transformações no mundo do trabalho.</p>	
--	--	--

UNISC

1. SILVA, Roselaine Berenice Ferreira da. Trabalho infantil e construção da identidade de gênero.

Metodologia (s)	Instrumentos	Marco Teórico
Análise de dados	Entrevistas	

Abordagem central	Trabalho infanto-juvenil	Sujeito
Análise sobre o sentido do trabalho na construção de meninas trabalhadoras	<p>Página 32 - Família / TIJ - Portando, neste entrelaçamento do trabalho com a família questiona-se até que ponto existe uma situação ideal, para a criança, em desenvolver, de forma sadia, sua personalidade.</p> <p>Página 33 - Trabalho</p>	Meninas, crianças

	<p>domestico infantil - O trabalho doméstico, desenvolvido pelas crianças entrevistadas, nesta pesquisa, parece ultrapassar o sentido concreto de lavar, passar, cozinhar, limpar e arrumar. Isto porque elas, também, cuidam de alguém sempre menor em relação à idade que possuem. Cuidam de seus irmãos menores, primos ou vizinhos enquanto seus pais trabalham na lavoura. Esta maternidade, precocemente exercida, parece constituir o substrato fundamental da construção da identidade feminina, definindo um jeito de ser mulher, sempre enredada em intermináveis lides domésticas.</p> <p>Página 40 - Formação/TIJ - A ênfase na profissionalização é acompanhada de proposta de flexibilidade nos contratos e nos salários, visando a preparação para o trabalho. É dada pequena importância ao trabalho efetivo de crianças.</p>	
--	---	--

	Página 63 - Gênero - Gênero, como já foi dito, é um conceito social, envolvendo a construção de uma sociedade embasada na desigualdade entre homens e mulheres.	
--	---	--

2. CASSOL, Sabrina. Papel do poder local frente a efetivação da erradicação do trabalho infantil: uma abordagem humanista.

Metodologia (s)	Instrumentos	Marco Teórico
Método hipotético dedutivo	Entrevistas	Foucault

Abordagem central	Trabalho infanto-juvenil	Sujeito
Análise sobre como é vista a exploração da mão de obra infantil na sociedade civil	<p>p. 18 – T.I.J. e POBREZA – a própria exploração laboral infantil, é um dos principais resultados das mazelas sociais como a pobreza, miséria e a desigualdade social.</p> <p>p. 34 – T.I.J. MITO – (..) o mito de que o ingresso no mundo do trabalho significava retirar a criança na rua e da vida criminosa (..)</p> <p>p. 53 – DIREITOS –</p>	

	<p>Assim considerada, a evolução da sociedade demonstra um viés humanista, pois o sentimento de solidariedade, pertencimento e fraternidade foram se afluando desde as camadas mais desfavorecidas até as mais abastadas, evidenciando-se que os infantes vem ganhando respaldo perante a legislação brasileira.</p> <p>p. 79 – Políticas públicas – A criação de políticas públicas, a partir dos anos 90, tencionou diminuir a desigualdade social trazida pela globalização e pelo neoliberalismo. Entre os principais programas sociais que visam a distribuir renda, em nosso país, pode-se citar políticas de proteção social como o programa bolsa-escola, o auxílio-gás, o PETI e o bolsa família. Assim como também existem ações executadas em conjunto entre União, Estados e Municípios visando a promover o aumento do nível de emprego, das condições de saúde, estimulando o pequeno produtor rural, de modo</p>	
--	---	--

	<p>a proporcionar um aumento de renda, com o objetivo primordial de melhorar o quadro social da população.</p> <p>p. 107 – Família – (...) a importância da família na esfera pública ainda é alvo de grandes controvérsias e desconfianças, todavia é em sua condição de esfera de vida íntima, lugar de encontro humano, de construção de história de vida, de reposição de valores e exercício de poder moral sobre o imediato, é interface necessária na esfera pública.</p> <p>p. 155 – Escola – Sujeitos – É preciso um sistema educativo capacitado, que atenda as necessidades infanto-juvenis, com um enfoque que se adeque as necessidades dos infantes</p> <p>p. 170 SUPERAÇÃO– T.I.J. – a sensibilização da opinião pública que deve entender o trabalho infantil como uma afronta ao direito das crianças e dos adolescentes.</p> <p>p. 171 – superação –</p>	
--	--	--

	conscientização	
--	-----------------	--

3. BRANDT, Grazielle Betina. Responsabilidade social na erradicação do trabalho infantil: da visão global a realidade regional fumicultura do Brasil.

Metodologia (s)	Instrumentos	Marco Teórico
Pesquisa qualitativa e quantitativa	entrevista	Teoria do conflito; Dahrendorf (1982) Castel Beck Harvey Rizzini Etgs Dowbor Boiser

Abordagem central	Trabalho infanto-juvenil	Sujeito
Análise sobre a responsabilidade social do setor fumageiro, especificamente ligado a utilização do trabalho infanto-juvenil	p. 19 – Responsabilidade Social no RS - a este respeito, a questão da responsabilidade social do setor tabagista desempenha um papel crucial na trajetória globalizante do desenvolvimento social e econômico da comunidade regional fumicultora. A área proutiva do tabaco, localizada no Brasil meridional (RS, SC e PR), é alvo dos principais programas de responsabilidade social desenvolvidos pelo setor. Neste sentido, há uma	Crianças e adolescentes

	<p>interligação direta entre a produção sócio-cultural local-regional e as empresas transnacionais.</p> <p>p. 45 T.I.J. e a questão CULTURAL – (..) a questão cultural é uma das principais questões envolvidas no processo da erradicação do trabalho infantil nas lavouras de fumo</p> <p>p. 50 – T.I.J. e escola – O técnico supervisionará a frequência escolar dos filhos por meio de declarações que deverão ser fornecidas pelas escolas, além de supervisionar se o respectivo fumicultor está cumprindo com os compromissos do ECA fixados no programa.</p> <p>p. 56 – Evasão escolar – o problema da evasão escolar não está exclusivamente atrelado ao trabalho infantil e consiste, precisamente, ao atraso existente nos investimentos voltados para a educação rural.</p> <p>p. T.I.J.;/MORAL – É possível perceber que o trabalho tem também</p>	
--	---	--

	<p>um sentido moral para os entrevistados</p> <p>ERRADICAÇÃO - p. 129 - T.I.J. - A erradicação do trabalho de menores de 16 anos, tal como propõe o programa "o futuro é agora", não trás consigo alternativas inclusivas aos jovens rurais, que carecem de condições objetivas (estabelecimentos de ensino, meios de transporte, professores, etc) in loco para continuar seus estudos.</p>	
--	--	--